



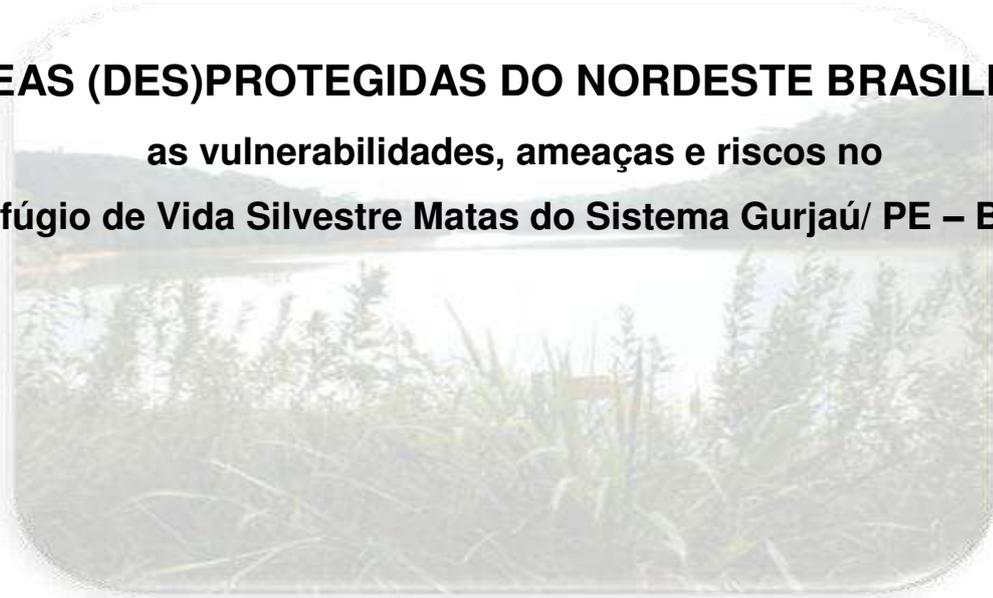
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN

Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – PPGRN



**ÁREAS (DES)PROTEGIDAS DO NORDESTE BRASILEIRO:
as vulnerabilidades, ameaças e riscos no
Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/ PE – Brasil**



Tatiana Santana de Souza

**Campina Grande
2018**

Tatiana Santana de Souza

**ÁREAS (DES)PROTEGIDAS DO NORDESTE BRASILEIRO:
as vulnerabilidades, ameaças e riscos no
Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/ PE – Brasil**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do grau de doutor em Recursos Naturais.

Orientação: Dr. Marx Prestes Barbosa

**Campina Grande
2018**

S729a

Souza, Tatiana Santana de.

Áreas (des)protegidas do nordeste brasileiro: as vulnerabilidades, ameaças e riscos no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/PE - Brasil / Tatiana Santana de Souza. – Campina Grande, 2018.

105 f : il. color.

Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa".

Referências.

1. Conservação Ambiental. 2. Áreas Protegidas. 3. Governança Pública. 4. Estado Capitalista Neoliberal. I. Barbosa, Marx Prestes. II. Título.

CDU 502.17(043)



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Tecnologia e Recursos Naturais
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais



TATIANA SANTANA DE SOUZA

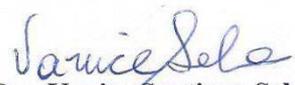
“ÁREAS (DES)PROTEGIDAS DO NORDESTE BRASILEIRO: as vulnerabilidades, ameaças e riscos no Refúgio de vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/PE-BRASIL”.

APROVADA EM: 14/06/18

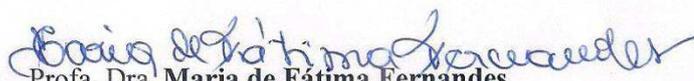
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. **Marx Prestes Barbosa**
(UAEA/CTRN/UFCG)


Prof. Dra. **Vera Lúcia Antunes de Lima**
(UAEA/CTRN/UFCG)


Prof. Dra. **Vanice Santiago Selva**
(PRODEMA/CFCH/UFPE)


Prof. Dr. **João Miguel de Moraes Neto**
(UAEA/CTRN/UFCG)


Prof. Dra. **Maria de Fátima Fernandes**
(UAEA/CTRN/UFCG)

Dedico este trabalho à minha família,
Maurilio Silva (esposo) e Taiana Silva (filha), por
todo amor e carinho que nos une.

AGRADECIMENTOS

Gratidão imensa a energia suprema do universo responsável pela dádiva da vida e pelas pessoas maravilhosas que inspira quem sou.

A todos os colaboradores e informantes que contribuíram para a realização deste trabalho.

A meu orientador Dr. Marx Prestes Barbosa pelo intenso, dedicado e paciente trabalho de fomentar em mim um pouco do saber científico. Um homem admirável e extremamente sábio, que sabe ser sensível, franco e compreensivo diante das fragilidades humanas.

Ao Grupo de Estudos de Riscos e Desastres do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais CTRN/ UFCG coordenado pelo prof. Marx Barbosa pelos momentos de enriquecimento e troca de experiências nas discussões coletivas sobre o tema, especialmente aos amigos e companheiros de jornada Tafnes Andrade, Isabelle Cavalcanti e Augusto Souza pelas calorosas discussões, incentivo e apoio.

A todos os professores e colegas de turma que contribuíram para ampliar minha visão interdisciplinar de mundo.

A meu esposo, amigo e acima de tudo companheiro fiel de caminhada Maurilio, exemplo de perseverança, determinação e perfeccionismo. Não teria chegado até o final sem seu apoio incondicional de todas as horas.

A minha família e amigos, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida, especialmente minha mãe pelo imenso amor e proteção a mim concedidos.

Enfim, obrigada a todos que direta e indiretamente fizeram parte desta trajetória.

Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

SOUZA, Tatiana Santana de. **ÁREAS (DES)PROTEGIDAS DO NORDESTE BRASILEIRO: as vulnerabilidades, ameaças e riscos no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/ PE – Brasil**. 2018. 110 fls. Tese (Doutorado em Recursos Naturais). Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2018.

As áreas protegidas são criadas e geridas com o objetivo de garantir a conservação da natureza. No cenário do Estado de Pernambuco, o ecossistema Mata Atlântica recebe reconhecimento internacional como área prioritária para as ações de conservação, pela sua grande riqueza natural e elevada biodiversidade. Estas áreas naturais tem o enorme desafio de compatibilizar interesses divergentes face a fortes ameaças e condições de vulnerabilidade social, política e econômica. Este trabalho objetivou analisar as ameaças, vulnerabilidades e riscos da criação e gestão de áreas protegidas no contexto do capitalismo neoliberal; no âmbito do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (RVS – Gurjaú)/PE – Brasil. Uma pesquisa exploratória e descritiva foi realizada, adotando-se os procedimentos metodológicos (leitura de documentos e bibliografias). Na coleta dos dados foi utilizada a pesquisa de campo com observação sistemática, entrevista não estruturada focalizada e reuniões projetivas, além da participação em reuniões de conselhos gestores. Para análise e discussão dos resultados, foi utilizada uma abordagem qualitativa com enfoque interdisciplinar através da triangulação de métodos. Como resultado, observa-se que as unidades de conservação de Pernambuco estão fragilizadas em sua capacidade de governabilidade e governança e em risco de degradação do ambiente natural, social e cultural, diante das ameaças e vulnerabilidades identificadas que corroboram para a instabilidade nas ações de conservação ambiental. Portanto, o fortalecimento da governança é indispensável ao processo de elaboração e implementação das políticas para esses espaços naturais construídas em simbiose com os diversos atores envolvidos com a temática, em meio a intensas e variadas ameaças e vulnerabilidades inerentes a esse processo antagônico e dialético de construção da sustentabilidade.

Palavras-chave: Áreas protegidas, conservação ambiental, governança pública; estado capitalista neoliberal.

ABSTRACT

SOUZA, Tatiana Santana de. PROTECTED AREAS (DES) OF THE BRAZILIAN NORTHEAST: the vulnerabilities, threats and risks in the Wildlife Refuge Matas do Sistema Gurjaú / PE - Brazil. 2018. 110 fls. Thesis (Doctorate in Natural Resources). Postgraduate Program in Natural Resources, Federal University of Campina Grande, Campina Grande, PB, 2018.

Protected areas are created and managed with the aim of ensuring the conservation of nature. In the state of Pernambuco, the Atlantic Forest ecosystem receives international recognition as a priority area for conservation actions, due to its great natural wealth and high biodiversity. These natural areas have the enormous challenge of reconciling divergent interests in the face of strong threats and conditions of social, political and economic vulnerability. This work aimed to analyze the threats, vulnerabilities and risks of the creation and management of protected areas in the context of neoliberal capitalism; within the scope of the Gurjaú System Wildlife Refuge (RVS - Gurjaú) / PE - Brazil. An exploratory and descriptive research was carried out, adopting the methodological procedures (reading of documents and bibliographies). In order to collect data, we used field research with systematic observation, focused non-structured interview and projective meetings, as well as participation in meetings of management councils. For the analysis and discussion of the results, a qualitative approach with an interdisciplinary approach was used through the triangulation of methods. As a result, it is observed that Pernambuco's protected areas are fragile in their capacity for governance and governance and at risk of degradation of the natural, social and cultural environment, given the identified threats and vulnerabilities that corroborate the instability in conservation actions environmental. Therefore, the strengthening of governance is indispensable to the process of elaboration and implementation of the policies for these natural spaces built in symbiosis with the various actors involved with the theme, amidst the intense and varied threats and vulnerabilities inherent to this antagonistic and dialectical process of construction of sustainability.

Keywords: Protected areas, environmental conservation, public governance; neoliberal capitalist state.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Evolução da institucionalização das áreas de conservação federal, considerando os biomas brasileiros.	34
Figura 2	Evolução da criação e implementação dos conselhos gestores das áreas de conservação federal, considerando os biomas brasileiros.	35
Figura 3	Esquema ilustrando as Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco, Brasil.	40
Figura 4	Mapa de localização do RVS – Gurjaú, Pernambuco – Brasil.	59
Figura 5	Mapa das áreas remanescentes de Mata Atlântica dos municípios de Moreno, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, na Zona da Mata sul do Estado de Pernambuco, Brasil.	60
Figura 6	Espécies de fauna e flora encontradas no RVS Gurjaú.	61
Figura 7	Localização das cinco unidades de conservação situadas entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Moreno, todos na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco, Brasil.	62
Figura 8	Mapa ilustrativo da importância biológica das unidades de conservação da microrregião do Recife, Pernambuco, Brasil.	63
Figura 9	Linha do tempo dos principais eventos que colaboraram para a criação e implementação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, em Pernambuco, Brasil.	64
Figura 10	Unidades de conservação e conselhos gestores, Pernambuco – Brasil.	66
Figura 11	Reunião ordinária itinerante do conselho gestor do RVS Gurjaú em 05 de novembro de 2014 no salão da igreja Assembléia de Deus, engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE.	71
Figura 12	Visita dos conselheiros do conselho gestor do RVS Gurjaú ao açude de Sucupema, RVS Gurjaú em 05 de novembro de 2014, proximidades do engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE	71
Figura 13	Reunião ordinária itinerante do Conselho Gestor do RVS Gurjaú em 20 de abril de 2017 na Escola Municipal Eudes Sobral, engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE.	72
Figura 14	Linha do tempo dos principais eventos que colaboraram para a criação e funcionamento do Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, Pernambuco – Brasil.	72
Figura 15	Aplicação de questionário aos conselheiros do Conselho Gestor do RVS Gurjaú, engenhos Porteira Preta (à esquerda) e Pau Santo (à direita), Cabo de Santo Agostinho – PE.	77
Figura 16	Reunião projetiva e entrevistas realizadas com o Conselho de Agricultores de São Salvador e Adjacências em 16 de novembro de 2014, engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE.	79
Figura 17	Reunião projetiva e entrevistas realizadas com os integrantes da Associação de Agricultores de Porteira Preta em 08 de janeiro de 2017, engenho Porteira Preta, Cabo de Santo Agostinho – PE.	79
Figura 18	Reunião projetiva e entrevistas realizadas com a comunidade de Pau Santo em 29 de setembro de 2016, engenho Pau Santo, Cabo de Santo Agostinho – PE.	80
Figura 19	Esquema síntese ilustrando os principais aspectos relacionados à vulnerabilidade social na gestão de áreas protegidas. As setas indicam as principais ameaças.	87
Figura 20	Recorte de seleção pública para contratação de serviços de consultoria para elaboração de propostas de criação de Unidades de Conservação.	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ranking Mundial de desempenho ambiental dos principais países por continente. O destaque mostra a situação da América Latina, inclusive do Brasil.	37
Quadro 2	Esquema síntese da metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo.	57
Quadro 3	Unidades de conservação do Estado de Pernambuco com conselhos gestores criados, Pernambuco – Brasil.	67
Quadro 4	Unidades de Conservação Estadual de proteção integral que possuem conselhos gestores em funcionamento de forma integrada ao RVS Gurjaú registrado até dezembro de 2016, Pernambuco – Brasil.	68
Quadro 5	Principais atribuições dos conselhos gestores integrados ao RVS Gurjaú, Pernambuco – Brasil.	69
Quadro 6	Composição das entidades titulares dos conselhos gestores dos Refúgios de Vida Silvestre (Matas do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, Mata do Eng ^o Salgadinho, Mata do Bom Jardim, Mata de Caraúna e Mata de Contra Açude), Pernambuco – Brasil.	69
Quadro 7	Conceitos apresentados pelos conselheiros do conselho gestor do RVS Gurjaú sobre gestão participativa.	76
Quadro 8	Principais ameaças, vulnerabilidades e riscos na gestão do RVS Gurjaú.	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Perfil de gênero e escolaridade dos conselheiros integrantes do conselho gestor do RVS Gurjaú.	73
Gráfico 2	Grau de satisfação dos conselheiros com sua atuação profissional junto à organização que representa (A). Percepção da capacidade de participação dos conselheiros nas reuniões do conselho gestor do RVS Gurjaú (B).	74
Gráfico 3	Perfil de gênero e faixa etária dos moradores entrevistados das comunidades de Porteira Preta, Pau Santo e São Salvador.	80
Gráfico 4	Perfil de escolaridade dos moradores entrevistados das comunidades de Porteira Preta, Pau Santo e São Salvador.	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A NATUREZA – QUESTOES NORTEADORAS	17
1.1.-Visões sobre a concepção de natureza	17
1.2.Pressupostos e dimensões da sustentabilidade	20
2. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	23
2.1.O ecossistema Mata Atlântica	23
2.1.1.Principais características do ecossistema	25
2.1.2.Marco da degradação da mata atlântica	27
2.1.3.Marco jurídico da proteção da Mata Atlântica	28
2.2.Panorama das unidades de conservação da natureza	29
2.3.Cenário das Unidades de Conservação no Brasil e no Mundo	32
2.4.Cenário das Unidades de Conservação no Estado de Pernambuco	38
3. ESTADO, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	42
3.1.Impactos das transformações políticas, econômicas e sociais sobre as políticas de conservação ambiental	43
3.2.-Sistema capitalista neoliberal e Sociedade de Risco	48
4. AS AMEAÇAS, VULNERABILIDADES E RISCOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	51
5. METODOLOGIA	55
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
6.1. A Unidade de Conservação de Proteção Integral: Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú	59
6.2. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e o RVS Gurjaú	65
6.3. Perfil dos conselheiros do RVS Gurjaú	73
6.4. Perfil das comunidades do RVS Gurjaú	77
6.5. Ameaças, vulnerabilidades e riscos no RVS Gurjaú	87
6.6. O caminho da governança na gestão do RVS Gurjaú	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COMUNIDADE	106
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO - CONSELHEIROS DO RVS GURJAÚ	107
APÊNDICE III – CARTA RELATÓRIO - ATIVIDADES CG RVS GURJAÚ 2016	978
ANEXO I – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA - CPRH 2016	97

INTRODUÇÃO

A natureza ao longo da história da humanidade recebeu diversas definições, migrando de uma visão sagrada, divina para uma visão exploradora e degradante que perdura até os dias atuais, fazendo com que a relação homem-natureza seja marcada por interesses divergentes. Mesmo com todo o conhecimento acadêmico existente no mundo contemporâneo, a racionalidade humana ainda é guiada por um sistema pautado na produção capitalista desordenada, que caminha em direção oposta aos princípios da sustentabilidade.

O cenário atual do Nordeste apresenta-se como importante campo de pesquisa para as políticas públicas, em especial as voltadas para a gestão de riscos de áreas verdes. Assim os conhecimentos e as políticas públicas que atendam a demanda da gestão de unidades de conservação (UCs) e seus rebatimentos nos processos de gestão participativa e controle social das políticas de desenvolvimento, são elementos indispensáveis para se trabalhar o processo de transformação social da realidade atual.

Área protegida é uma área natural resguardada e dedicada especificamente à proteção e conservação da biodiversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, seguindo dispositivos legais para seu manejo (UICN, 1994). No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) denomina área protegida como “unidade de conservação”. Essas áreas são espacialmente definidas, com o objetivo principal a conservação da biodiversidade, de modo que possam existir sem sofrer grandes impactos das ações antrópicas (BRASIL, 2000).

Neste contexto, a noção de risco é bastante recente na história da humanidade. Foi apenas no século XIX, com as transformações advindas da Revolução Industrial, no mundo do trabalho e com o desenvolvimento de tecnologias, que provocou também um meio de destruição em massa do ambiente natural é que se passou a falar acerca dos riscos e das condições que os produzem.

Ao falar de risco outros conceitos interligados merecem definição. Assim, os conceitos de ameaça, vulnerabilidade, risco e a gestão da redução dos riscos de desastres nessa pesquisa consideram as definições dadas pela Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas, que tem recebido

importantes contribuições da Rede de Estudos Sociais em Prevenção de Desastres na América Latina – LA RED (UNISDR, 2009; MMA, 2009).

Existem vários estudos que tratam sobre a gestão da redução de riscos. Dentre os autores de destaque pode-se citar: Cardona (2008), Lavell (1996), Marskrey (1993;1998), Wilches-Chaux (1994;1998), entre outros; que integram LA RED (LA RED, 2014).

A grande maioria dos estudos descritos na área de risco envolvendo áreas protegidas em periódicos, são predominantemente focados em aspectos de conservação da biodiversidade (TRABA *et al.*, 2007; MARTÍN-LÓPEZ *et al.*, 2011; THIEME *et al.*, 2012), de saúde (PÉREZ-NIEVAS *et al.*, 2010; MYKHALOVSKIY, 2011) ou de desastres naturais (MATJAŽ, 2013; POPESCU *et al.*, 2013). Ainda não foi identificado nenhum estudo relativo às áreas protegidas que retrate a gestão da redução de riscos políticos, institucionais, sociais e seus impactos no ambiente natural e na gestão destas áreas.

A abordagem dos riscos está vinculada a importantes temas intensamente debatidos no meio acadêmico, como a questão da interdisciplinaridade e do papel da ciência e da tecnologia no mundo atual. Tanto na pesquisa quanto no ensino destaca-se, a vinculação com a temática local/regional/global, com grande potencial para a aplicação em estudos das escalas dos fenômenos e as formas de representação espacial das vulnerabilidades (AMARO, 2003; AMARO, 2005).

Como os riscos são abstratos nós os podemos perceber, mas não temos como fazer a sua representação espacial. Somente as vulnerabilidades podem ter representação espacial. O desastre é a materialização do risco! Na gestão da diminuição dos riscos de desastre trabalha-se a vulnerabilidade. Diminuindo-se a vulnerabilidade estamos fazendo a gestão da diminuição do risco de desastre.

A necessidade de mais referenciais que ilustrem essa realidade, diante da influência de esmagadores empreendimentos econômicos privados voltados ao desenvolvimento meramente econômico da Região Nordeste brasileira, traz subsídios para ampliar a compreensão, em especial da sociedade civil, para a importância de participar da gestão de unidades de conservação.

A partir desse olhar é relevante ampliar esta compreensão para que se possa subsidiar as políticas de conservação ambiental com vistas a contribuir para o

estabelecimento de uma gestão participativa dentro dos espaços definidores de políticas públicas como os conselhos gestores de unidades de conservação.

Para definir políticas públicas significativas para estas áreas, é preciso considerar os fatores e interesses, forças, oportunidades, vulnerabilidades e ameaças, e conseqüentemente, os riscos inerentes a esses espaços naturais e construídos pelo ser humano, para assim atender às necessidades atuais da humanidade, sem desconsiderar as necessidades dos demais seres vivos a sua relação de interdependência com o planeta.

Esse estudo parte do pressuposto de que a simples existência de uma base legal não garante a preservação integral do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (RVS Gurjaú), pois as ameaças, vulnerabilidades e riscos se configuram de tal forma, que se tornam despercebidas ou mesmo camufladas pelos atores sociais responsáveis pela gestão das UCs. Assim, são inúmeros os condicionantes que influenciam o processo de gestão de unidades de conservação, sendo a carência de informações apenas um deles.

Diante deste contexto, questiona-se: Quais os interesses e atores envolvidos na criação e estabelecimento de conselhos gestores de unidades de conservação? Quais as ameaças, vulnerabilidades e riscos políticos, econômicos e sociais destas áreas? E de que forma essas variáveis influenciam a gestão de áreas protegidas?

Assim o presente estudo, objetivou analisar as ameaças, vulnerabilidades e riscos da criação e gestão de áreas protegidas no contexto do capitalismo neoliberal, onde os interesses econômicos sobressaem aos interesses de conservação ambiental, no âmbito do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (RVS Gurjaú)/PE – Brasil

Como objetivos específicos consideram-se: a) Investigar o contexto histórico-político-institucional das áreas protegidas no Brasil e no mundo; b) verificar as potenciais ameaças, vulnerabilidades e riscos do ponto de vista político, econômico e social e seus impactos na gestão de uma Unidade de Conservação e por fim c) avaliar como se dá a gestão de áreas protegidas, no contexto do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (RVS Gurjaú)/PE – Brasil.

1. A NATUREZA – QUESTOES NORTEADORAS

1.1. Visões sobre a concepção de natureza

O ambiente em menos de dois séculos foi fortemente descaracterizado, isto graças a uma mudança de percepção de mundo: partiu-se de uma visão naturalista (com inspiração na Grécia antiga), onde se valorizava a dimensão simbólica e holística da natureza e do *ethos* planetário, para uma visão racionalista (cartesiana), pautada na razão como um instrumento para a construção do real, já que há uma continuidade entre elas, o real é racional, e o racional é real (CAPRA, 2003).

Passmore¹ em seu conceito de natureza apresenta um sentido restrito, e inclui tudo aquilo que designa o que não é humano, nem por si próprio, nem por sua origem, deixando de lado o sobrenatural. A visão indígena relatada nos trechos considera a natureza como “natural”, ou seja, a ideia essencial de natureza ligada ao sagrado, ao divino e por isso o respeito dos “selvagens” para com tudo que vinha dela. O autor ainda relata a posição de filósofos da época, como a de Descartes que dizia “é tarefa do homem tornar-se senhor e dono da natureza”. Bacon pregava que a atitude correta frente à natureza era a de explorá-la, usando os conhecimentos adquiridos para o seu domínio.

O referido conceito levanta a questão sobre nossas atitudes frente à natureza e leva em consideração a parte da natureza passível de modificação pela ação humana, especialmente de forma negativa, e que muitas vezes é atrelado à concepção de “estranheza”.

Aristóteles² considera que a natureza estabeleceu uma posição hierárquica para a manutenção das espécies, um ser que manda e outro que obedece. O ser

¹ **PASSMORE, John.** Atitudes frente à natureza. In: Peters, R. S., Ed., **Nature and Conduct**, Royal Institute of Philosophy Lectures, Vol. VIII, 1973-74, London, McMillan, 1975, p. 251-264. Tradução de Christine Rufino Dabat, Revisão de Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (com autorização do Royal Institute of Philosophy Lectures, 1995).

² **ARISTÓTELES** nasceu em Estagira no ano de 384 a.C.. Morreu na Eubéia, em 322 a.C. aos 62 anos. Aos 18 anos ingressou na academia platônica, onde permaneceu por vinte anos, até a morte do mestre. Em 343 foi convidado por Filipe, rei da Macedônia, para educar o filho Alexandre, chamado mais tarde, Magno (O Grande). Voltando para Atenas em 335, aí fundou sua escola famosa, chamada Liceu e também escola peripatética. Aristóteles foi um homem de cultura e de pensamento, que se isola da vida prática, para a pesquisa científica. A sua atividade literária foi vasta e intensa, com a sua cultura e o seu gênio. A primeira edição completa de Aristóteles é a de Andrônico de Rodes – pelos fins da era antiga – que classifica os escritos aristotélicos de maneira seguinte: lógica, física, metafísica, moral, política, retórica e poética. As obras doutrinárias de Aristóteles manifestam um grande rigor científico, exposição e expressão breve e aguda, clara e ordenada, perfeição maravilhosa da terminologia filosófica.

que manda é aquele que possui de forma natural a inteligência e a capacidade de prever. Os seres que apenas possuem a força física para executar tarefas são destinados pela natureza a obedecer e a servir. Nesse sentido, o interesse do amo e do servo é o mesmo (o interesse de manutenção da espécie).

“Há ainda, por ação da natureza e para a manutenção das espécies, um ser que manda e outro que obedece. Pois aquele que tem inteligência capaz de prever tem, de modo natural, autoridade e poder de chefe” (pg. 12, ARISTÓTELES, 2001).

Na perspectiva do mando e da obediência, por natureza as mulheres, escravos e bárbaros não possuem o instinto do mando. Entre os bárbaros, as mulheres e escravos são confundidos na mesma classe. A família é constituída basicamente pela associação entre homem e mulher, e o senhor e o escravo, sendo uma sociedade para atender às necessidades diárias.

Os seres integram-se à natureza quando atingem o completo desenvolvimento que lhe é próprio. O homem se realiza naturalmente vivendo na cidade porque é um animal político por natureza. Nesse sentido, a cidade se integra à natureza. A natureza é o fim de todas as coisas e determina o propósito das coisas. Portanto, o homem, é um ser sociável.

No entanto, o homem se diferencia dos outros animais sociáveis pelo dom da palavra e capacidade moral (distinguir sensações, o bem e o mal, o justo e o injusto). Essas características são importantes na formação da família e do Estado. A autoridade e a obediência se constituem coisas necessárias e úteis, pois a natureza determinou seres destinados a obedecer e outros a mandar.

Assim, Aristóteles reconhece que a servidão não é contrária a natureza. A autoridade e a obediência são aspectos observados em todos os seres animados e inanimados, na harmonia da natureza. Aristóteles toma outro argumento para definir os aspectos do mando e da obediência na natureza: “*Todo o ser vivo constitui-se de alma e corpo, que a natureza destinou um a mandar, outro obedecer*”. (p.18).

A mesma relação que existe entre o homem e os outros animais. Para os animais é útil estarem sobre o comando do homem. Para Aristóteles existem homens tão inferiores a outros quanto o corpo o é à alma, ou a besta ao homem: são aqueles que a força física é a melhor coisa que se tem a oferecer, sendo destinados por natureza à escravidão. Os homens que demonstram ser inferiores devem ser escravos dos outros. Para os escravos é proveitoso e justo viver como

servos, assim “*A utilidade que têm os escravos é quase a mesma dos animais domésticos: auxiliam-nos com sua força física em nossas diárias necessidades*”. (p. 19).

O cristianismo teve forte influência na disseminação dessas ideias a partir de verdadeiras “acrobacias intelectuais”, na medida em que pregava a igualdade entre os homens, aceitava que as diferenças de cor, religião, cultura e costumes tornavam alguns povos mais próximos da natureza do que outros, ou seja, inferiores; o que justificou o massacre de várias sociedades nas Américas.

Ainda dentro da percepção cristã, o homem colocou-se enquanto um ser externo e superior à natureza, que contribuiu para o desenvolvimento de uma postura *hubris* (do grego arrogante) do homem diante do ambiente que o cercava. Passmore (1975) retrata que o fundamento para essa postura é que a natureza deixou de ser sagrada, porque apenas o homem foi criado à imagem e semelhança divina, enquanto a natureza é algo estranho e, às vezes, até demoníaco, como Santo Agostinho referiu-se aos porcos e justificou a manipulação e extermínio dos animais, a bem do homem.

Com base na bíblia cristã (Antigo Testamento) o mundo foi feito para servir ao homem. Os críticos ecológicos da cultura ocidental discernem as raízes da destrutividade diante desta ideia. Entretanto, são apresentados dois equívocos relacionados a esse tipo de discernimento: primeiro, que, tal premissa não se configura como um ensino constante do Antigo Testamento; segundo, que durante muito tempo, na tradição cristã, ensinou-se de modo conservador, que, apesar da natureza ser feita para o homem, ele não poderia refazer o mundo “à sua imagem e semelhança”. Tal atitude seria um atrevimento e um pecado diante de Deus.

O cristianismo ensinou ao homem que não havia nenhum pecado em modificar a natureza. No entanto, com a relativização da crença do pecado original para uma prática “pelagiana”, poderia o homem tentar criar na terra uma nova natureza mais adequada às suas necessidades, sem o risco de cometer sacrilégios. **Locke**³ foi um dos pensadores que contribuiu para remover obstáculos contrários a ideia de transformação da natureza pelo homem (PASSMORE, 1975).

³ **LOCKE, John.** Nasceu perto de Bristol em 1632. Estudou filosofia, ciências naturais e medicina na Universidade de Oxford. Tomou parte na vida pública e diplomática do país; viajou para fora da Inglaterra, e esteve em contato com os meios culturais franceses da época. Faleceu em 1704. Locke limita-se filosoficamente a nos proporcionar uma teoria do conhecimento, fechada em si mesma; sua obra principal é o Ensaio sobre o intelecto humano (1690); importantes obras também são: Tratado do governo civil (1698) e os Pensamentos sobre a educação (1693).

Tudo que vemos hoje ao nosso redor é fundamentado nestas premissas. O modelo econômico majoritário baseado no capital e nas leis mercadológicas é decorrente de uma política constituída por ideias mecanicistas. Esta forma de “desenvolvimento” não tem sido salutar nem para a maioria da população mundial que sobrevive em estado de miséria, muito menos para o nosso planeta que vem sendo constantemente massacrado por esta forma irracional de “desenvolvimento”.

O retorno ao pensamento ecológico será possível, na medida em que minorias conscientes começam a disseminar ao seu redor um mundo através de uma visão holística, integradora e interdependente, onde o homem se perceba como elemento ligado por uma teia de conexões (CAPRA, 2003; PELIZZOLI, 2002).

1.2. Pressupostos e dimensões da sustentabilidade

Os acirrados debates internacionais, incitados especialmente pelas Ongs, exerceram importante papel nas reflexões a cerca da forma incoerente de desenvolvimento que o mundo estava propalando. Só a partir da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo (1972) foi que o mundo começou a enxergar, ainda com descrença, o que realmente estava prestes a acontecer: um colapso global. E assim a sociedade passou a se organizar na tentativa de reverter o quadro (CMMAD, 1988).

Após esta compreensão inicial, foram elaborados estudos técnicos científicos dos impactos gerados ao meio ambiente, que ficou registrado no Relatório de Brundtland e definiu o termo “desenvolvimento sustentável” como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (IBIDEM, 1988). Em 1992, na Eco-92 (como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro), começava-se a difundir o conceito de um “Desenvolvimento Sustentável” pautado no tripé: economia, meio ambiente e, finalmente, a sociedade.

Esta definição de desenvolvimento sustentável que consta do relatório Brundtland, é uma desfiguração do que Karl Marx escreveu. Marx disse: “É impossível aceitar que uma pessoa seja dona de outra, e aceitar que a natureza pertença a alguém, que lhe dá um valor monetário. O Homem deve se apoderar dela para usufruir, e a mantendo conservada para a seguinte geração. O relatório deturpou ao dizer que a natureza deve ser preservada para as gerações futuras. Ou

seja, um tempo que nunca chega e neste ínterim vamos usar indiscriminadamente os recursos do planeta em prol da mais valia.

Dessa forma o mundo globalizado vem criando a necessidade de formação de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação de setores e de localidades. Essa nova ordem socioeconômica requer uma visão de desenvolvimento local que posicione espaços socioterritoriais delimitados em face do mercado globalizado (FRANCO, 1999).

Nos últimos anos, o conceito de desenvolvimento local ganhou espaço e pode ser entendido como o processo endógeno de mobilização das energias sociais em pequenos espaços, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (IBIDEM, 1999).

O desenvolvimento local possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrirem vocações locais e despertar suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se das vantagens locais (IBIDEM, 1999).

E assim, libera o poder político, controlado pelo grande capital, de criar políticas públicas, não só de desenvolvimento, mas que envolva a resolução dos problemas políticos, econômicos, de saúde, culturais, etc. A responsabilidade é jogada sobre estas populações sem condições de impulsionar de fato um desenvolvimento integral (econômico, político, social, cultural, etc).

O novo modelo de desenvolvimento pode ser visto de maneira simplificada, ou seja, o "desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), da coletividade (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)" (FRANCO, 1999).

De acordo com Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além do fator econômico. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

A noção de "desenvolvimento sustentável" tem se difundido de forma ampla e diversificada, tanto no meio social quanto no meio acadêmico, no entanto, essa noção ainda está cercada de incertezas, pois ela está em um processo de construção contínua.

“O desenvolvimento sustentável não representa um estado estático de harmonia, mas, antes, um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a dinâmica dos investimentos, e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consciente face às necessidades tanto atuais quanto futuras” (SVEDIN, 1987 apud SACHS, 2002, p. 474). Sachs (2002) descreve eixos do desenvolvimento sustentável, que contempla a sustentabilidade social, passando pela sustentabilidade econômica, ecológica, geográfica e cultural.

Moreira (2007) traz para o debate o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS): o meio ambiente, a equidade social e a eficiência econômica, sendo também colocada a importância das dinâmicas locais e da participação da comunidade em questões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

É importante destacar que “equidade social” em sua definição se refere ao senso de justiça, imparcialidade, isenção e neutralidade e não equivale a “igualdade social” que se refere a falta de diferenças; de mesmo valor ou de acordo com mesmo ponto de vista, quando comparados com outra coisa ou pessoa. Essas definições muitas vezes são utilizadas como sinônimas, no entanto não devem ser utilizadas como tal.

Freire (2005) vê o termo “Desenvolvimento Sustentável” como arrogante e extremamente utópico, não vendo nenhuma possibilidade de se concretizar, nem mesmo na teoria, mas sim no “Desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis”, como uma alternativa viável para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. E é com esse sentido que devem ser discutidas as políticas públicas de conservação da natureza.

2. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As florestas urbanas retratam o processo de uso e ocupação do solo que isola a vegetação nativa produzindo pequenos fragmentos nos centros urbanos. A identificação e análise deste processo e do modo de gestão das unidades de conservação em regiões metropolitanas permitem compreender, fortalecer e reconhecer a importância destas áreas.

Em regiões metropolitanas, a gestão de Unidades de Conservação – Ucs deve levar em consideração as tensões pela ocupação dos espaços públicos e a proximidade com as ocupações populacionais, o que torna importante a participação de todos os atores envolvidos para a conservação destas áreas protegidas.

Por outro lado, a gestão das unidades de conservação, é dificultada pelos custos associados à manutenção dessas áreas, como de infraestrutura da área, fiscalização, elaboração de um plano de manejo e até realocação de moradores das áreas. Estes fatores demonstram uma parte das vulnerabilidades e das ameaças que estas áreas são submetidas frequentemente.

A escassez ou mesmo ausência de estudos que ilustrem essa preocupação, favorece situações de degradação ambiental, assim como de tomadas de decisões baseadas, predominantemente, em critérios intuitivos ou direcionadas a atender meramente as necessidades de produção e reprodução do capital, sem preocupação com os ganhos sociais, objetivo maior da função do Estado.

O presente estudo considera os aspectos levantados considerando o ecossistema Mata Atlântica. Para compreender melhor a gestão de áreas protegidas no contexto da Mata Atlântica, será adotada a seguir uma caracterização desse importante e impactado ecossistema brasileiro.

2.1. O ecossistema Mata Atlântica

Velloso (1966) reconhece a existência de uma Província Atlântica, que se subdividiriam em uma Floresta Pluvial Tropical, limitada na região da Mata Atlântica às florestas perenifólias sul-baianas; uma Floresta Pluvial Estacional Tropical, incluindo as matas do planalto centro-sul e das encostas atlânticas, e uma floresta Pluvial Subtropical, englobando as matas mistas de coníferas e as matas montanas de lauráceas da Região Sul.

Rizzini (1979) menciona a Floresta Atlântica, constituída de um complexo vegetacional com tipos muito díspares, abrangendo uma área principal sobre as Serras do Mar e da Mantiqueira, com extensões no Nordeste e expandindo-se para o interior até a Argentina; admite que a Floresta Atlântica seja composta das seguintes formações: Floresta Pluvial Montana, Floresta Pluvial Baixo Montana, Floresta de Araucária e Floresta Ripária e em Manchas.

Segundo Strang (1983), a Mata Atlântica é uma grande província natural, englobando vários ecossistemas florestais, com encraves e interpenetrações de outros ecossistemas não florestais.

Tabarelli et al.(2009) definem, do ponto de vista fitofisionômico, a Mata Atlântica do Nordeste como aquela que abriga formações pioneiras, porções de floresta ombrófila densa e aberta, floresta estacional semidecidual e decidual. É situada nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí; e do ponto de vista biogeográfico, abriga quatro dos cinco centros de endemismo que ocorrem no bioma, o Centro de Endemismo Pernambuco e os Brejos Nordestinos.

Sobre a Mata Atlântica em Pernambuco, escreve o botânico Dárdano de Andrade Lima:

Das florestas litorâneas, restam apenas algumas relíquias. Foram, decerto, as primeiras a serem atacadas pelo homem, na abertura de áreas de moradia ou instalação de coqueirais, nos solos arenosos. São, ou eram, florestas de porte médio, que deveriam chegar até bem próximo do mar, onde os indivíduos, pela ação dos ventos, reduziam ao mínimo sua estatura, esparramando-se, algumas vezes, por sobre as areias.[...] A “zona da mata”, em Pernambuco, ocupa, aproximadamente, 15,7% da área total do Estado. Não obstante essa baixa porcentagem, as condições naturais ali reinantes fazem com que participe significativamente na economia do Estado. Essa zona, cujo nome resulta mesmo de sua cobertura vegetal, se estende de Norte a Sul do Estado, com largura variável. Alcança aproximadamente 80 quilômetros, próximo ao paralelo de Goiana, 45 no do Recife e 110 no de Barreiros. Para o Sul, alarga-se bem mais, atingindo cerca de 155 Km `a altura do paralelo de Bom Conselho, incluindo, então, para Leste, áreas do Estado de Alagoas (ANDRADE LIMA, 1970, p.5-10).

Na realidade a Floresta Atlântica em Pernambuco começa a ser destruída pela introdução da cana-de-açúcar.

Do ponto de vista legal, segundo o art. 2º:

“consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa;

Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste” (BRASIL, 2006).

Quaisquer que sejam os argumentos a favor de um ou de outro desses conceitos, um fato ressalta incontestável – na época do descobrimento do Brasil, uma cobertura florestal praticamente contínua, ainda que muito diversificada em sua constituição fitofisionômica e florística, estendia-se ao longo da costa, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior (COIMBRA-FILHO; CÂMARA, 1996; CÂMARA, 1991).

2.1.1. Principais características do ecossistema

A Mata Atlântica brasileira se originou há aproximadamente 80 milhões de anos com a separação dos continentes africanos e sul americano, quando eles faziam parte de um único bloco (continente) chamado Gondwana.

Os solos da Mata Atlântica são, provenientes de rochas cristalinas pré-paleozóicas e das rochas sedimentares ou eruptivas que parcialmente a elas se superpõem em grandes áreas (CÂMARA, 1991).

A Mata Atlântica se desenvolveu em grande diversidade de climas, solos e relevo. Os climas variam de subúmido, com curtas estações secas, no Nordeste, a extremamente úmido em algumas regiões da Serra do Mar (IBIDEM, 1991).

Todas as disparidades ambientais, somadas às repetidas variações climáticas de um passado relativamente presente em termos geológicos, repercutiram sobre a vegetação e justificam sua extraordinária diversidade biológica (IBIDEM, 1991).

Diversos trabalhos mostram a importância da conservação do bioma Mata Atlântica, considerando que cerca de 44% de todas as espécies de plantas vasculares e 35% de todas as espécies em quatro grupos de vertebrados estão confinadas a 25 hotspots no mundo, o que equivale a apenas 1,4% da superfície terrestre. Com base nessas informações, foi definida uma estratégia de atuação concentrando-se nesses hotspots na proporção de sua participação nas espécies em risco no mundo (MYERS et al., 2000).

Não há dados precisos sobre a diversidade total de plantas da Mata Atlântica. Considerando-se apenas o grupo das angiospermas, acredita-se que o Brasil possua entre 55.000 e 60.000 espécies, ou seja, de 22 a 24% do total que se estima

existir no Planeta. Deste total, as projeções são de que a Mata Atlântica possua cerca de 20.000 espécies, ou seja, entre 33 e 36% das existentes no País (IBIDEM, 2000).

Há uma rica biodiversidade de espécies animais (620 aves, 261 mamíferos, 200 répteis e 280 anfíbios); abrigando cerca de três centros de endemismos onde ocorrem cerca de 8.000 espécies de plantas vasculares, 73 espécies de aves, 160 espécies de mamíferos, 60 espécies de répteis e 253 espécies de anfíbios endêmicos desta floresta (IBIDEM, 2000; POPESCU et al., 2013).

Diante da grande complexidade biológica, a Mata Atlântica foi considerada pela União Internacional para Conservação da Natureza, como um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo (IUCN 1986). Apesar dessa fragmentação, esta floresta apresenta-se com diversos extratos fisionômicos e biodiversidade, atua como repositório de matéria orgânica para o solo e como carreadora de nutrientes das camadas inferiores para as superiores, sendo importante na formação dos solos e, também desempenha papel fundamental como controladora dos efeitos da erosão.

A partir de então foram definidas áreas prioritárias para a conservação de grande quantidade de espécies com menor custo, conhecidas como "hotspots de biodiversidade" onde concentrações excepcionais de espécies endêmicas estão passando por uma perda excepcional de habitat. Assim, o estabelecimento e expansão dos hotspots de biodiversidade oferece um grande passo para evitar o empobrecimento da biodiversidade do planeta Terra (IBIDEM, 2000).

A Floresta Atlântica brasileira é um "hotspots de biodiversidade" devido a sua grande riqueza. Isto foi percebido desde o descobrimento e início dos primeiros povoados que se estabeleceram em torno dos rios e das áreas de mata, considerando a importância dos recursos naturais como indispensáveis para a sobrevivência humana.

A importância da conservação da Floresta Atlântica se deve ao fato de sua existência está relacionada diretamente com a sobrevivência de 80% da população brasileira, das quais 70% dependem do abastecimento de água de seus mananciais hídricos (IBAMA, 2016; PAULA, 1997).

Antes da colonização, esse bioma estendia-se desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, ocupando cerca de 12% do território nacional. Passados

cinco séculos, a Mata Atlântica foi reduzida a fragmentos florestais, restando hoje apenas 5% de sua cobertura original (CORRÊA, 1996).

No Nordeste do país esta situação é ainda mais crítica, uma vez que dos 5,8% da área original, resta hoje aproximadamente 1%, com destaque para a destruição dos manguezais em Pernambuco (SECTMA, 2002; COIMBRA-FILHO; CÂMARA, 1996; SOS MATA ATLANTICA; INPE, 2017).

2.1.2. Marco da degradação da mata atlântica

O início da destruição da Mata Atlântica data da chegada dos portugueses em 1500. Embora ocupada por grupos indígenas tupis relativamente numerosos, como os Tupinambás, que já praticavam a agricultura, os relatos dos viajantes e estudiosos do século XVI não registram qualquer sinal de destruição da cobertura florestal. Ao contrário, segundo Holanda (1977), as descrições são de uma floresta intocada, de enorme riqueza natural e que levaram muitos dos que aqui chegaram, no início da colonização, a "acreditarem seriamente está nas Américas o paraíso terrestre".

A relação do colonizador com a floresta e seus recursos foi, desde sua origem, predatória. A falta de percepção da importância dos benefícios ambientais proporcionados pela cobertura florestal nativa e a valorização exclusiva da madeira em detrimento de produtos não madeireiros, levou a supressão de enormes áreas para expansão de lavouras e assentamentos urbanos e a adoção de práticas de exploração seletiva e exaustiva de espécies (IBIDEM, 1977).

Mas a exploração predatória não se limitou ao pau-brasil. Outras madeiras de alto valor para a construção naval, edificações, móveis e outros usos nobres como tapinhoã, sucupira, canela, canjarana, jacarandá, araribá, pequi, jenipaparana, peroba, urucurana e vinhático, foram intensamente exploradas. Segundo relatórios da época da virada do século XIX, em Iguape, cidade do litoral sul do estado de São Paulo, não havia mais destas árvores num raio de sessenta quilômetros de seu entorno. O mesmo se repetiu em praticamente toda a faixa de florestas costeiras do Brasil. A maioria das matas consideradas "primárias" e hoje colocadas sob a proteção das unidades de conservação, foram desfalcadas já há dois séculos (DEAN, 1996).

2.1.3. Marco jurídico da proteção da Mata Atlântica

O Decreto nº 99.547/90 assinado no dia 25 de setembro de 1990 por Itamar Franco, retrata pela primeira vez na legislação brasileira, a intocabilidade absoluta de um conjunto de ecossistemas, através da proibição total do corte e da respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica (art. 1º), além de incumbir ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA à rigorosa fiscalização dos projetos em área de Mata Atlântica, incluindo até sanções cabíveis, como inquérito civil e ação civil pública (art. 2º). Porém por lacunas em seu texto e sem a contribuição dos governos estaduais e de entidades não governamentais no processo de construção desse decreto veio a inviabilizar o cumprimento do mesmo, que foi revogado mais tarde pelo Decreto nº 750/93.

A despeito de sua importância para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica e Ecossistemas associados, o Decreto nº 750/93 faz menção a “*proibição do corte, exploração e supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica*” (art. 1º), no entanto abre exceção quando esta decisão for motivada pelo órgão estadual competente com anuência do IBAMA (art. 1º Parágrafo Único).

Esse decreto teve alguns problemas de implementação (inclusive a sua natureza de decreto). Junto a ele, inúmeras resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente também procuram disciplinar o uso e a ocupação, enfatizando a extrema necessidade de preservação dos seus remanescentes e o incentivo ao uso sustentável.

Foram aprovadas pelo CONAMA diretrizes que marcam a luta pela conservação da Mata Atlântica, estas foram incorporadas ao Projeto de Lei nº 3.285/92 e já se inclui inovações que não constavam no decreto anterior, tais como: uma delimitação do espaço territorial da Mata Atlântica, bem como a proteção das formações vegetais do Bioma (CAPOBIANCO, 2001).

O Decreto nº 750/93 foi revogado posteriormente pelo Decreto nº 6.660/08 que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe de normas e regras mais elaboradas sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), foi criado com a intenção de regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da

Constituição Federal de 1988 – CF, e assim efetivar a proteção e conservação ambiental. Para isso, seria necessário reestruturar as áreas protegidas anteriormente criadas (Reservas Ecológicas), a fim de garantir a efetivação da Lei que passa a considerar as áreas protegidas como Unidades de Conservação (UCs). A partir dessa lei, inicia-se o processo de recategorização das reservas ecológicas em UCs, ou seja, de transformação de uma categoria antiga “Reserva Ecológica” para uma nova terminologia “Unidade de Conservação”.

O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de áreas protegidas. Nessa lei, o sistema de conservação é formado pela interligação de várias componentes: manutenção de serviços ecológicos essenciais; proteção de espécies, ecossistemas e de paisagens naturais; pesquisa e monitoramento ambiental; desenvolvimento sustentável; educação ambiental e participação popular.

Apesar da relevância do ecossistema Mata Atlântica, anteriormente destacado, nem o art. 225, § 1º, da CF, nem o SNUC, dedica atenção especial a esse ecossistema, fato que pode ser complementado pelos Estados que dispõem de autonomia para legislar, quando assim não for feito pelo legislador federal, em caráter de complementaridade.

2.2. Panorama das unidades de conservação da natureza

Os grandes marcos para a conservação da natureza vão além das convenções internacionais que culminou no conceito de desenvolvimento sustentável propagado na ECO 92 para o Brasil e o mundo.

Esses marcos confrontam com um novo modelo de sociedade, que desenvolveu novas tecnologias, que acabou descobrindo meios de destruição em massa da natureza, rompendo com a ligação ancestral dessas relações, que são consideradas por muitos como um mito.

Esse mito, provavelmente oriundo de países ditos “industrializados”, se refere a áreas naturais protegidas, consideradas como um paraíso, um espaço desabitado, onde a natureza deve ser mantida intocada e livre de qualquer pressão por parte da humanidade (DIEGUES, 2001a). A ideia central defendida até então se pautava na preservação da natureza sem a interferência humana.

Essa perspectiva seria uma ideia interessante para fins de conservação natural, mas esse mito conflita com outros mitos e simbologias existentes nas

populações locais que vivem em áreas protegidas (por exemplo, indígenas, pescadores artesanais, e outras). Esse conflito é percebido através da produção do conhecimento destas populações locais que desenvolveram, um inter-relacionamento com o ambiente no qual estão inseridas, sistemas de manejo de fauna e flora, oportunizando, assim, a conservação da diversidade biológica (IBIDEM, 2001a).

As discussões nesse âmbito têm sido marcadas pela ênfase no desenvolvimento de ações e programas que reafirmem a importância de novos instrumentos de gestão para o fortalecimento da participação democrática e controle social nas políticas de desenvolvimento, uma vez que a gestão de UCs vem ganhando notoriedade como propulsor de desenvolvimento sustentável, já que é impossível haver desenvolvimento econômico e condições de vida sustentável sem o uso de recursos naturais, dentro do modelo neoliberal.

Para tal, seria necessário que esses instrumentos de gestão participativa, em especial as que tangem a esfera ambiental, legitimassem suas políticas perante a sociedade, visando garantir o compromisso dos agentes implementadores e alcançando sua efetividade social. Afinal, as decisões públicas são sempre difíceis, já que os recursos são em geral insuficientes para atender à totalidade dos problemas (MATTOS, 2005; PERICO; RIBERO, 2005).

No panorama apresentado anteriormente, pouco tem sido discutida a gestão da redução de riscos em áreas protegidas. Talvez seja pelo fato de serem “protegidas” do ponto de vista legal, que terminem ficando à deriva desta discussão.

No cenário mundial, as primeiras referências acadêmicas e políticas relacionadas às UCs couberam principalmente à União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, o papel de sistematizar e avaliar dados e experiências para a proposição de diretrizes indicativas que auxiliassem os países a alcançar a conservação da biodiversidade. Tais UCs são consideradas como Protected Areas, ou seja, área natural protegida e dedicada especificamente à proteção e conservação da biodiversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, que deve ser manejada por dispositivos legais e outros meios efetivos (UICN, 1994).

No Brasil, o estudo sobre esse tema considera que as unidades de conservação são áreas espacialmente definidas, que objetiva a conservação da

biodiversidade e da paisagem *in situ*, bem como a manutenção do conjunto de seres vivos em seu ambiente, de modo que possam existir sem sofrer grandes impactos das ações antrópicas (BRASIL, 2000).

A legislação brasileira considera Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que seja legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Essas ideias nasceram no final do regime político da ditadura militar no Brasil, que foi um marco referencial para o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais que influenciaram profundamente a Constituição Federal de 1988 (CF - 1988).

A CF-1988 dispõe de alguns instrumentos legais que determinam o papel da sociedade civil, através de espaços legítimos que dependem da participação social para que as necessidades comuns da sociedade brasileira sejam expressas por meio de políticas públicas. A Política Nacional de Meio Ambiente Brasileira nasceu imbuída destes preceitos. Uma prova disto é a forma descentralizada e democrática de suas ações por meio de conselhos, onde a participação comunitária tem se firmado ao longo dos anos (ANTUNES, 2005, LITTLE, 2003).

No contexto da gestão de UCs, a educação ambiental é destacada por sua relevância para a construção de processos democráticos que favoreçam a construção de sociedades sustentáveis (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Os entraves de gestão dessas UCs se devem basicamente, a vontade política do poder local no direcionamento e execução do ponto de vista legal de seu papel institucional na formalização dos espaços democráticos (conselhos) de gestão de UCs, sem contar na desarticulação dos integrantes desses conselhos, em especial as organizações da sociedade civil, que são carentes de informações e/ou formação ou ainda são lideradas por pessoas descompromissadas ou mesmo atreladas a projetos políticos de interesses pessoais (SOUZA, 2010).

Depois de dez anos de discussões sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, até a sua aprovação em 2000, ocorreram importantes avanços no campo da gestão participativa em UCs. Desse processo se pretende primordialmente: a) legitimar o avanço democrático que representam tais espaços

públicos no âmbito das políticas de conservação e proteção; b) compartilhar responsabilidades na proteção da UC, otimizando recursos e aprimorando ações; c) estabelecer relações entre a UC e o seu entorno, buscando integrar questões, ampliar a compreensão da realidade e resolver problemas de forma mais efetiva; d) valorizar a cultura local e os modos alternativos e sustentáveis de organização e produção; e) garantir o diálogo com os agentes sociais envolvidos com a gestão e o acesso deles às informações estratégicas e f) garantir o diálogo com aqueles que são afetados pela criação da UC, seja por passarem a obedecer a normas específicas à categoria escolhida, seja por serem colocados em situação de ilegalidade com a criação de unidades de conservação de proteção integral, em locais anteriormente habitados (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

2.3. Cenário das Unidades de Conservação no Brasil e no Mundo

Os esforços de diferentes atores para a conservação das unidades são perceptíveis, especialmente para os ambientais que abrigam as maiores biodiversidades do planeta, a exemplo das florestas tropicais. Por isso as estratégias de conservação internacional consideram áreas prioritárias para empregar esforços em ações de conservação (UICN, 1994).

Estudos demonstraram que em cerca de 44% de todas as espécies de plantas vasculares e 35% de todas as espécies em quatro grupos de vertebrados estão confinadas a 25 hotspots no mundo, o que equivale a apenas 1,4% da superfície terrestre. Com base nessas informações, foi definida uma estratégia de atuação concentrando-se nesses hotspots na proporção de sua participação nas espécies em risco no mundo (MYERS et al., 2000).

Foram definidas áreas prioritárias para a conservação de grande quantidade de espécies com menor custo, conhecidas como "hotspots de biodiversidade" onde concentrações excepcionais de espécies endêmicas estão passando por uma perda excepcional de habitat. O estabelecimento e expansão dos hotspots de biodiversidade oferece um grande passo para evitar o empobrecimento da biodiversidade da Terra, e a floresta atlântica brasileira está incluída nesse contexto (IBIDEM, 2000, LAURANCE, 2009).

A destruição da mata atlântica sobressai os outros biomas brasileiros, sendo 93% da área desse bioma drasticamente alterada e onde mais de 40% das espécies

de árvores e arbustos são ameaçados de extinção, e parece ter sido a regra nos últimos 500 anos. Devido a essa exploração desordenada de recursos naturais, o Brasil está entre os cinco países com maior número de espécies ameaçadas de extinção, sendo conhecido como o país da megabiodiversidade e também o país da “megaameaça” (TABARELLI et al., 2002).

No território brasileiro apenas 20% da área é protegida por meio de unidades de conservação federal, estadual e municipal. Na luta pela conservação dos ecossistemas foi desenvolvido o Painel Dinâmico de Informações Gerenciais do ICMBio, elaborado com o apoio do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas.

Segundo esse painel atualmente existem 324 unidades de conservação federais do Brasil. Essa recente ferramenta online reúne as mais importantes informações e dados de pesquisas, gestão e atividades das unidades de conservação de todos os biomas brasileiros, objetivando viabilizar de forma mais instantânea o compartilhamento e monitoramento de dados que subsidiam à gestão de áreas protegidas no âmbito nacional (ICMBio, 2017).

Os números demonstram que nos últimos 30 anos houve um aumento gradativo da criação de unidades de conservação federal, especialmente a partir dos anos 2000. Os esforços se concentram na região da Amazônia seguida pelo bioma Mata Atlântica (figura 1).

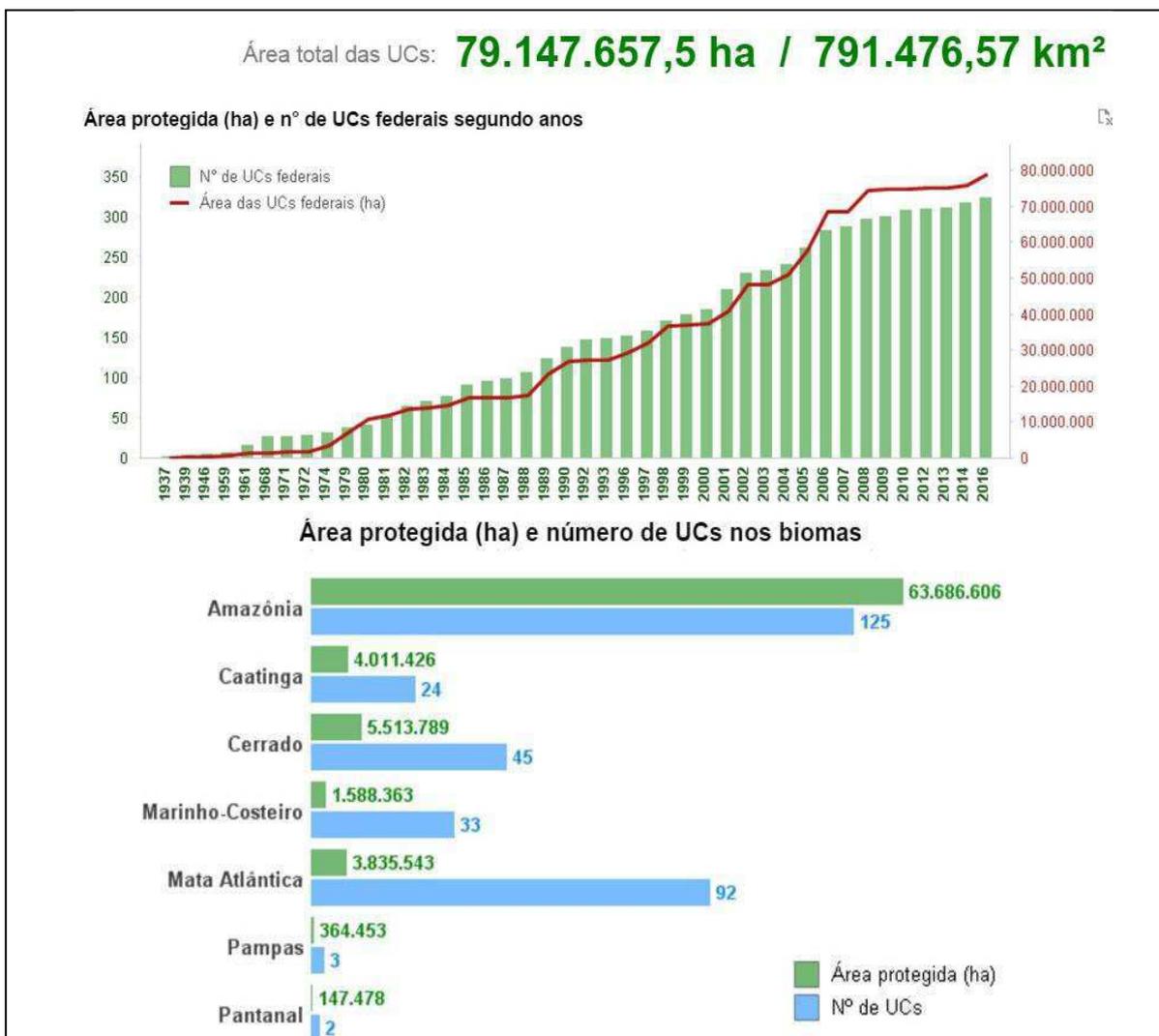


Figura 1. Evolução da institucionalização das áreas de conservação federal, considerando os biomas brasileiros. Fonte: <http://qv.icmbio.gov.br> (2017).

Quanto à gestão de unidades de conservação federal nota-se (figura 2) que a criação e implantação dos conselhos gestores aconteceu após 2001, logo em seguida ao estabelecimento do SNUC (Lei nº 9.985/2000), e se mantém crescente ao longo desses 16 anos, o que evidencia que o estabelecimento de espaços democráticos vem se consolidando gradativamente no decorrer dos anos.

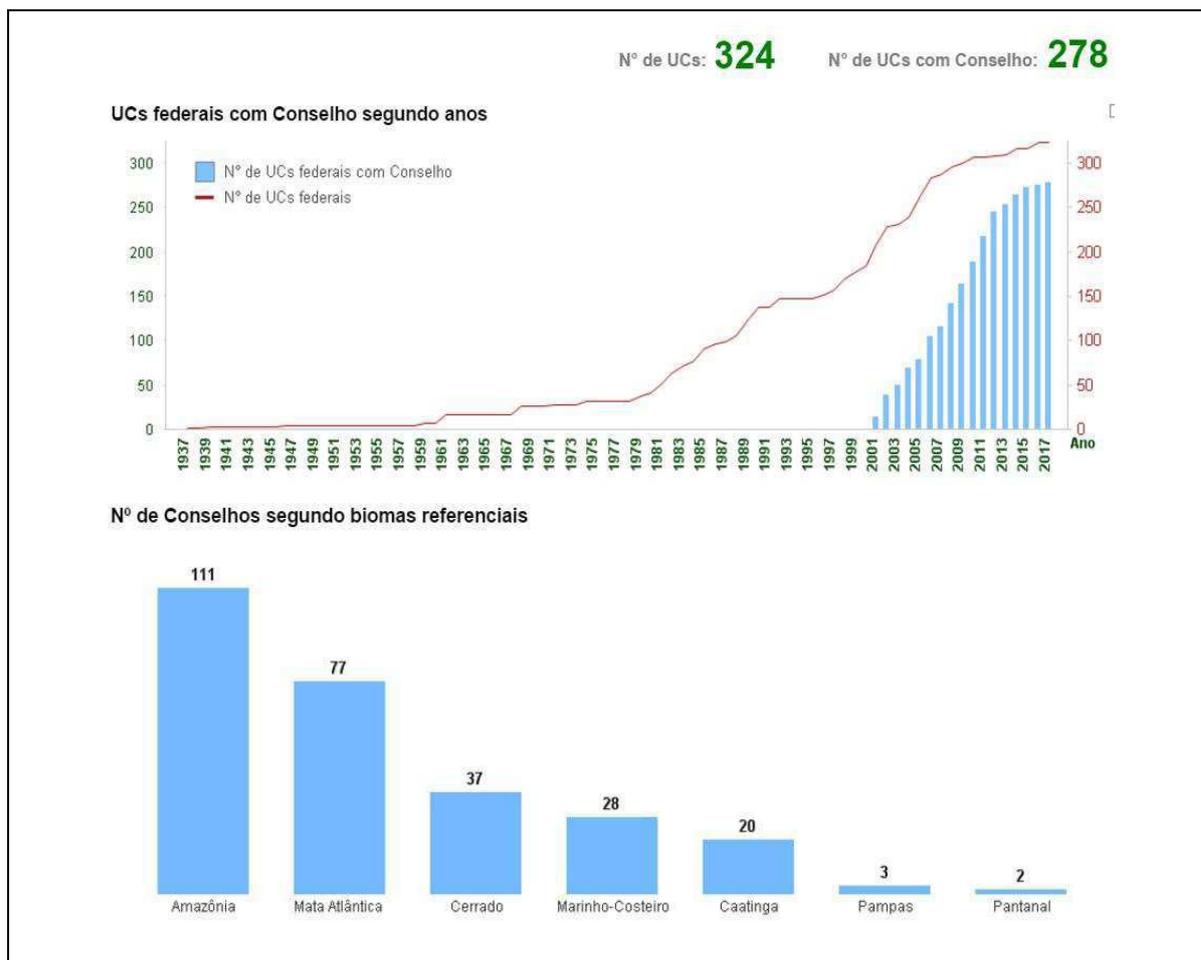


Figura 2. Evolução da criação e implementação dos conselhos gestores das áreas de conservação federal, considerando os biomas brasileiros. Fonte: <http://qv.icmbio.gov.br> (2017).

A criação dos conselhos gestores de UCs segue uma tendência embasada nas prioridades de conservação internacional dos biomas, onde a Mata Atlântica aparece em 2º lugar de importância para a gestão de unidades de conservação federal.

Para a realização eficiente da gestão dessas áreas é indispensável o conhecimento dessas unidades, e para tal os temas de maior demanda para pesquisa dentro das UCs federais, representando quase 50% são: inventários, manejo de recursos naturais e sociobiodiversidade (ICMBio, 2017).

Referente ao bioma abordado, o Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, lançado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), traz um balanço de 100 municípios que mais desmataram o bioma Mata Atlântica nos últimos 30 anos (1985 – 2015).

Os estudos tomaram como base em imagens geradas pelo sensor OLI a bordo do satélite Landsat-8, e utiliza-se a tecnologia de sensoriamento remoto e geoprocessamento para avaliar os remanescentes florestais acima de 3 hectares (ha). Os resultados mostraram que as regiões Sul e Sudeste têm a maior parcela de contribuição (64%) sendo os estados do Paraná (40), Rio de Janeiro (13) e Santa Catarina (11) como os mais significativos (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017). Nesse estudo, Pernambuco não conta com nenhum município nesta lista, o que não significa que não sofra constantemente fortes pressões por meio da expansão da zona canavieira.

Uma iniciativa na proteção e conservação da Mata Atlântica tem sido o estabelecimento de parcerias que possibilitem o manejo e o financiamento efetivo as unidades de conservação. Pensando nisso, A Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional (CI-Brasil) e a The Nature Conservancy vêm discutindo sobre a criação de uma iniciativa para as Áreas Protegidas da Mata Atlântica, que visem garantir a sustentabilidade de Unidades de Conservação prioritárias no bioma (ALIANÇA MATA ATLÂNTICA, 2016).

Segundo a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica a meta é consolidar 600 mil hectares de atuais e novas áreas protegidas públicas em regiões prioritárias para a conservação da Mata Atlântica - dentre elas os Corredores de Biodiversidade Central, da Serra do Mar e do Nordeste. A ideia é estabelecer um Programa de apoio a projetos para estas UCs, com recursos financeiros oriundos de investidores privados, de fundos de compensação e da parceria com governos estadual e federal (IBIDEM, 2016).

As parcerias público-privadas apresentadas contam também com um instrumento eficiente a nível municipal que operacionaliza a proteção do bioma: o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA). Esse plano normatiza os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica e prevê ações participativas com ação direta da comunidade local em parceria com a sociedade, visto que permite o desenvolvimento de políticas locais de meio ambiente (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017).

No âmbito internacional a proteção ambiental é cada vez mais pauta de discussões. Como resultado dessa preocupação tem-se as conversões internacionais, como a CCB (Convenção de Conservação da Biodiversidade). A CCB

estabelece diretrizes para a conservação da natureza considerando o Índice de Desempenho Ambiental (EPI).

De acordo o EPI que classifica o desempenho dos países em questões ambientais de alta prioridade, considerando dois objetivos políticos: proteção da saúde humana e proteção dos ecossistemas. Dentro destes dois objetivos políticos, o EPI Desempenho nacional em nove áreas de emissão composto por mais de 20 indicadores (EPI, 2017).

Nesse pequeno recorte demonstrativo do relatório (Quadro 1), a Europa lidera o ranking dos países com melhor desempenho ambiental, enquanto que a América Latina e Caribe fica em penúltimo lugar. Vale ressaltar que essa preocupação da Europa com a proteção ambiental é reflexo dos impactos negativos da destruição completa de seus ecossistemas naturais, visto que todas as suas florestas são secundárias.

Quando considerado apenas a região da América Latina e Caribe, a Costa Rica está no topo do ranking na proteção ambiental, com cerca de 80% de seu território protegido por lei⁴, sendo que a maioria das áreas protegidas são parques com gestão de parcerias público-privadas. Já o Brasil aparece em 4º lugar, atrás da Argentina (2º) e Cuba (3º) (quadro 1).

Quadro 1. Ranking Mundial de desempenho ambiental dos principais países por continente. O destaque mostra a situação da América Latina, inclusive do Brasil.

Ranking Mundial do Índice de Desempenho Ambiental (IDA)			
Continente	País	Rank geral	Pontos
Europa	Finlândia	1º	90,68
	Islândia	2º	90,51
Oceania	Nova Zelândia	11º	88,00
	Austrália	13º	87,22
América do Norte	Canadá	26º	85,06
	EUA	25º	84,72
Ásia	Croácia	15º	86,98
	Azerbaijão	31º	83,78
América Latina e Caribe	Costa Rica	42º	80,03
	Argentina	43º	79,84
	Cuba	45º	79,04
	Brasil	46º	78,09
África	Ilhas Maurício	77º	70,85
	Namíbia	78º	70,84

Fonte: Elaborado pela autora com base em EPI (2017).

⁴ De acordo com informações de palestras proferidas durante a Conferência da Terra 2016, na Costa Rica.

Em estudo de caso na Área de Conservação Guanacaste (ACG) na Costa Rica, identificaram-se várias características que influenciam sua capacidade de "conservação da biodiversidade". As características identificadas na ACG foram: 1) Visão clara e inspiradora internalizada pela equipe de gestão; 2) oportunidades de aprendizagem baseadas na prática; 3) alta capacidade organizacional; 4) autonomia financeira e administrativa de longo prazo e 5) diversidade de ligações entre escalas para acessar recursos. A interação entre esses atributos cria um sistema dinâmico para a governança na conservação da biodiversidade (BASURTO; JIMÉNEZ PÉREZ, 2013).

Enfim, são muitos os desafios enfrentados pelas unidades de conservação no Brasil. Essas áreas naturais são a fronteira onde a natureza resiste aos avanços inconsequentes do homem e, portanto proteger estes territórios é a difícil missão de gestores e servidores dedicados à causa ambiental. Atualmente cinco problemas enfrentados pelas unidades de conservação merecem destaque: 1) Desmatamento; 2) caça de animais silvestres; 3) regularização fundiária; 4) incêndios – fogo como ferramenta de renovação da pastagem e 5) carência de recursos humanos e financeiros (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017).

2.4. Cenário das Unidades de Conservação no Estado de Pernambuco

De acordo com o IBGE, Pernambuco é um dos 27 estados brasileiros, com 98.311 km² e localizado no centro leste da Região Nordeste, sendo sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. A Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco é considerada a parte mais úmida do Estado com média anual de umidade relativa do ar em torno de 80%, dispendo de uma área de 15,2% do território de Pernambuco. Está situado entre os meridianos de 34°80' e 30°20' Oeste de Greenwich e os paralelos 8°20' e 9°00' Sul (IBGE, 2016).

Com o predomínio de atividades agrícolas, a região da Zona da Mata Sul é constituída por 19 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano médio de 0,62. O baixo IDH é um indicador de que a sustentabilidade socioambiental da região encontra-se ameaçada, não por ter um predomínio de atividades agrícolas (setor primário), mas pelo modelo de agricultura adotado historicamente há longas datas que vem depredando as bases sociais e ecológicas da sustentabilidade (IDHM, 2017).

De acordo com o Atlas Brasil 2013, Pernambuco está entre os nove estados brasileiros considerado com status médio dentre os demais estados, com IDHM 0,673 (IBIDEM, 2017). Cavalcanti (2010) menciona que o estado é uma das regiões de maior potencial econômico do Nordeste, pelos recursos naturais disponíveis (água, solo, etc.), com razoável infraestrutura econômica (estradas, portos marítimos, aeroportos) e abundante contingente de mão de obra. Na contramão do potencial desenvolvimentista, esse cenário também é potencializador de imensa pressão aos recursos naturais.

Na Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco, merece destaque para ações de conservação os recursos naturais ligados ao ecossistema Mata Atlântica. Essa floresta tropical dispõe de uma grande complexidade biológica e foi considerada pela União Internacional para Conservação da Natureza, como um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, conforme apresentado anteriormente (IUCN, 1986).

Seguindo a ideia preservacionista, em 1987 foram instituídas pela Lei Estadual nº 9.989, as “Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife - RMR”, com o objetivo de proteger 40 remanescentes de Mata Atlântica de Pernambuco (CPRH, 2004).

Apenas em 2009, estes espaços naturais foram recategorizados a partir da Lei Estadual n.º 13.787/2009, com o estabelecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC e de acordo com a Lei nº 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, passando a serem chamadas de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000; PERNAMBUCO, 2009). Do ponto de vista legal, estas áreas se constituem como ferramenta principal para a conservação e manejo da biodiversidade, por incluírem os recursos naturais relevantes à manutenção da vida (CPRH, 2017).

Atualmente, as Unidades de Conservação são divididas em: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral são aquelas que mantêm livres os ecossistemas das alterações causadas pela interferência humana, admitindo apenas o seu uso indireto. Já as Unidades de Uso Sustentável permitem o uso de parcela de seus recursos naturais de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos (BRASIL, 2000).

O Estado de Pernambuco possui, atualmente, 81 Unidades de Conservação Estadual (40 de Proteção Integral e 41 de Uso Sustentável), o que representa aproximadamente 19% das unidades de conservação estadual do nordeste brasileiro, perdendo apenas para Bahia e Ceará (SANTOS; PEREIRA, 2016).

Entre as Unidades de Proteção Integral estão 03 Estações Ecológicas (ESEC), 05 Parques Estaduais (PE), 31 Refúgios da Vida Silvestre (RVS) e 01 Monumento Natural (MONA). Entre as Unidades de Uso sustentável figuram 18 Áreas de Proteção Ambiental (APAs), 08 Reservas de Floresta Urbana (FURBs), 14 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPNNs) e 01 Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), conforme ilustra a figura 3 (CPRH, 2017).

Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco

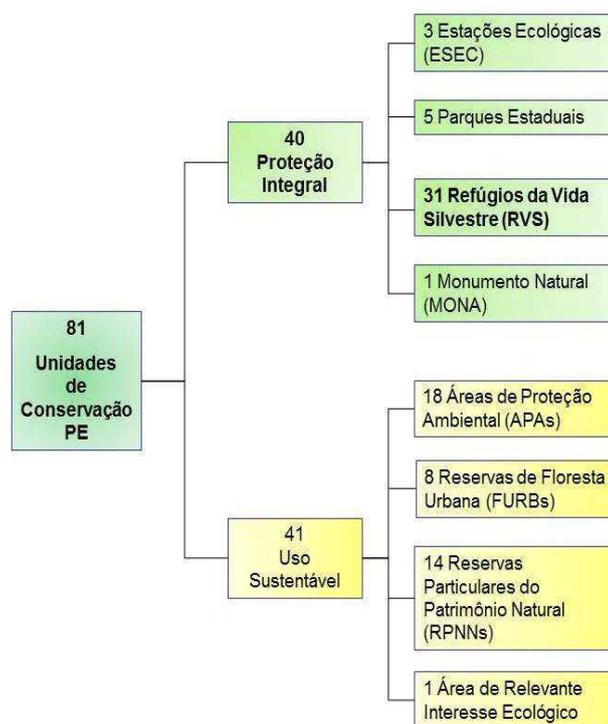


Figura 3. Esquema ilustrando as Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco, Brasil. Fonte: Elaborado pela autora com base em <http://www.cprh.pe.gov.br>.

Durante aproximadamente quatro meses (29 de fevereiro a 09 de junho de 2012), o Comitê Executivo para Implantação das UCs de Pernambuco (instituído pelo Decreto nº 36.627 de 8 de junho de 2011), percorreu o estado com o objetivo de estruturar os conselhos gestores das unidades de conservação instituídas. Foram realizadas 17 reuniões de mobilização, com mais de 300 participações, envolvendo

tanto organismos governamentais quanto entidades da sociedade civil para sua composição, sendo 23 conselhos gestores formados para serem constituídos por portaria da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) com respectivas minutas de portarias elaboradas e aprovadas pela Coordenadoria Jurídica, prontas para publicação e 19 conselhos gestores pendentes.

É importante destacar que essas reuniões de mobilização para a composição dos conselhos gestores das UCs, foram realizadas pelo órgão ambiental estadual CPRH em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS do governo do Estado e não contemplaram de forma ampla as comunidades do entorno das UCs, apesar da presença de lideranças representativas das populações interessadas nas reuniões e demais processos, considerando o pequeno intervalo de tempo direcionado para a atividade.

Do ponto de vista legal, a participação da sociedade civil é garantida pela Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei 6.938/81) construída em plena ditadura militar e incorporada posteriormente a Constituição Federal de 1988, nascendo com o objetivo de:

“preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (art. 2º da PNMA Lei 6.938/81).

E especifica em seu art. 4º, inciso I que deve buscar “*à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico*”.

Assim o estabelecimento do SNUC representou uma inovação, em especial para a gestão de unidades de conservação com participação ativa da sociedade civil por meio de conselhos gestores de UCs que vem como referencia desse a PNMA e se incorpora ao SNUC.

3. ESTADO, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

As transformações socioeconômicas impulsionadas pela globalização da economia e pelo reordenamento do sistema capitalista marcaram de forma significativa a relação Estado-Sociedade nas últimas décadas do século XX. O Estado pode ser visto como um campo de relações, de interesses divergentes; um espaço ou arena onde os conflitos da sociedade se estabelecem. Neste sentido, o Estado não é um ente abstrato, mas se concretiza por meio das instituições, se tornando o principal agente das políticas públicas, porém, “aberto” à participação da sociedade (POULANTZAS, 1977; CARDOSO, 2007; MULLER, 2009).

Isso acontece porque apesar de o Estado ser um instrumento da classe dominante, ele não atua como servo exclusivo de uma determinada classe, mas age dentro de um equilíbrio movido de compromissos entre classes dominantes e dominadas através de relações de forças e coalização de classes (IBIDEM, 1977; IBIDEM, 2007).

No campo das políticas públicas alguns modelos influenciaram o processo de organização das ações públicas. O modelo das arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas, que em geral, se configuram em verdadeiras redes sociais. Parte do pressuposto de que uma política surge e se desenvolve quando uma circunstância ou evento se transforma em problema, convencendo as pessoas de que algo precisa ser feito. As redes constroem, constroem e reconstróem as ações e as estratégias das políticas. A força desse modelo consiste na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos envolvidos numa determinada política pública (MULLER, 2009).

Por sua vez, no modelo influenciado pelo novo gerencialismo público a busca da eficiência passa a ser o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância da credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política. Apesar de guiar o desenho das políticas públicas mais recentes, tais modelos ainda são pouco incorporados nas pesquisas empíricas.

O que se observa é que esses dois modelos parecem guiar a realidade das políticas públicas contemporâneas. A exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente que tem delegação de elaborar e implementar políticas públicas relacionadas a sua área, mas sua independência política é relativa face às

divergências que ocorrem na efetivação das políticas. Isto ocorre devido às interferências do poder privado que, segundo os preceitos do capital, sente-se ameaçado pelas restrições ao meio ambiente, que limitam seu poder de controle e ação na apropriação dos recursos ambientais.

O modelo de arenas sociais permite investigar as ações e as relações entre indivíduos e grupos, aqui incluindo sua capacidade de interferir e participar na resolução de um problema que se tornou objeto de uma política pública, no caso em estudo, as políticas de conservação ambiental, e seus impactos no cotidiano e na qualidade de vida dos cidadãos.

Daí a necessidade da participação da sociedade civil organizada na fase de planejamento, elaboração, implantação e avaliação de uma política pública, ou seja, no seu ciclo completo, como preconiza a Agenda 21 em relação à Agenda 21 Local, o que ainda está longe de se concretizar dentro do atual modelo de desenvolvimento.

Foladori e Taks (2004) discutem a necessidade de processos de monitoramento em tempo real da aplicação de políticas e que isso não é realizável sem a participação ativa dos envolvidos, numa verdadeira avaliação contínua de todo o processo. Os autores ainda retratam a necessidade de se estabelecer agendas de investigação científica “de baixo para cima”, como por exemplo, a *community-based research* [pesquisa de base comunitária], como alternativa para resgatar o interesse dos afetados pelo problema ambiental e permitir que se utilizem vantajosamente dos avanços da “ciência normal”.

3.1. Impactos das transformações políticas, econômicas e sociais sobre as políticas de conservação ambiental

As transformações ocasionadas na relação Estado-Sociedade do século XX trouxeram fortes impactos na forma de governar. O modelo neoliberal de desenvolvimento passou a influenciar todos os processos de estruturação na esfera das políticas públicas de modo geral, influenciando a criação de dispositivos legais que garantissem a reprodução do capital.

Lembrando que no contexto nacional vivia-se um reflexo do cenário internacional marcado por inúmeros avanços tecnológicos, conquistas da civilização

e reviravoltas em relação ao poder, marcadas por inúmeros conflitos "época dos grandes massacres" oriundos de guerras mundiais, culminando numa tímida inserção na era democrática.

Nesse contexto, se começa a pensar após a Constituição de 1988 em garantia de direitos sociais por meio de políticas públicas. Assim, as políticas públicas seriam "ações de iniciativa governamental de interesse comum que devem ser construídas **com e para** a coletividade" (grifo nosso). Sendo que sua efetivação depende de quatro fatores fundamentais: 1) Base na legislação; 2) Aparato institucional com recursos e infraestruturas suficientes; 3) Planejamento - programas, planos, projetos e metas; 4) Controle social com participação proativa dos cidadãos através de instâncias colegiadas sobre as ações do Estado (SOUZA; BARROS, 2007, p.16).

Como um dos elementos de efetivação de uma política pública, o controle social aqui citado considera a definição de Silva (2009) que diz ser o aumento da influência da sociedade sobre os atos do Estado. Assim, ele resulta da participação social com divisão de responsabilidades. Essa influência da sociedade nas ações do poder público deve considerar as visões sobre as políticas públicas e as formas de organização legal de intervenção por meio de conselhos e ainda como esta sociedade participa do processo decisório.

Assim, o controle social é eficiente quando há uma atuação coletiva dos cidadãos podendo ser evidenciada, do ponto de vista prático, por meio de conselhos compostos de representantes eleitos diretamente pelos variados setores da sociedade civil, tendo por principal função monitorar as irregularidades relacionadas ao desvio de dinheiro público. Isso tem sido alcançado por meio de parcerias que visam fomentar a criação de conselhos e através de informação e formação que possam melhorar a atuação desses conselhos na fiscalização de irregularidades da gestão pública (BAPTISTA, 2016).

Na prática a atuação dos conselhos está bem longe de se tornar uma realidade, pois são muitas as vulnerabilidades inerentes ao modelo de Estado instrumental adotado por nossa sociedade.

Portanto, o controle social exerce um papel imprescindível para o enfrentamento de situações de injustiça socioambiental, revertendo propostas e

modelos de desenvolvimento insustentáveis e apoiando iniciativas que levem a modelos mais justos e saudáveis (PORTO, 2005).

E para que esse controle social seja efetivo é necessário que haja um processo bem consolidado de participação social. Essa participação deve considerar a visão de Ortiz (2017, p.03) onde “*participar é fazer parte nas tomadas de decisão. [...] é também acompanhar [...] as atividades geradas por meio daquelas decisões coletivas tomadas durante o processo participativo*”. E também a redistribuição de poder que permiti aos cidadãos menos privilegiados interagirem ativamente nas ações de seu interesse futuro. Ou até [...] “a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão” [...] defendida por Arnstein (2017, p.04).

Do ponto de vista legal, a participação popular se traduz como uma ação política organizada (CF 1988, arts.129 e 225) e se dá por meio de assembleias, conselhos, comissões e conferências. Dessa maneira, a participação social tem sido um elemento importante na tecitura de redes sociais articuladas no processo de horizontalização do poder de comando da sociedade, com vistas a garantir sua sustentabilidade.

Mas de onde vem a ideia dos conselhos? A expressão “conselho”, utilizada na gestão pública ou pela sociedade civil, não é nova. Alguns estudiosos relatam que os conselhos são tão antigos quanto a democracia participativa. No entanto, dentre os conselhos mais famosos na história, destacam-se a Comuna de Paris, os conselhos dos soviets russos e os conselhos operários de Turim, estes últimos estudados por Gramsci (GOHN, 2007).

A base teórica dos conselhos, de acordo com a concepção gramsciana, se fundamenta na análise da realidade italiana. Nesta época, reinava na Itália, um quadro sócio-político onde a grande massa se encontrava sem disciplina, consequência provável da guerra. Nesse momento, Gramsci se posicionou priorizando soluções coletivas com perspectivas de unir e disciplinar um trabalho comum e solidário, pois acreditava que dessa maneira nasceria uma ação concreta de construção para a transformação (GRAMSCI, 1978; MAESTRI; CANDREVA, 2007).

Gramsci propôs a organização de equipes articuladas num todo, mas diferenciadas em vários grupos profissionais e nas várias qualificações técnicas existentes no interior de uma empresa fabril. As Comissões Internas se converteriam

em Conselhos de Fábrica. Defendia a ideia de que o partido socialista e os sindicatos profissionais demoravam muito tempo para absorver toda a classe trabalhadora, e que a vida social dessa classe já estava cheia de instituições, portanto, era preciso desenvolver estas instituições e as atividades, organizando, em conjunto, um sistema amplo e articulado que absorveria e disciplinaria toda a classe trabalhadora (Ibidem,1978; Ibidem, 2007).

A partir das comissões internas, todos os elementos constitutivos dos Conselhos de Fábrica tinham função educativa, não somente para estabelecer a Hegemonia, mas para adquirir um novo patamar como “os órgãos do poder proletário”, na construção de uma nova sociedade, na substituição do capitalista em todas as suas funções de direção e de administração.

Gramsci (1978) via os conselhos operários, especialmente os conselhos de fábrica, como alternativas possíveis de participação, formas modernas de organização encontradas em condições de divisão do trabalho avançadas, com a indústria e a urbanização desenvolvidas.

Os Conselhos de Fábrica objetivavam desestruturar o modo de produção capitalista gerando novas relações sociais, políticas e culturais, considerando a ação dos trabalhadores na própria estrutura de trabalho. Esta ação visava gerar um homem novo, original, e tinha uma intensa preocupação com a questão cultural e com a análise das relações internas de produção e os meios de alterá-los (Ibidem, 1978).

A experiência dos conselhos foi fundamental para a elaboração posterior de uma concepção de partido político, e que seu movimento criticava toda e qualquer forma de cristalização burocrática, na construção da gestão democrática em seu amplo entendimento para a formação humana.

Mas o desenvolvimento capitalista sob a égide do grande capital e da divisão de classe que dele é inerente vem dificultando as práticas democráticas. Mesmo com os crescentes movimentos contra a globalização e os fóruns ambientalistas que vem se multiplicando e exigindo uma participação mais efetiva nas políticas públicas, como é o caso da Agenda 21 Local, as políticas públicas voltadas para a conservação ambiental servem a interesses muitas vezes obscuros do capital internacional.

Mesmo diante desse cenário, Gramsci (1978) defende que a articulação da sociedade civil organizada e sua práxis, com base no senso comum, geram a possibilidade de transformação social, oriunda do processo de politização e transformação da consciência das massas, tendo como papel imprescindível nesse processo, a presença dos intelectuais. Assim o fermento básico das mudanças seria os movimentos sociais.

Scherer-Warren (1993) afirma que há evidências empíricas de que os movimentos populares, na última década, passaram por transformações profundas, que vão desde a valorização das organizações de base para o reconhecimento da importância e necessidade das articulações e formação de redes.

Castells (1999) mostra a expansão das redes como a nova morfologia social das nossas sociedades, no sentido de que as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes. A concentração de poder/ rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável em longo prazo se não houver horizontalidade no processo e fortalecimento dos atores responsáveis por conduzi-lo (MAESTRI; CANDREVA, 2007).

O fortalecimento (*empowerment*) é uma abordagem que objetiva a delegação de poder de decisão, autonomia e participação dos atores sociais (Ibidem, 2007). De forma bem ampla, Dowbor (1994) diz que a capacidade de autotransformação econômica e social de uma determinada comunidade é chamada de "poder local" e esta questão está emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da organização da sociedade. O também conhecido "espaço local" está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas "tecnologias urbanas" (Ibidem, 1994).

Para Arroyo e Schuch (2006) não é preciso haver industrialização, tecnologia e a distribuição de renda para haver desenvolvimento, mas liberdade, educação, saúde, proteção do meio ambiente etc., ou seja, é preciso haver mudanças na estrutura econômica e social que promovam o fortalecimento da sociedade, pois o desenvolvimento que se busca tem que ser construído e conquistado por uma coletividade.

A racionalidade ambiental é um resultado da práxis, ou seja, “um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos” (LEFF, 2001, p. 134).

3.2. Sistema capitalista neoliberal e Sociedade de Risco

Com a crise dos modelos de intervenção estatal na economia, o Estado foi influenciado a adotar a ideologia neoliberal para o desenvolvimento das políticas públicas, não apenas como regulador das relações econômicas, mas, com a adoção de novas funções: a de planejador, financiador e empresário do processo de desenvolvimento; o que acarretou diversos projetos de reforma estatal e de redefinição dos papéis dos governos, do mercado e da sociedade civil (CARDOSO, 2007).

O modelo neoliberal se caracterizou pela defesa dos princípios contrários aos praticados pelo Estado interventor, e influenciou o surgimento de uma lógica que busca privatizar o território, tornando-o competitivo para o capital, cujo desenvolvimento era visto apenas como a atração de investimentos privados para projetos públicos (IBIDEM, 2007).

Segundo Moraes (2002) as reformas neoliberais do Estado não visaram apenas acertar balanços e cortar custos, imprescindíveis à remuneração dos juros da dívida (interna e externa), mas, sobretudo, alterar as agendas políticas direcionando-as prioritariamente para o viés economicista, procurando racionalizar as ações do poder público sobre a sociedade.

Dessa forma, o Estado faz parte do núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais são materialmente constituídas e inter-relacionadas, sendo impossível superá-lo sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. O capital é, portanto, um sistema poderoso e abrangente, conhecido como sistema de sociometabolismo do capital, que com sua lógica incontrolável torna o sistema do capital essencialmente destrutivo (MÉSZÁROS, 2011).

Nesta perspectiva, quanto mais aumentam a competitividade e concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização da força de trabalho humano

e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. Expansionista, destrutivo e incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, crônica e permanente, com a irresolubilidade de sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade (IBIDEM, 2011).

Neste viés, é necessário compreender e vencer o imperialismo, hoje disfarçado de “globalização”. Este termo se constitui atualmente num dos eixos mais forte de transformação da sociedade contemporânea. Sabe-se que cerca de 500 grandes grupos econômicos são responsáveis por um quarto da produção mundial, constituindo redes mundiais de atividades cuja presença se faz sentir em qualquer município, seja o mais distante, de qualquer país (DOWBOR, 1994; SANTOS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006).

As telecomunicações evoluíram e abrangem o mundo todo e técnicas modernas permitem a movimentação gigantesca de dinheiro para qualquer continente em poucos segundos, provocando mudanças estruturais nos locais aonde o capital se instala e se reproduz. Na verdade, nenhum país hoje pode se permitir dar as costas para o processo mundial de modernização e de expansão da globalização neoliberal. Neste aspecto, a globalização econômica e a força dos mercados promovem uma homogeneização progressiva da riqueza e do desenvolvimento por meio do livre comércio e da completa liberdade de circulação dos capitais privados (IBIDEM, 1994; IBIDEM, 2000; IBIDEM, 2006).

No caso brasileiro, a globalização trouxe consigo uma mudança radical da estratégia de desenvolvimento desde os anos de 1930, caracterizada pela alteração de rumo imposta pela renegociação da dívida externa, que obrigou o país, nos anos de 1990, a se submeter às políticas neoliberais de ajuste de corte, desenhadas pelos credores, organismos internacionais e alguns governos centrais, em troca de retorno financeiro internacional (SANTOS, 2000).

Diante deste fato, o governo brasileiro se apresentou imóvel, cujo imobilismo se estendeu para outras instâncias federativas do poder estatal, acirrando as profundas desigualdades territoriais preexistentes e o conflito (a guerra fiscal) entre todas as unidades da federação, em nível estadual e municipal (IBIDEM, 2000).

Em Pernambuco, a Zona da Mata Sul, tem se destacado nos últimos anos como objeto de políticas territoriais de desenvolvimento tanto pelo Governo do Estado de Pernambuco quanto pelo Governo Federal. Estas políticas visam reverter o quadro crônico de subdesenvolvimento que esta região herdou no seu contexto histórico de formação socioeconômica.

Esta região é um exemplo típico de situação de degradação dos recursos naturais (solo, biodiversidade e água) e de crônicos desequilíbrios socioeconômicos, possuindo desde o início da colonização do Brasil uma estrutura agrária caracterizada pela cultura intensiva da cana-de-açúcar em grandes latifúndios, com elevada concentração de renda e baixo nível de desenvolvimento humano que afetam a população constituída na sua maioria por agricultores. Esses agricultores formam uma numerosa mão-de-obra pouco qualificada e que atuam como assalariados do setor sucroalcooleiro e na agricultura de auto consumo (ANDRADE, 1980).

Para Beck (1998) os problemas da sociedade atual são resultantes, não antecipados, da modernização industrial, baseada no Estado-nação. Um novo tipo de capitalismo, de sociedade, de economia e de vida pessoal surge (segunda modernidade), criando a necessidade de um novo quadro de referência. A produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Estes riscos são globais e intimamente ligados a decisões técnicas, administrativas e políticas. Por conseguinte, as decisões políticas não dominam a incerteza ou a possibilidade de destruição e autoameaça e as grandes organizações industriais do futuro operam “sem proteção” ou seguro.

Isso afeta a capacidade de intervenção da sociedade levando a ameaças e vulnerabilidades, apresentados nesse estudo no capítulo 5.

4. AS AMEAÇAS, VULNERABILIDADES E RISCOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Do ponto de vista conceitual, são adotados nesta pesquisa os conceitos de ameaça, vulnerabilidade, risco, gestão de riscos de desastres e redução de riscos de desastres, definidos pela Estratégia Internacional para a redução de desastres das Nações Unidas, que tem recebido importantes contribuições da Rede de Estudos Sociais em Prevenção de Desastres na América Latina – LA RED (UNISDR, 2009; MMA, 2009).

O conceito de ameaça pode ser descrito como *“um fenômeno, substância, atividade humana ou condição perigosa que podem ocasionar a morte, lesões ou outros impactos à saúde, como danos a propriedade, a perda de meios de subsistência e serviços, transtornos sociais e econômicos, ou danos ambientais”* (UNISDR, 2009).

A vulnerabilidade se expressa *“nas condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade de uma comunidade aos impactos de riscos, incluindo a degradação e a desertificação”* (IBIDEM, 2009; IBIDEM, 2009).

O risco pode ser conceituado como *“a combinação da probabilidade de que se produza um evento e suas consequências negativas”* (UNISDR, 2009). Neste contexto, a gestão de riscos de desastres por meio de seu processo sistemático de decisões administrativas, estratégias e capacidades de enfrentamento da sociedade, têm contribuído para diminuir os impactos dos desastres naturais, ambientais e tecnológicos; bem como os efeitos adversos dos riscos, promovendo consequentemente sua redução (IBIDEM, 2009; IBIDEM, 2009).

A noção de risco é bastante recente na história da humanidade. Foi apenas no século XIX, com as transformações advindas da Revolução Industrial, no mundo do trabalho e com o desenvolvimento de tecnologias, que se passou a falar acerca dos riscos e das condições que os produzem.

Dentre estas condições, as vulnerabilidades humanas estão intimamente ligadas à ocorrência de desastres. Muitos desastres são uma mistura complexa de perigos e ações naturais humanas ligadas tanto ao ambiente social, político e econômico quanto ao ambiente natural. Entretanto, há uma tendência marcada na

gestão de desastres convencional que se preocupa apenas em tratar os sintomas em vez das causas (BLAIKIE *et al.*, 1996).

A razão para esta postura é porque a vulnerabilidade está profundamente enraizada e qualquer solução fundamental envolve a mudança política, a reforma radical do sistema econômico, o desenvolvimento internacional e políticas públicas para proteger, em vez de explorar a população e a natureza. A criação de um ambiente mais seguro é basicamente uma preocupação ética destinada a quem está no poder, eles têm a oportunidade de tornar o mundo mais seguro para a grande maioria que são vulneráveis, e portanto, subordinados e incapazes de adotar opções que os tornem seguros (IBIDEM, 1996).

A identificação e o conhecimento do risco tem sido um grande avanço. Isto tem sido realizado por meio de inventário sistemático de desastres e perdas. A implementação de uma base de dados é relevante para ilustrar os efeitos dos desastres e ter uma noção mais detalhada da variabilidade de risco ao nível territorial (CARDONA, 2008). Ainda segundo o autor, estas informações são indispensáveis para formular estratégias eficientes de retenção e transferências de riscos. O reconhecimento de risco depende do grau de informação e participação das comunidades em processos de percepção e representação de risco.

O processo de redução do risco na maioria das vezes não se mostra tão significativo exigindo um grande esforço por parte dos governos. A maior fraqueza dos países em geral, está em sua política de proteção financeira e governança, necessária para alcançar uma gestão de risco eficaz. A criação de estruturas ou agências tem sido um passo muito importante, no entanto, para o fortalecimento interinstitucional, são necessários a implantação de projetos de gestão de redução de risco com parceiros que consolidem os programas de adaptação às alterações climáticas, proteção ambiental, energia, saneamento e redução da pobreza (IBIDEM, 2008).

Atualmente, os discursos sobre os riscos vão além da perspectiva puramente técnica, incluindo os aspectos sociais e culturais, que permitem compreender os fenômenos e cenários como sendo de risco ou não. Em contextos sociais diversos é possível encontrar diferentes percepções sobre o que é risco.

Na “sociedade do risco mundial“, o mundo, não apenas o Ocidente compartilha das mesmas mudanças básicas: há uma pluralização de modernidades,

sob diferentes percepções culturais. Este processo de modernização é alheio aos perigos que causa. Tais perigos latentes levam ao questionamento e transformam os fundamentos da sociedade industrial. Assim, a sociedade se depara com aspectos positivos (democracia, multiculturalismo, tolerância) e negativos (crise do Estado, flexibilização do trabalho, degradação ambiental, desemprego, terrorismo) (BECK, 1998).

Para melhor compreender este processo é importante conhecer o espaço e o território. Para Santos (2006) o espaço é:

“... formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Ao longo da história, esse espaço vem se transformando de uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, para uma natureza artificial que funciona como máquina e que é formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, até cibernéticos” (SANTOS, 2006. p. 39).

Assim, o espaço é constantemente marcado pelo acréscimo de objetos técnicos (hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, rodovias, estradas de ferro, cidades) que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. Atualmente, o espaço nesta perspectiva é visto como um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente inseridos de artificialidade e cada vez mais propensos a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (IBIDEM, 2006).

Nesse espaço há ameaças e vulnerabilidades que marcam a sociedade de risco mencionados por Beck (1998). Os sistemas de objetos e sistemas de ações que compõem o espaço são interdependentes e interativos. Os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, por sua vez, o sistema de ações cria objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, o que leva o espaço a encontrar a sua dinâmica e sua transformação (IBIDEM, 2006).

O primeiro deles é a ideia de que o meio ambiente é um bem coletivo. Assim sendo, o meio ambiente é considerado a base natural sobre a qual se estruturam as sociedades humanas. Durante sua evolução histórica as civilizações modificaram o meio natural por meio da alimentação de outras espécies de seres vivos, domesticação de plantas e animais, bem como, pela artificialização da natureza para assegurar a existência biológica e a reprodução da organização social,

estabelecendo um processo permanente e dinâmico de produção do espaço geográfico (ACSELRAD, 2010; SANTOS, 2006).

O espaço é a base para a formação do território, ou seja, o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o ator termina "territorializando" o espaço. Assim, o território é um espaço onde se projetou um trabalho e, por conseguinte, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993).

Assim o espaço social global tem transformado o papel do território nacional na organização e reprodução do capitalismo mundial desde o início da década de 1970, é o **imperialismo, agora chamado de globalização**, que vem se reestruturando e reterritorializando fazendo com que as relações sociais do local e do regional vão se interligando ao processo global, enquanto a dinâmica da escala mundial parece estar impactando as práticas subglobais com regularidade e intensidade (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 2009; TAYLOR, 1994, **grifo nosso**).

5. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizado uma combinação de métodos. O método dedutivo cujo objetivo é explicar o conteúdo das premissas e por intermédio de uma construção lógica a partir de duas premissas, numa cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, retirarem uma terceira decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (Marconi e Lakatos, 2010).

O método histórico-dialético contribuiu para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc.; sendo empregado em pesquisa qualitativa (Ibidem, 2010).

Nesse estudo foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva que permitiu conhecer mais o tema e suas relações. A pesquisa exploratória possui a característica de buscar maior familiaridade com o tema e aprimorar ideias, descobrindo intuições dos autores e criando hipóteses; enquanto que a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever fatos ou fenômenos considerando as relações existentes entre vários elementos, sendo uma marca desse tipo de pesquisa o uso de técnicas de coleta de dados previamente organizados e padronizados, a exemplo do questionário e observação sistemática (Gil, 2002).

Como procedimentos metodológicos foram realizados num primeiro momento a leitura de documentos e bibliografias ligadas ao tema central do trabalho. Para coletar os dados, foi utilizada a pesquisa de campo com observação sistemática, questionários e entrevista semiestruturada focalizada, pois, como orienta Marconi e Lakatos (2010), essa técnica dá liberdade ao entrevistador de explorar amplamente a situação, podendo prestar esclarecimentos quando necessário.

Na pesquisa bibliográfica foram levantados referenciais bibliográficos de livros, bem como artigos de revistas científicas (nacionais e internacionais) relativo ao tema abordado (resumos, artigos, livros e instrumentos políticos e legais instituídos no Brasil), muitos disponibilizados pelos principais sites de busca acadêmica disponíveis (SciELO, Google Acadêmico e Portal Periódicos Capes), com construção de banco de dados digital em Excel.

Para a pesquisa documental foram selecionados dados, tais como: regimento interno, atas de reuniões, cartas de convocação e demais arquivos relacionados, ligados aos órgãos gestores das unidades de conservação estadual e dos Conselhos Gestores de cinco UCs de proteção integral (Refúgios de Vida Silvestre: 1. Matas do Sistema Gurjaú, 2. Mata do Eng^o Salgadinho, 3. Mata do Bom Jardim, 4. Mata de Caraúna e 5. Mata de Contra Açude).

Na pesquisa de campo foi considerada a participação dos conselheiros e as reuniões itinerantes do conselho gestor do RVS Gurjaú, além da aplicação de questionários (apêndice II) encaminhados via correio eletrônico ou aplicados presencialmente ou por meio de ligação telefônica. Entrevistas semiestruturadas (apêndice I), reuniões projetivas e coleta de informações por meio da história de vida (Historia oral) no período de setembro de 2014 a janeiro de 2017 foram realizadas nas comunidades mais representativas da área (São Salvador, Pau Santo e Porteira Preta), localizadas dentro e no entorno do RVS Gurjaú, de acordo com roteiro sistematizado previamente.

As fotografias obtidas *in loco* servem de registro sobre a infraestrutura local, saneamento básico, serviços prestados, assim como a qualidade e modo de vida da população local.

Em relação à metodologia da pesquisa, o estudo se estrutura na Triangulação de Métodos, onde se estabelece abordagens qualitativas com enfoque interdisciplinar na análise e discussão dos resultados. A triangulação é um termo utilizado nas abordagens qualitativas indicando o uso simultâneo de várias técnicas de abordagens, várias modalidades de análise, vários informantes e pontos de vista de observação, visando a verificação e a validação da pesquisa (MINAYO, 2005).

A triangulação “permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto” (MINAYO *et al.* 2005, p. 31). As reuniões projetivas, os questionários e entrevistas, as histórias de vida e as observações permitiram um melhor entendimento do tema que culminaram nas considerações desse estudo.

Atualmente, diversos estudos sociais e ambientais têm se utilizado dessa metodologia, especialmente na área de Ciências Sociais, a exemplo de Lima *et al.* (2014) e Marcones; Brisola (2014), por permitir ao pesquisador uma multiplicidade de olhares e assim construir de forma interdisciplinar o conhecimento. É uma

proposta ousada mais que permite uma melhor compreensão da realidade, especialmente diante da complexidade que é a questão ambiental na contemporaneidade.

Portanto a Análise por Triangulação de Métodos reforça a importância do diálogo entre os dados, num contínuo movimento dialético. Essa hermenêutica dialética faz a síntese dos processos compreensivos e críticos, pois trabalha com a comunicação da vida cotidiana e do senso comum, e busca se fundamentar na experiência cultural (LIMA *et al.* 2014; MARCONES; BRISOLA, 2014).

Sinteticamente a metodologia da pesquisa está estruturada da seguinte maneira (Quadro 2):

Quadro 2. Esquema síntese da metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo.



Fonte: Elaborado pela autora.

O presente estudo buscou fazer uma análise das vulnerabilidades, ameaças e riscos da criação e gestão de áreas protegidas no contexto do capitalismo neoliberal; no âmbito do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/PE – Brasil. O

estudo considerou um recorte temporal de quatro anos, que envolveu desde a criação do conselho gestor e o início da gestão da UC, no período de 2012 a 2016, além “das análises” “a partir das” experiências pessoais e profissionais desde o ano de 2003.

O RVS Gurjaú está localizado em região de elevado impacto social e ambiental além do interesse público-privado, sendo considerada uma área de excepcional interesse urbanístico, intimamente entrelaçados com o capital internacional, de acordo com a última revisão do Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho, ainda não publicada. Isso pode ser constatado, a exemplo da rápida e intensa expansão dos empreendimentos industriais inseridos no Complexo Industrial Portuário de Suape em Pernambuco.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1.A Unidade de Conservação de Proteção Integral: Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú

A RESEC (Reserva Ecológica) Gurjaú foi criada em 13 de janeiro de 1987, através da Lei Estadual nº 9.989, que visava proteger 40 remanescentes de Mata Atlântica, instituindo as “Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife - RMR” (CPRH, 2004). Em 2011 foi recategorizada, ou seja, dada uma nova categoria de proteção de acordo com a Lei nº 14.324 de junho de 2011, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (BRASIL, 2000; PERNAMBUCO, 2009), como Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (RVS Gurjaú).

O RVS Gurjaú está localizado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Moreno e Jaboatão dos Guararapes, na Zona da Mata sul do Estado de Pernambuco ($8^{\circ}14'21,7''S$ e $35^{\circ}03'00,4''W$) (figura 4). Limita-se ao Sul com os engenhos São João e Bom Jesus; ao Norte com os engenhos Sucupeminha e Canzanza (assentamento); ao Leste com os Engenhos Barbalho, Rico e Rochas Velhas e ao Oeste com os Engenhos São Braz, Jacobina e Pau Santo (loteamento) (CPRH, 2016).

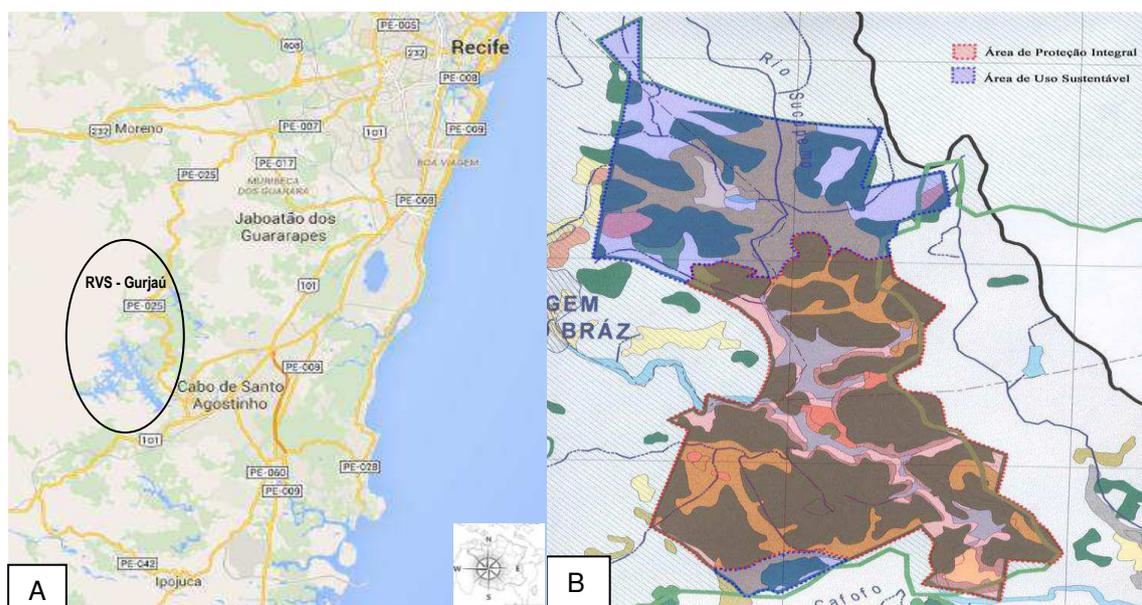


Figura 4. (A) Mapa de localização do RVS Gurjaú, Pernambuco – Brasil (Fonte: <https://maps.google.com.br>). (B) Mapa da área do RVS Gurjaú foi proposto em 2003 pelos pesquisadores da UFRPE para a criação de duas unidades de conservação em Gurjaú, a linha pontilhada em azul compreende a UC de uso sustentável e a linha pontilhada vermelha a UC de proteção integral (Fonte: CPRH, 2004. p. 190).

Com uma área de 1.077 hectares, o RVS Gurjaú é considerado o maior remanescente de Mata Atlântica da Região Metropolitana do Recife (figura 5), além de ser definido como zona núcleo (remanescentes sob legislação específica de proteção) da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, distribuídos segundo a FIDEM (1987), em três municípios: Cabo de Santo Agostinho com 744,47 ha o que equivale a 69,1% da área; Moreno com 175,19 ha (16,3%) e Jaboatão dos Guararapes com 157,44 ha (14,6%).

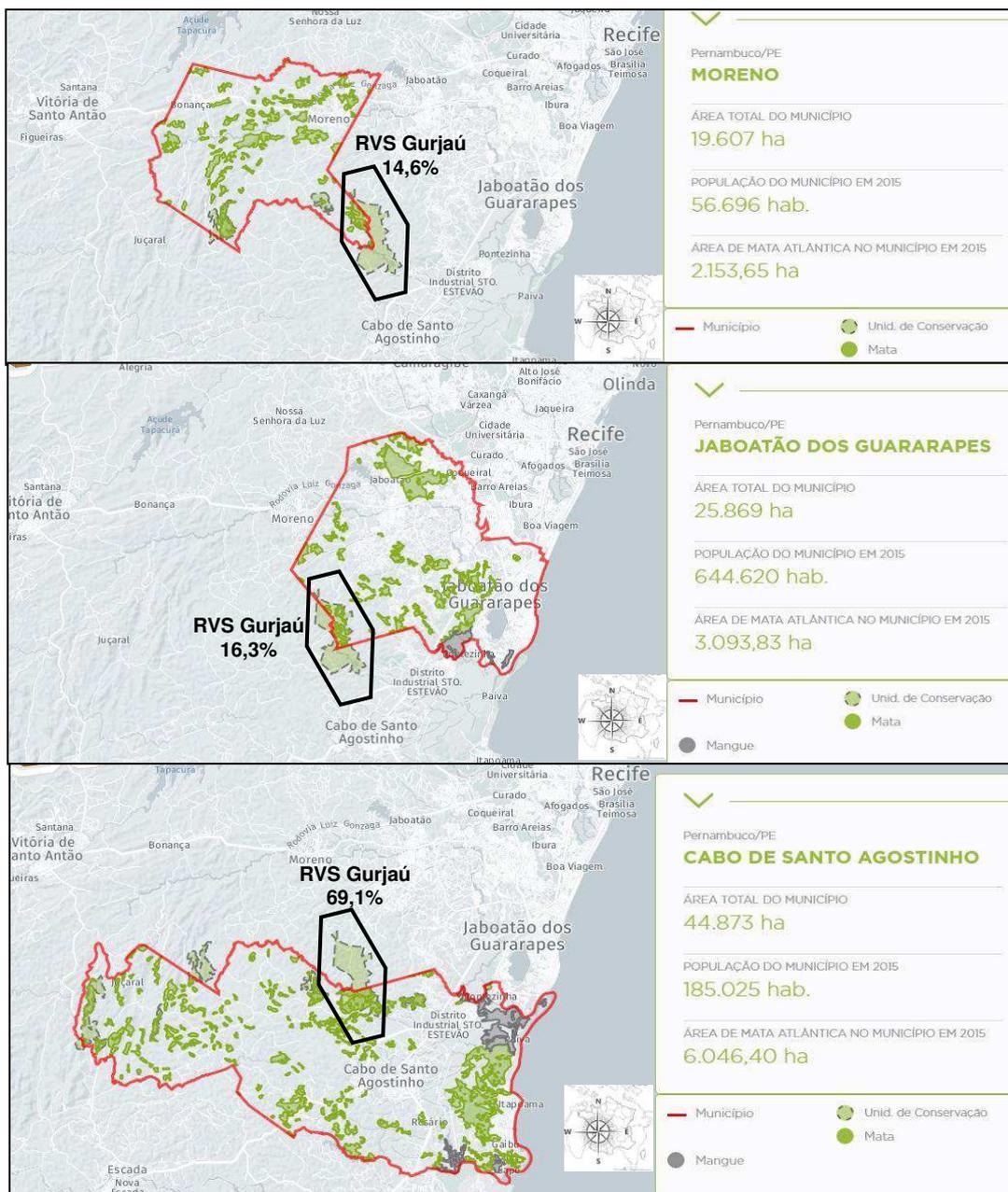


Figura 5. Mapa das áreas remanescentes de Mata Atlântica dos municípios de Moreno, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, na Zona da Mata sul do Estado de Pernambuco, Brasil. Destaca-se o RVS Gurjaú, como maior fragmento de Mata Atlântica. Fonte: Elaborado pela autora com base em <http://aquitemmata.org.br>.

Os dados acima são oriundos do Atlas da Mata Atlântica, que faz o monitoramento anual sobre o estado de conservação da floresta, considerando os remanescentes florestais acima de 3 hectares (ha). Um ponto que chama a atenção é que ainda existem vários fragmentos da floresta atlântica não incluídos em UCs, nos três municípios citados, o que torna mais difícil sua conservação (SOS MATA ATLANTICA, 2017).

Estudos realizados pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE tem demonstrado a riqueza biológica da área. Os resultados encontrados para o levantamento da flora local, em relação à quantidade e à variedade das espécies, mostram a grande importância da área para conservação, assim como a fauna que possui **espécies endêmicas**⁵ e ameaçadas de extinção (figura 6). A migração e reprodução de diversas espécies valorizam a importância ecológica da área (CPRH, 2016).

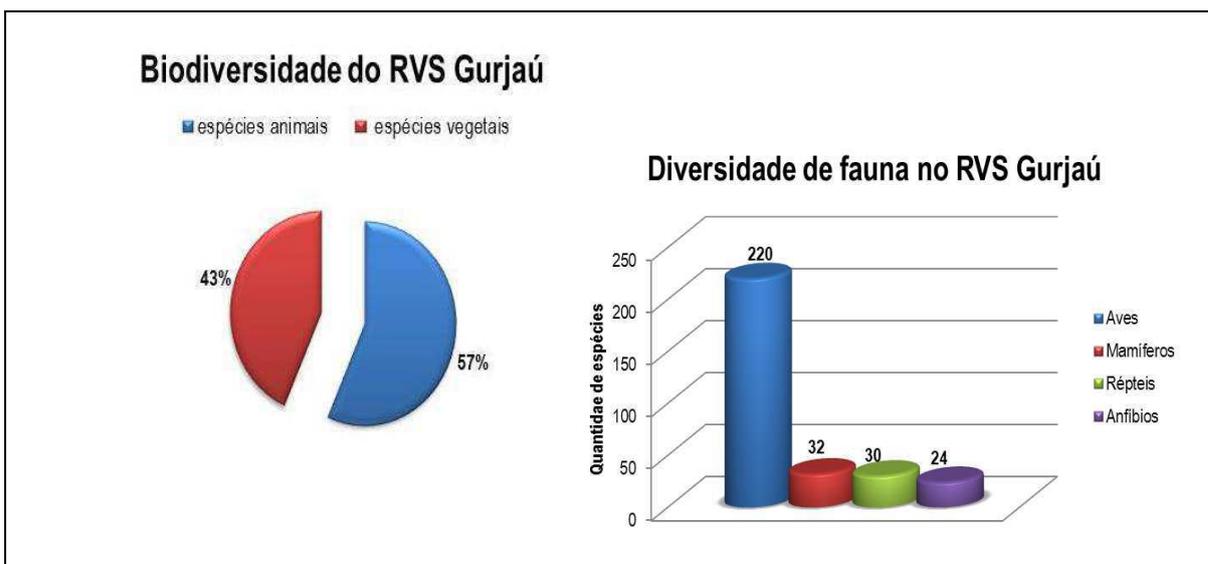


Figura 6. Espécies de fauna e flora encontradas no RVS Gurjaú. Fonte: Elaborado pela autora com base em CPRH (2016).

A unidade de conservação está situada numa bacia de proteção de mananciais (Lei Estadual nº 9.860/86), contendo em seu interior mais de 200 nascentes. No interior da unidade encontram-se três açudes: Sucupema, Gurjaú e São Salvador. Está inserida em uma única propriedade pública, pertencente à Companhia Pernambucana de Abastecimento de Água (COMPESA), que faz a captação da água, o tratamento (Estação de Tratamento de Água - ETAS Gurjaú e

⁵ **Espécies endêmicas.** Particular a um povo ou região. Que é exclusivo de determinada região, área ou ecossistema (Ex.: Endemia, endemismo). Fonte: <https://dicionarioaurelio.com>

Matapagipe) e a distribuição para o abastecimento da Região Metropolitana do Recife (RMR). (FIDEM, 1987; CPRH, 2016).

Nas proximidades do RVS Gurjaú existem mais quatro unidades de conservação de proteção integral (Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim, Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna e Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude) localizadas na Região Metropolitana do Recife, instituídas pela Lei Estadual no 14.324/11 e tem comum a gestão compartilhada dos conselhos gestores (figura 7) e o mapa em anexo.

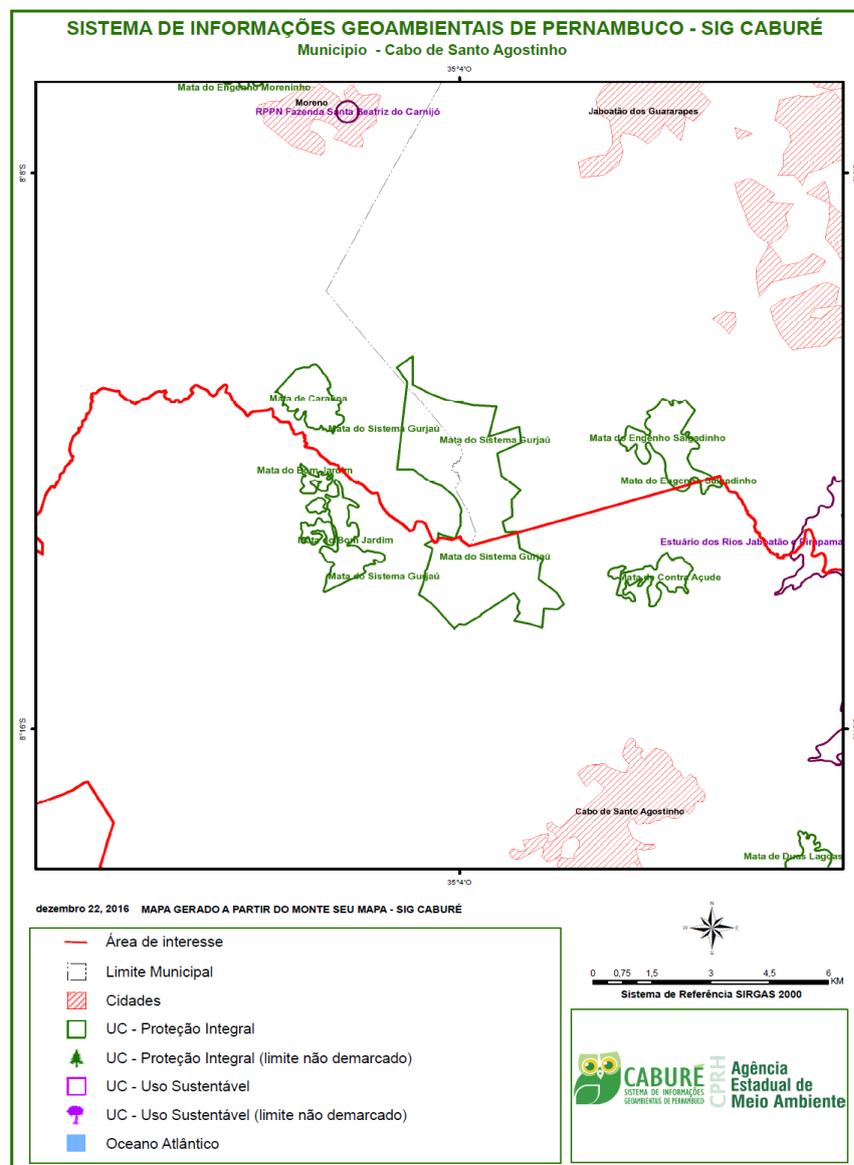


Figura 7. Localização das cinco Unidades de Conservação situadas entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Moreno, todos na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco, Brasil. Fonte: <http://sigcabure.cprh.pe.gov.br/>.

Do mesmo modo que o RVS Gurjaú, as demais UCs possuem um elevado grau de relevância para a conservação do bioma Mata Atlântica, sendo consideradas de extrema importância biológica para o Nordeste e incluídas no Atlas da Biodiversidade de Pernambuco como áreas prioritárias, despertando grande interesse da comunidade científica para pesquisas sobre a diversidade biológica do Estado (figura 8). O destaque dado para a importância dessas áreas só reforça a necessidade de aperfeiçoar e intensificar as ações de conservação ambiental, imprescindíveis para a manutenção do ecossistema.

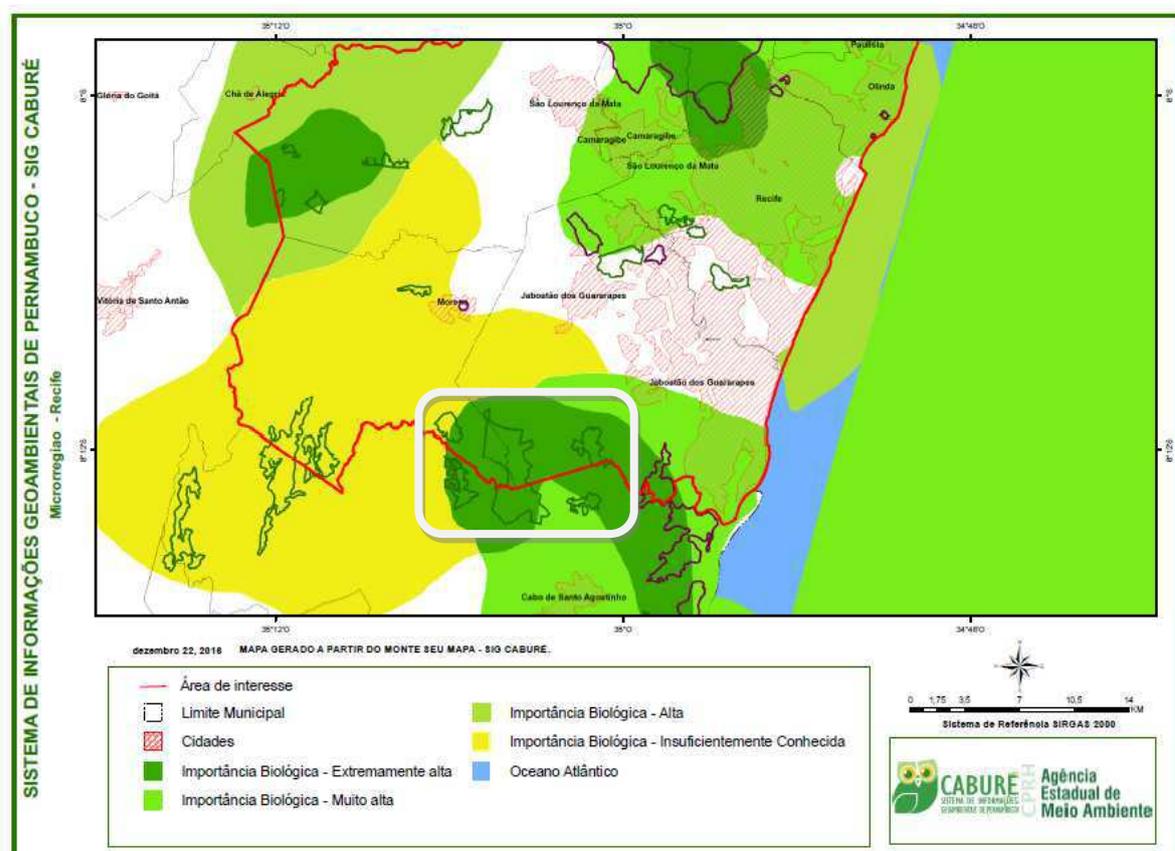


Figura 8. Mapa ilustrativo da importância biológica das Unidades de Conservação da microrregião do Recife, Pernambuco, Brasil. O destaque demonstra que a área de estudo possui extrema importância biológica para conservação. Fonte: <http://sigcabure.cprh.pe.gov.br/>

A ameaça à manutenção desse ecossistema é evidenciada por meio de ocupações urbanas, plantações e criação de animais silvestres pela comunidade dentro da unidade de conservação.

Assim como as demais áreas protegidas brasileiras, as unidades de conservação de Pernambuco foram influenciadas por vários eventos de âmbito nacional e internacional. Do ponto de vista legal, o Código Florestal (Lei 4.771/65) foi o primeiro marco importante para a proteção de áreas de floresta no Brasil,

possivelmente essa moda de proteção trouxe influências a nível local com a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho em 1978, mesmo antes da própria Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA em 1981 em plena ditadura militar.

A partir de então estava pronta à base jurídica ambiental brasileira e só foi aperfeiçoada depois de longos anos de discussão que culminou na criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC em 2000 e após nove anos o Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Pernambuco – SEUC. Considerando o cenário brasileiro, a figura 9 traz uma síntese dos principais marcos legais que colaboraram para a criação e implementação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú.

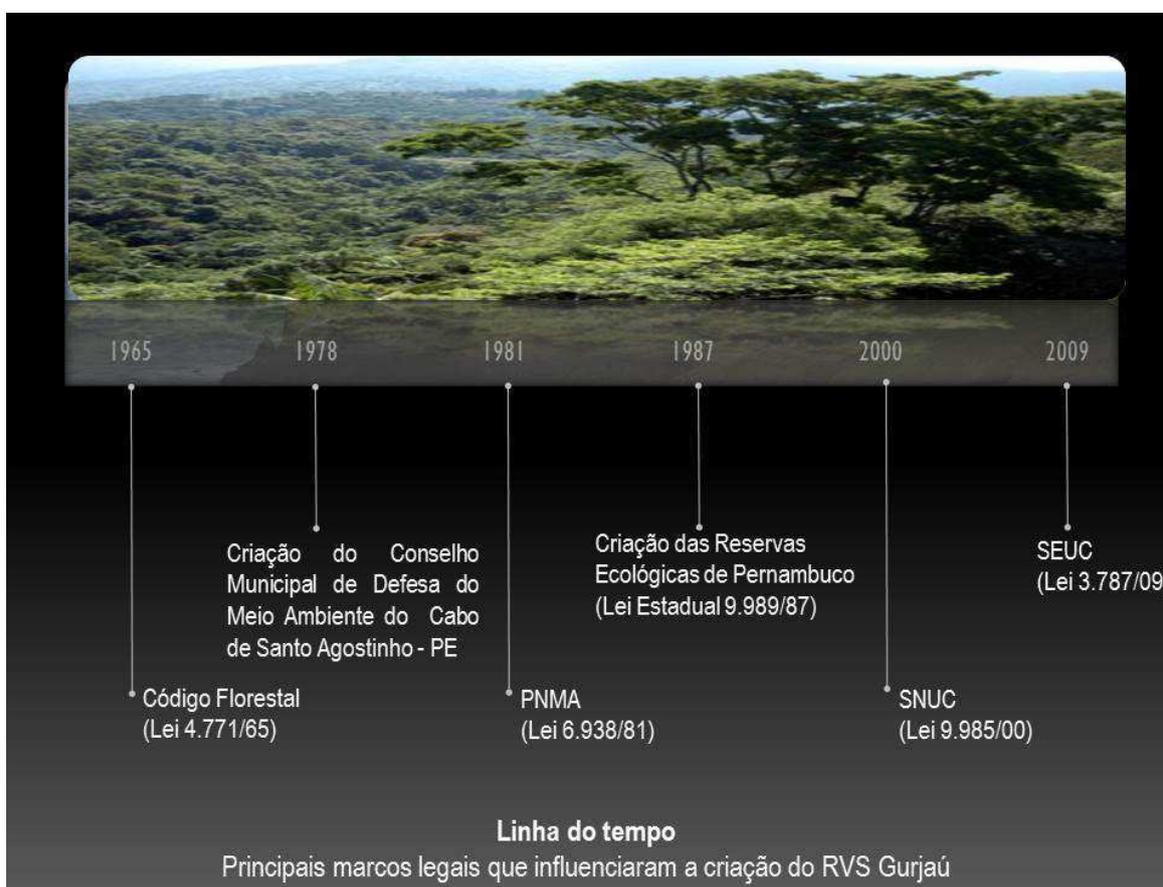


Figura 9. Linha do tempo dos principais eventos que colaboraram para a criação e implementação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, em Pernambuco, Brasil. Fonte: Elaborado pela autora.

6.2. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e o RVS Gurjaú

De acordo com o artigo 25, da Lei Estadual N°13.787/09, de 08 de junho de 2009, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC “*Todas as categorias de unidades de conservação deverão ter um conselho gestor...*” e assim o comitê executivo para implantação das UCs de Pernambuco concretizou a formação de apenas 26 conselhos gestores instituídos por portaria da CPRH e publicados no Diário Oficial do Estado – DOE em 26 de junho de 2012, das 81 UCs estabelecidas atualmente no estado, restando ainda 55 UCs sem conselhos gestores.

Vale ressaltar que os conselhos gestores têm por finalidade contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos de criação e implantação das UCs e necessitam de planos de manejo para direcionar as ações de conservação das UCs, no entanto de 2012 a 2014, apenas nove planos de manejo foram elaborados e estão em implementação (CPRH, 2017).

O Estado de Pernambuco possui até o momento 81 UCs criadas. Dessas apenas 11 dos 26 conselhos gestores de UCs do Estado (figura 10; quadros 3 e 4) estão em funcionamento, o que significa na prática que na contramão entre a criação de UCs e efetivação de sua gestão, que passa pela criação de conselhos gestores, o déficit no cenário estadual em torno de áreas protegidas ainda é grande, haja vista que 70 UCs existem apenas do ponto de vista do direito, mas não garantem de fato proteção ambiental sem a efetivação de sua gestão.

Conforme recomendação do SEUC (Lei Estadual N°13.787/09) cabe a CPRH a responsabilidade pela administração e gestão ambiental das Unidades de Conservação (UCs) Estaduais, estando entre suas atribuições: a) subsidiar tecnicamente propostas de criação de Ucs; b) implementar o Sistema Estadual de Ucs; c) encaminhar propostas de criação de Ucs; d) administrar e fiscalizar as UCs públicas estaduais; e) reconhecer as UCs Privadas; f) elaborar Planos de Manejo para as UCs e g) elaborar, implementar, manter atualizado e divulgar o cadastro estadual de UCs (Ibidem, 2017).

Apesar desse modelo de gestão buscar estabelecer uma racionalidade de “participação social” ou de “democratização política” de forma instrumental (conselhos, fóruns, mesas redondas, orçamento participativo, etc.), ele está longe de uma “democratização das relações econômicas” fortemente marcada pela luta de

classes, que surge, na problemática do controle social, como uma necessidade a ser discutida e posta em prática (DOWBOR, 2008).



Figura 10. Unidades de conservação e conselhos gestores, Pernambuco – Brasil. Fonte: Elaborado pela autora com base em CPRH (2017).

Dos onze conselhos gestores em funcionamento atualmente, destacam-se as cinco unidades de conservação de proteção integral (Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng^o Salgadinho, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim, Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna e Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude) localizadas na Região Metropolitana do Recife, instituídas pela Lei Estadual no 14.324/11, todas com conselhos gestores em funcionamento de forma integrada e abrangendo o ecossistema mata atlântica, relacionadas no quadro 6.

Quadro 3. Unidades de conservação do Estado de Pernambuco com conselhos gestores criados, Pernambuco – Brasil.

Unidades de Conservação Estacual		Municípios	Ecosistema	Diplomas Legais	Coordenadas Geográficas	Área UC (ha)	Conselho Gestor
1.	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú	Cabo/ Jaboatão dos Guararapes/ Moreno	Mata Atlântica	Lei N° 14.324/11	25L 273000 9089450	1077,1	Portaria CPRH N°51/2012 (DOE 26.06.12)
2.	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng° Salgadinho	Jaboatão dos Guararapes	Mata Atlântica	Lei N° 14.324/11	25L 277800 9092800	257	Portaria CPRH N°52/2012 (DOE 26.06.12)
3.	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim	Cabo	Mata Atlântica	Lei N° 14.324/11	25L 269350 9090900	245,28	Portaria CPRH N°54/2012 (DOE 26.06.12)
4.	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna	Moreno	Mata Atlântica	Lei N° 14.324/11	25L 268000 9095000	169,32	Portaria CPRH N°53/2012 (DOE 26.06.12)
5.	Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude	Cabo	Mata Atlântica	Lei N° 14.324/11	25L 277550 9089749	114,56	Portaria CPRH N°55/2012 (DOE 26.06.12)
6.	Estação Ecológica Caetés	Paulista	Mata Atlântica	Lei N° 11.622/98	25M 287279 9122946	157	Portaria CPRH N°63/2012 (DOE 26.06.12)
7.	Parque Estadual Mata da Pimenteira	Serra Talhada	Caatinga	Decreto N° 37.823/12	24M 577019 9127831	887,24	Portaria CPRH N°62/2012 (DOE 26.06.12)
8.	APA de Guadalupe	Tamandaré/ Rio Formoso/ Sirinhaém/ Barreiros	Mata Atlântica, Mangue, Restinga e Ambientes Marinhos	Decreto N° 19.635/97	-----	44.255,00	Decreto N° 21135/98
9.	APA de Santa Cruz	Goiana/ Itamaracá/ Itapissuma	Mata Atlântica Mangue e Restinga	Decreto N° 32.488/08		38.692,32	Portaria CPRH N°61/2012 (DOE 26.06.12)
10.	APA Aldeia-Beberibe	Camaragibe/ Recife/ Paulista Abreu e Lima/ Igarassu/ Araçoiaba/ São Lourenço/ Paudalho	Mata Atlântica	Decreto N° 34.692/10		31.634,00	Portaria CPRH N°43/2012 (DOE 26.06.12)
11.	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Eng° Uchôa	Recife	Mata Atlântica	Lei N° 9989/87 (cria) Lei N° 14.324/11 (enquadra SEUC) Dec N°39.938/13 (aumenta área)		171,05	Portaria CPRH N° 49/2012 (DOE 26.06.12)

Fonte: Elaborado pela autora com base em CPRH (2017).

Quadro 4. Unidades de Conservação Estadual de proteção integral que possuem conselhos gestores em funcionamento de forma integrada ao RVS Gurjaú registrado até dezembro de 2016, Pernambuco – Brasil.

Unidades de Conservação Estadual	Municípios	Coordenadas Geográficas	Área da UC (ha)	Conselho Gestor
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú	Cabo/ Jaboatão dos Guararapes/ Moreno	25L 273000 9089450	1077,1	Portaria CPRH Nº51/2012 (DOE 26.06.12)
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho	Jaboatão dos Guararapes	25L 277800 9092800	257	Portaria CPRH Nº52/2012 (DOE 26.06.12)
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim	Cabo	25L 269350 9090900	245,28	Portaria CPRH Nº54/2012 (DOE 26.06.12)
Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna	Moreno	25L 268000 9095000	169,32	Portaria CPRH Nº53/2012 (DOE 26.06.12)
Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude	Cabo	25L 277550 9089749	114,56	Portaria CPRH Nº55/2012 (DOE 26.06.12)

Fonte: Elaborado pela autora com base em CPRH (2017).

Desse modo, as cinco unidades de conservação de proteção integral mencionadas anteriormente, são berço de imensa riqueza biológica e consideradas áreas de extrema importância biológica. Mesmo sendo áreas prioritárias de conservação, essas UCs ainda não dispõem de planos de manejo, documento essencial para direcionar as ações de conservação da área, conforme orienta a legislação. Todas as atividades desenvolvidas atualmente são direcionadas por demanda espontânea, oriundas no âmbito das reuniões dos conselhos gestores dessas unidades.

Os conselhos gestores das UCs (Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim, Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna e Refúgio de Vida Silvestre Mata de Contra Açude) tem se reunido de forma integrada e itinerante ordinariamente a cada dois meses, e diante de demanda emergencial, por meio de reuniões de caráter extraordinário, tendo por finalidade contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos de criação e implantação dos Refúgios de Vida Silvestre mencionados, e cabendo-lhes as atribuições elencadas no quadro 5, conforme definidos em lei.

Quadro 5. Principais atribuições dos conselhos gestores integrados ao RVS Gurjaú, Pernambuco – Brasil.

Atribuições dos Conselhos Gestores integrados ao RVS Gurjaú
I. Formular, analisar e emitir parecer das propostas relativas à gestão dos RVS e da sua zona de amortecimento*;
II. Participar da elaboração, revisão e implementação do Plano de Manejo, zelando por seu cumprimento;
III. Propor, discutir e definir, ações e projetos prioritários dos programas previstos no Plano de Manejo dos RVS;
IV. Socializar e dar publicidade as informações sobre as ações desenvolvidas nos RVS e sua zona de amortecimento;
V. Opinar sobre a aplicação de recursos financeiros para os RVS, priorizando a implementação do Plano de Manejo.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Regimento Interno integrado dos RVS, 2013.

Esses conselhos gestores são constituídos paritariamente por oito entidades governamentais, incluindo órgãos públicos estaduais e municipais, e oito entidades da sociedade civil e respectivos suplentes, relacionados e/ou com interesse sobre as UCs, num total de dezesseis organizações que são comuns aos cinco conselhos gestores, relacionados no quadro 6.

Quadro 6. Composição das entidades titulares dos conselhos gestores dos Refúgios de Vida Silvestre (Matas do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, Mata do Eng^o Salgadinho, Mata do Bom Jardim, Mata de Caraúna e Mata de Contra Açude), Pernambuco – Brasil.

Entidades Governamentais	Entidades da Sociedade Civil
1. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS	1. Faculdade de Ciências Humanas do Cabo – FACHUCA
2. Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA	2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho
3. Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH	3. Comunidade Quilombola Onze Negras
4. Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA	4. Associação Sport Club Usina Bom Jesus
5. CONDEPE/FIDEM	5. Igreja Batista De Gurjaú
6. Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho	6. Usina Bom Jesus
7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Jaboatão dos Guararapes	7. Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho
8. Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Moreno	8. Escola Municipal Eudes Sobral

Fonte: Elaborado pela autora com base no Regimento Interno integrado dos RVS, 2013.

As atividades dos conselhos gestores das unidades de conservação supracitadas iniciaram em 30 de Janeiro de 2013. No intervalo de quatro anos de funcionamento (2013-2016) foram realizadas vinte e seis (26) seções plenárias, quando o Regimento Interno dos Conselhos foi instituído e revisado, criando-se dois Grupos de Trabalho (GT linhas de transmissão da Chesf e GT resíduos sólidos) para o atendimento às demandas das Unidades de Conservação, uma moção de congratulações a promotoria de Meio Ambiente – Comarca Cabo de Santo Agostinho, além do acompanhamento e fortalecimento de atividades fundamentais para a gestão das unidades.

No apêndice III há um exemplo sistematizado de carta relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Gestor do RVS Gurjaú em 2016. Essa carta ilustra um pouco do trabalho realizado na unidade de conservação, considerando as demandas discutidas no âmbito das reuniões do conselho gestor.

Dentre as ações realizadas pela gestão das UCs, destacam-se as ações de monitoramento e fiscalização ambiental (com três visitas de reconhecimento da área), início de cadastramento fundiário da área (ainda inconcluso), cursos de aperfeiçoamento e formação (curso de manejo de fauna e curso de fiscalização ambiental) e atividades de educação ambiental com as comunidades e demais atores locais diretamente ou indiretamente envolvidos com as UCs, a exemplo do projeto de Educação Ambiental permanente “Mata Atlântica: Estudo, Conheço, Quero bem!” conduzido pelo órgão gestor (BRAZ et al., 2011).

Uma atividade realizada pelos conselhos foi a reunião ordinária na comunidade de São Salvador (figura 11 A e B). O objetivo da reunião ordinária foi esclarecer a comunidade sobre o processo de recadastramento e levantamento fundiário da área da unidade de conservação. A entidade gestora do órgão ambiental (CPRH) conduziu e prestou esclarecimentos aos moradores sobre o recadastramento fundiário da população da área de entorno do RVS Gurjaú realizado pela CETAP (Centro Técnico de Assessoria e Planejamento Comunitário). Na ocasião foi realizada uma visita à comunidade (figura 12 A e B).



Figura 11. Reunião ordinária itinerante do Conselho Gestor do RVS Gurjaú em 05 de novembro de 2014 no salão da igreja Assembléia de Deus, engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.



Figura 12. Visita dos conselheiros do Conselho Gestor do RVS Gurjaú ao açude de Sucupema, RVS Gurjaú em 05 de novembro de 2014, proximidades do engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.

A CETAP iniciou um estudo ambiental e econômico que objetiva conhecer a realidade social e econômica da população que vive dentro e no entorno da UC, previsto para conclusão em março de 2015, mais até o presente momento não houve conclusão.

Outra reunião itinerante foi realizada na escola Municipal Eudes Sobral (figura 13 A e B), instituição participante do conselho gestor. Na ocasião foram apresentados os resultados de várias pesquisas acadêmicas realizadas na unidade para o conselho gestor. Todos os conselheiros ficaram impressionados com tamanha riqueza natural descoberta na floresta e reforçaram a importância de disseminar estas informações para toda a comunidade escolar e a comunidade em geral.



Figura 13. Reunião ordinária itinerante do Conselho Gestor do RVS Gurjaú em 20 de abril de 2017 na Escola Municipal Eudes Sobral, engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.

De forma sintética, na figura 14 há um esquema que mostra os principais marcos legais que influenciaram a criação e funcionamento do Conselho Gestor do RVS Gurjaú. É importante destacar que esses encontros são fruto de toda a discussão ambiental mundial que influenciaram o Brasil, especialmente da primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente ou Conferência de Estocolmo (1972) e aqui no Brasil, a ECO-92 e a própria Política Nacional de Meio Ambiente (1981).



Figura 14. Linha do tempo dos principais eventos que colaboraram para a criação e funcionamento do Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú, Pernambuco – Brasil. Fonte: Elaborado pela autora.

6.3. Perfil dos conselheiros do RVS Gurjaú

Com base nas observações participantes nas reuniões dos conselhos gestores e questionários aplicados (apêndice II) aos conselheiros, pode-se dizer que a participação e atuação dos conselheiros tem sido satisfatória, uma vez que existe um alto grau de comprometimento dos participantes enquanto cidadãos, que não necessariamente está diretamente relacionado com as prioridades dos gestores públicos aos quais eles representam, evidenciados nas atas de frequência com presença assídua de mais da metade das instituições nas reuniões ordinárias, o que corrobora também com a opinião dos conselheiros que afirmaram que sempre (66,7%) tem participado das reuniões do conselho gestor.

No primeiro ano de funcionamento dos conselhos gestores houve baixa frequência e/ou ausência das instituições conselheiras nas seções plenárias, que já chegaram a ter até seções suspensas por quórum abaixo do previsto nos Regimentos Internos para a realização das reuniões (maioria simples das instituições/ membros). Após convocação do Ministério Público – Comarca Cabo de Santo Agostinho, muitas instituições passaram a participar mais ativamente, em especial as entidades governamentais.

Vale ressaltar que os municípios tem obrigação legal de colaborar com a gestão dessas áreas, recebendo recursos financeiros (ICMS ecológico) para esta finalidade por possuírem em seus territórios áreas de importância ecológica para a conservação.

A maioria dos conselheiros tem nível superior (82,4%) e possuem uma faixa etária média de 44 anos; sendo 59% dos membros do sexo masculino e 41% do sexo feminino (gráfico 1) .

Gráfico 1. Perfil de gênero e escolaridade dos conselheiros integrantes do conselho gestor do RVS Gurjaú. Fonte: Elaborado pela autora.

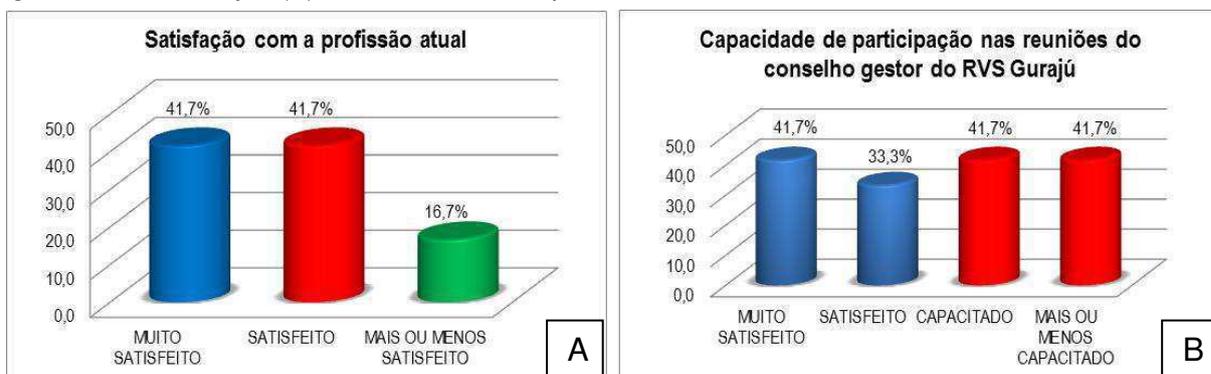


A maioria dos conselheiros participou do processo de criação do conselho gestor do RVS Gurjaú. A construção da sede da CPRH em Gurjaú acelerou o processo, no entanto havia pouco conhecimento sobre todas as comunidades e instituições relacionadas a área na época, além do curto intervalo de tempo para a mobilização e articulação de todos os atores envolvidos.

Quando perguntado aos conselheiros sobre a satisfação com sua profissão atual, a maioria dos conselheiros se sente satisfeitos (83,3%) e nenhum conselheiro demonstrou insatisfação com a função que desempenha perante a organização que integra. Esta pergunta reflete o nível de satisfação e bem estar com o trabalho que desempenham e pode está refletido com o grau de comprometimento com a gestão das unidades de conservação.

Dos conselheiros abordados, 75% se sentem muito satisfeitos e satisfeitos com sua participação no conselho gestor do RVS Gurjaú, no entanto 41,7% não se sentem capacitados para participar das atividades do conselho gestor (gráfico 2). Este fato pode está relacionado com a carência de cursos de formação e/ou capacitação dos conselheiros, em especial sobre gestão participativa.

Gráfico 2. Grau de satisfação dos conselheiros com sua atuação profissional junto à organização que representa (A). Percepção da capacidade de participação dos conselheiros nas reuniões do conselho gestor do RVS Gurjaú (B). Fonte: Elaborado pela autora.



Sobre as reuniões do conselho gestor, a avaliação dos conselheiros sobre as pautas, dinâmica, local, mobilização e discussões é que são ótimas (25%) e boas (50%). Do ponto de vista da transparência e comunicação na gestão (administrativa/financeira), 75% dos conselheiros avalia bem a gestão do conselho gestor. Provavelmente esses aspectos colaboram com o compromisso da frequência e participação dos conselheiros e conseqüentemente no cumprimento de seu papel na gestão do RVS Gurjaú.

Sobre a participação das comunidades locais no conselho gestor do RVS Gurjaú, os conselheiros consideram boa (50%), no entanto 33,3% considera regular e 16,7% ruim. Como observado anteriormente o conselho tem alguns representantes da comunidade mais isso não representa a integração completa das ações do conselho com a comunidade. Por necessidade e sugestão dos conselheiros desde 2016 estão sendo realizadas algumas reuniões ordinárias do conselho nas comunidades do entorno do RVS Gurjaú.

As discussões travadas no âmbito do conselho gestor têm contribuído para a preservação da unidade de conservação, de acordo com 66,7% dos conselheiros, considerando que as pautas das reuniões tem atendido as demandas importantes para mitigar as ameaças e vulnerabilidades para a gestão da área. A grande maioria dos conselheiros mencionou que a importância da preservação da unidade está relacionada basicamente a manutenção das nascentes e recursos hídricos, além da biodiversidade da fauna e flora disponíveis na área.

O fato é que o compromisso e integração, em especial das entidades governamentais, tem possibilitado o desenvolvimento de mais ações integradas de monitoramento e fiscalização na área, o que inibe as ações predatórias que ameaçam os recursos naturais da unidade, em especial a caça de animais silvestres e corte de árvores nativas.

Referente à relação do órgão gestor da unidade (CPRH) e a comunidade, 50% dos questionários demonstram que é boa esta relação, enquanto que 33,3% enxerga como regular. Esses números refletem que as ações realizadas pela CPRH na área tem sido importante para a conservação da UC, mas precisam ser mais intensificadas.

Sobre as principais dificuldades encontradas na gestão do RVS Gurjaú, muitos conselheiros destacaram uma maior atenção do governo estadual, por meio de suporte de recursos humanos, físico e estrutural para efetivação da preservação da área assim como a regulamentação da situação fundiária que impacta muito a gestão da unidade. Outros aspectos também foram mencionados, como a necessidade de cuidados com a água e a elaboração do plano de manejo.

Perguntados sobre o conceito de gestão participativa (quadro 7), os conselheiros demonstraram opiniões bem divergentes. Ainda prevalece o entendimento de que participar das reuniões é apenas ouvir, o quê reforça a ideia da

carência de informações sobre o quê é participação social, reflexo de forte deficiência educacional e cidadã do povo brasileiro.

Quadro 7. Conceitos apresentados pelos conselheiros do conselho gestor do RVS Gurjaú sobre gestão participativa.

Conceitos de gestão participativa apresentados pelos conselheiros do conselho gestor do RVS Gurjaú
<i>“A participação de todos no espaço do conselho gestor”</i>
<i>“É transparência e apoio para a comunidade, não esquecendo de reconhecer direitos da comunidade”.</i>
<i>“É a atuação de todos os entes federativos – poder público, sociedade civil e indústrias, para discussão de uma situação”.</i>
<i>“Maneira de gerir levando em consideração os pontos de vista de todos os envolvidos, com uma tomada de decisão coletiva”.</i>
<i>“É a modalidade de gestão pública na qual dar-se espaço para a sociedade civil organizada a propor e participar das políticas públicas”.</i>
<i>“Muitas pessoas ouvindo nas reuniões”.</i>
<i>“É a gestão que é criada levando-se em consideração os diversos saberes e os diversos atores”.</i>
<i>“Quando todos se sentem a vontade pra expressar sua opinião”.</i>
<i>“É aquela em que todos podem construir de forma conjunta soluções para os desafios que afetam a vida de todos”.</i>
<i>“Conscientização do uso dos recursos naturais da área”.</i>
<i>“Aquele que se envolve tanto a iniciativa pública quanto privada com empenho e ações conjuntas”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Loureiro; Cunha (2008), gestão participativa é o princípio da instituição de conselhos gestores de unidades de conservação, é atuar de forma proativa nos espaços de discussão fazendo valer os anseios da coletividade. De acordo com os conselheiros foram poucas as atividades de capacitação e formação para os conselheiros.

Sobre a opinião dos conselheiros em relação a qual deveria ser a prioridade de atuação da gestão do RVS Gurjaú não houve consenso entre os entrevistados. Ações de educação ambiental com a comunidade, intensificação das ações de fiscalização na área, melhoria da infraestrutura e de recursos humanos (que não depende de quem faz a gestão da área, mas uma decisão política), regularização fundiária da unidade, garantir a produção de alimentos para os moradores das comunidades locais sem comprometer a conservação da área e integração da comunidade junto ao órgão gestor para elaboração do seu plano de manejo. Pode-se dizer que a regularização fundiária da área merece um destaque, haja vista que

muitas dessas prioridades retratadas acima dependem desse requisito para se concretizarem.

Há uma tendência dos conselheiros em defender a permanência da comunidade local do RVS Gurjaú com vistas a garantir uma maior preservação em parceria com o órgão gestor. A presença do Estado é deficiente e não consegue proteger a unidade sem a colaboração da comunidade. Houve crítica na atuação passiva da Compesa, inclusive do ponto de vista financeiro, em relação a preservação da área.

Destacou-se a representatividade da comunidade nas reuniões do conselho gestor, pois nem todas as comunidades dos três municípios envolvidos participam das reuniões do conselho.

Há uma preocupação dos conselheiros em criar UCs sem se preocupar como operacionalizar a gestão (implementar). Assim *“as UCs estão existindo de direito, mas não de fato!!!”*.

Das organizações pesquisadas, apenas três organizações integrantes dos conselhos gestores não responderam ao questionário da pesquisa. O questionário foi encaminhado aos conselheiros via correio eletrônico, mas também foi aplicado presencialmente (figura 15 A e B) ou por ligação telefônica.



Figura 15. Aplicação de questionário aos conselheiros do Conselho Gestor do RVS Gurjaú, engenhos Porteira Preta (à esquerda) e Pau Santo (à direita), Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.

6.4. Perfil das comunidades do RVS Gurjaú

As entrevistas semiestruturadas (apêndice I) e reuniões projetivas foram realizadas com os moradores nos encontros mensais das associações de agricultores das comunidades de Porteira Preta, Pau Santo e São Salvador. Essas

comunidades são as mais representativas por estarem dentro e no entorno da área do RVS Gurjaú, no entanto ainda é possível identificar na área alguns assentamentos de reforma agrária (Engenho Canzanza e Jardim Moreno).

Com base em estudos preliminares realizados por consultoria contratada pelo governo estadual, estima-se que a população que vive atualmente próximo e/ou no entorno do RVS Gurjaú é de **515 famílias**⁶. Desse total, uma amostra de 10% foi abordada, sendo preferencialmente homens e mulheres chefes de família que participam de organizações sociais nos engenhos São Salvador, Porteira Preta e Pau Santo nas proximidades e dentro da unidade de conservação em estudo. As entrevistas foram coletadas durante as reuniões das associações de agricultores das comunidades relatadas, onde também foram realizadas reuniões projetivas para maior conhecimento da situação dos três engenhos visitados.

As comunidades possuem características similares. Todas estão inseridas em área rural e distribuídas em três municípios (Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Moreno). Há uma carência no atendimento aos serviços básicos (especialmente saúde, assistência social e coleta de resíduos sólidos) devido às dificuldades de acesso a essas comunidades, especialmente no período das chuvas. A renda da maioria dos moradores vem da agricultura familiar, do trabalho remunerado no corte da cana-de-açúcar ou do emprego formal nas indústrias da região.

O engenho São Salvador fica a 20 km do centro da cidade do Cabo de Santo Agostinho e ocupa um território que abrange os três municípios. De acordo com o Conselho dos Agricultores do Engenho São Salvador e Adjacências – CAESS existem em torno de 80 agricultores associados que tem se reunido mensalmente (3º domingo) para discutir as necessidades da comunidade (figura 16 A e B).

Entre as demandas apresentadas pela comunidade, destacaram-se: 1) A necessidade de atendimento básico de saúde. A comunidade enfatizou a necessidade de instalação de um PSF (Posto de Saúde da Família), incluindo a presença de mais profissionais de saúde (agentes de saúde) que acompanhem e encaminhem as demandas da comunidade, além de um atendimento de urgência com ambulâncias para encaminhamento dos casos urgentes e 2) Melhoria das estradas de acesso a comunidade, especialmente no inverno.

⁶ O número de famílias foi estimado com base na numeração de todas as casas que estão próximas e dentro do RVS Gurjaú, como estratégia para estacionar a construção de novas edificações na área.



Figura 16. Reunião projetiva e entrevistas realizadas com o Conselho de Agricultores de São Salvador e Adjacências em 16 de novembro de 2014, engenho São Salvador, Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.

As comunidades de Porteira Preta e Pau Santo estão inseridas no município do Cabo de Santo Agostinho. A comunidade de Porteira Preta (figura 17 A e B) fica a aproximadamente 8 km do centro do Cabo de Santo Agostinho. A coleta dos dados ocorreu na reunião mensal (2º domingo) da Associação de Agricultores de Porteira Preta – AAPP que possui em torno de 100 associados. Dentre as demandas discutidas na reunião estão a necessidade de mais informações sobre a gestão do RVS Gurjaú e construção da nova sede da associação.



Figura 17. Reunião projetiva e entrevistas realizadas com os integrantes da Associação de Agricultores de Porteira Preta em 08 de janeiro de 2017, engenho Porteira Preta, Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.

O engenho Pau Santo (figura 18 A e B) fica a aproximadamente 10 km do centro do Cabo de Santo Agostinho. As entrevistas aconteceram na reunião do Conselho de Agricultores de Pau Santo, com 21 agricultores (dos 50 associados ativos), que acontece no 2o domingo de cada mês. Entre as demandas apresentadas pela comunidade foram discutidos: 1) Mudança de diretoria; 2) a

quantidade de associados ativos; 3) prestação de contas da antiga gestão; e 4) realização periódica de limpeza e manutenção do prédio da associação.



Figura 18. Reunião projetiva e entrevistas realizadas com a comunidade de Pau Santo em 29 de setembro de 2016, engenho Pau Santo, Cabo de Santo Agostinho – PE. Acervo: A autora.

De acordo com as entrevistas com os moradores das comunidades mencionadas anteriormente, 65% dos entrevistados são do sexo feminino enquanto 36% são do sexo masculino, o que demonstra que a participação da mulher nos espaços participativos da comunidade é mais expressiva. A faixa etária média dos entrevistados é de 53,3 anos (gráfico 3). A maioria dos entrevistados são agricultores, semianalfabetos com poucos anos de escola (gráfico 7) e moram na área da unidade de conservação a mais de três décadas (média de 33,2 anos). Há relatos de parentes que começaram a viver na área desde 1910.

Gráfico 3. Perfil de gênero e faixa etária dos moradores entrevistados das comunidades de Porteira Preta, Pau Santo e São Salvador. Fonte: Elaborado pela autora.

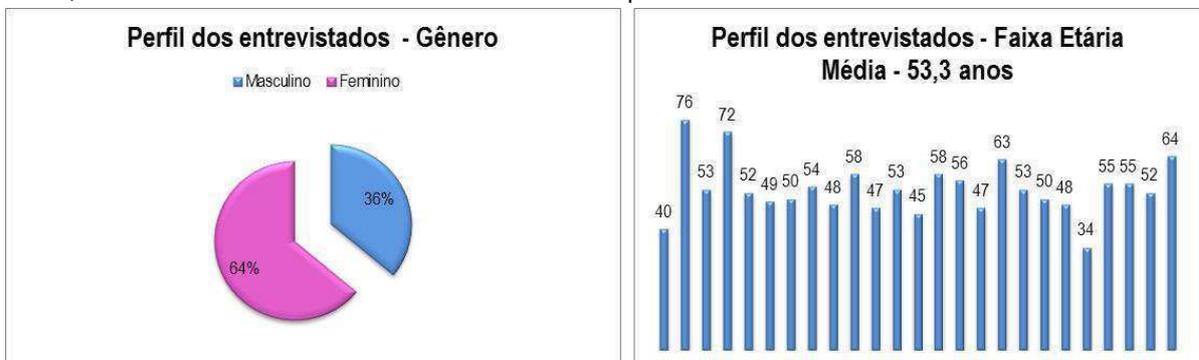
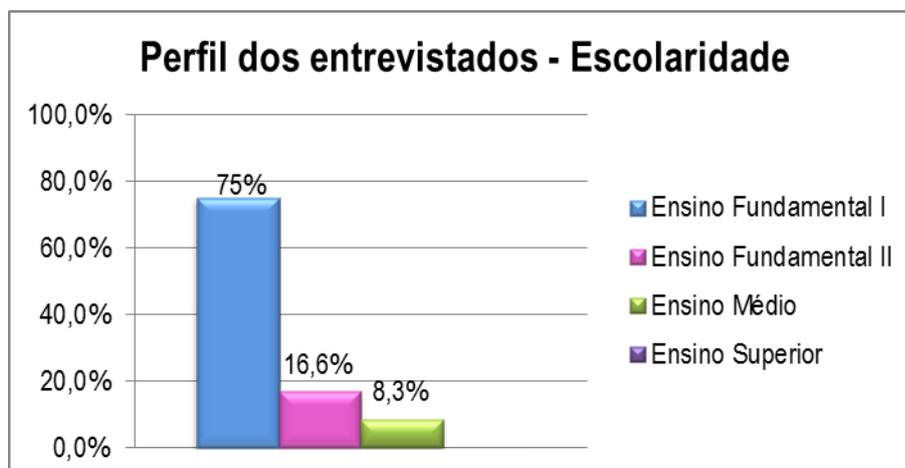


Gráfico 4. Perfil de escolaridade dos moradores entrevistados das comunidades de Porteira Preta, Pau Santo e São Salvador. Fonte: Elaborado pela autora.



De acordo com as reuniões projetivas e entrevistas, as comunidades citadas demonstraram pouco conhecimento sobre a gestão do RVS Gurjaú ou ainda sobre de quem é a responsabilidade pela gestão da unidade. Alguns atribuem essa responsabilidade a proprietária fundiária (COMPESA) e outras ao órgão ambiental (CPRH), ou ainda ao “Estado” de forma genérica se referindo ao policiamento ambiental ou guardas ambientais municipais que fazem conjuntamente ações de fiscalização e monitoramento no RVS Gurjaú.

As comunidades estudadas sabem da presença permanente do governo estadual na gestão da área (CPRH e COMPESA), mais não compreendem como se dá esta gestão por meio de conselhos gestores, nem o seu objetivo nem como acontece às atividades desse espaço de participação, reconhecendo a área como propriedade da COMPESA e os esforços e a presença constante do órgão ambiental (CPRH) para a proteção da mata e da água e de seus benefícios para a comunidade.

Uma evidência importante é que há muitas dúvidas na comunidade. Dúvidas sobre o porquê das proibições, restrições e diferença dos usos, o que pode ter relação com as deficiências ligadas ao conhecimento e clareza dos limites do RVS Gurjaú e das regras de uso da área, de acordo com a legislação.

Esse fato pode está relacionado a pouca participação da comunidade desde a criação da unidade (inclusive dificuldades de entendimento da linguagem técnica adotada na ocasião) e depois no processo de gestão, conforme relatado pelos entrevistados, e/ou dificuldades dos representantes da sociedade civil que

participam do conselho gestor de socializar as discussões com as comunidades, o que reflete nos problemas de entendimento do que é uma UC e dos objetivos do Refúgio de Vida Silvestre de Gurjaú que não são totalmente claros, conforme descritos nos marcos legais.

Outro aspecto a ser destacado é o sentimento de desconfiança e receio por parte dos moradores com as atividades de criação e implantação do RVS Gurjaú diante da possibilidade de retirada das comunidades da área da unidade.

Há relatos, por meio da história oral, da presença humana na área desde o início de 1900, aproximadamente em 1912. Na década de 30, a “Vila de Gurjaú” era uma grande vila de funcionários compesianos (como eram chamados os trabalhadores da Compesa). Existem famílias que estão de duas a três gerações vivendo na localidade. Aos poucos a vila se desfez e sobraram poucas moradias antigas, novas moradias foram estabelecidas e as comunidades permaneceram na área completamente esquecidos sem nenhuma intervenção estatal.

Após a criação do SNUC em 2000 os olhos do estado se voltam para a área, com definição e imposição legal de regras totalmente desconhecidas e incompreendidas pelos moradores. Consolida-se a estrutura de gestão por meio da construção da sede do órgão ambiental (CPRH) em Gurjaú e posteriormente se estabelece o conselho gestor em 2012.

Diante da retirada (com indenizações) de alguns moradores da área para ampliação dos tanques de abastecimento d’água da Compesa, no segundo semestre de 2007; toda intervenção estatal traz lembranças negativas aos moradores e o clima de tensão ante a possibilidade de novas retiradas se instala nas comunidades, provavelmente influenciando a participação delas na gestão da unidade.

Expressões como “*não somos invasores*” e “*a gente já tava aqui antes do governo chegar e querer expulsar os moradores*” demonstra a percepção de muitos entrevistados. Até no conselho gestor do RVS Gurjaú, houve algumas organizações da sociedade civil estratégica para a gestão que já deixaram de participar das atividades do conselho para não se indispor com os moradores das comunidades as quais representam, diante das ações de controle de novas edificações no local.

Após um século (1912-2012) da presença humana na área de Gurjaú é que a floresta começa a ter a garantia legal de proteção, nos moldes do estado neoliberal.

Até então ela foi protegida pelas comunidades que lá habitavam e estabelecia uma relação harmônica com o lugar. Então não é preciso ter muita sensibilidade para entender a desconfiança que se instala diante das ações do Estado na unidade, mesmo que alguns moradores se mostrem abertos e interessados em colaborar, a maioria vê tudo isso com muita desconfiança.

Segundo relato de morador ancião, agricultor e que vive na comunidade a mais de 50 anos, os jovens e o governo não vêem da mesma forma o valor da floresta para a vida das pessoas. Uma fala dele resume essa visão:

“Gurjaú é rica de água. Aqui tudo que se planta dá. Não sou invasor. Tudo que preciso tem aqui: tranquilidade, ar puro, comida... a comunidade cuida da mata, se não ela já teria acabado. Aqui é muito bonito e muito bom de viver. Quero morrer aqui.”

Esses aspectos reforçam a importância do envolvimento mais ativo das comunidades nas discussões travadas no âmbito do conselho gestor, não se esquecendo de ressaltar que a questão educacional brasileira por si só é fator de vulnerabilidade social importante e com diversos impactos, sobretudo na questão ambiental. Por isso a educação deve trabalhar a mudança progressiva e consciente de pensamento (MÉSZÁROS, 2008).

Quando perguntados sobre o que achavam do lugar onde moravam, todos os entrevistados relataram que gostam muito do lugar onde moram e os aspectos dessa valorização é a melhor qualidade de vida, associados a sensação de bem estar que a tranquilidade traz a todos, inclusive atribuem impactos positivos a saúde.

Apesar de não saberem definir o que é uma unidade de conservação há a compreensão que as UCs são importantes para a proteção dos recursos naturais da floresta, especialmente a água. Posey (1987) relata a importância do conhecimento tradicional das comunidades para a conservação dos ambientes naturais.

Existe uma forte sensibilização a respeito da proteção dos recursos naturais em especial a mata, onde a maioria dos entrevistados demonstrou disposição em cuidar da área com adoção de práticas agrícolas sustentáveis e fiscalizar para evitar desmatamentos, queimadas e caça, com destaque para a comunidade de Porteira Preta onde estudo preliminar demonstrou que nessa área se encontra as nascentes mais preservadas do Refúgio de Vida Silvestre Gurjaú - RVS Gurjaú.

Sobre as mudanças na vida rotineira dos moradores das comunidades em estudo após a criação do RVS Gurjaú, todos os entrevistados relataram que os

agricultores enfrentam dificuldades de plantar suas culturas de autoconsumo, além de serem impedidos de construir novas edificações na área, até para fazer uma reforma é necessário autorização prévia dos órgãos competentes.

Isso acontece, porque do ponto de vista legal (SNUC, 2000) a categoria refúgio de vida silvestre não permite a presença humana na área, haja vista ser uma unidade de proteção integral, o que tem levado a várias reflexões pela comunidade científica sobre o impacto da criação dessas unidades (STRAPAZZON; MELLO, 2015).

No entanto, todos os entrevistados relatam que a floresta está mais protegida graças à presença do órgão ambiental (CPRH) e ações periódicas de fiscalização e monitoramento na área. Também mencionam as ações de educação ambiental realizadas nas escolas próximas a unidade como muito importantes para a conservação da mata. Esta presença também contribui para a sensação de segurança da comunidade, considerando que a unidade era muito visitada especialmente por caçadores e cortadores clandestinos de madeira de fora da comunidade.

Vale lembrar que as ações desenvolvidas na UC, mencionadas anteriormente, não estão baseadas num plano de manejo, documento importante e indispensável para a gestão de qualquer área protegida, que não foi construído para a área porque ainda não foi realizado um diagnóstico. Os conselhos gestores desempenham suas atividades direcionadas por um plano de ação com vistas a atender as demandas mais urgentes e rotineiras que visem a garantia legal da conservação da UC.

Quando perguntados sobre o que é um conselho gestor e se sabiam da existência de conselho gestor da unidade, a maioria dos abordados não soube informar. Alguns entrevistados veem um conselho gestor como um órgão que é responsável pela fiscalização da floresta. Não há a compreensão de que há uma integração de diferentes setores e organizações na gestão de um conselho, muito menos a ideia de uma gestão compartilhada ou participativa, como preconiza a quase 30 anos a nossa Constituição Federal.

Sobre o acesso a comunicação, nas comunidades estudadas os meios de comunicação mais utilizados são a televisão e o rádio. Telefones móveis são utilizados mais com muitas dificuldades de sinal, especialmente pelas condições de

relevo da região. Reuniões das associações de agricultores colaboram também para o acesso as informações, mas não tem sido o suficiente para difundir as informações referentes à gestão do RVS Gurjaú.

De acordo com o público-alvo dessa pesquisa, é importante considerar outras estratégias de comunicação social que visem comunicar e internalizar as informações relevantes referentes à área, sua importância, forma de gestão e os atores envolvidos no processo, promovendo um melhor engajamento e parceria comunitária nas ações de fiscalização e monitoramento da UC.

Entre os moradores das comunidades relacionadas observou-se que existem muitas práticas conservacionistas utilizadas pela população para cuidar dos recursos naturais, especialmente das nascentes, no uso de lenha de árvores que já caíram e animais que estão em período de reprodução, conforme constatado por pesquisadores. Ao passo que também existem práticas degradadoras, a exemplo do uso de defensivos agrícolas nas plantações de culturas de consumo familiar (CPRH, 2004).

A ideologia dominante de exploração da natureza evidenciadas por meio do modo de produção capitalista há muitos séculos, foi marcada pela influência de várias correntes como o Cristianismo, o Antropocentrismo, o Iluminismo e o Positivismo, que inspiraram os filósofos da época, como Descartes que dizia “*é tarefa do homem tornar-se senhor e dono da natureza*” e Francis Bacon que pregava que a atitude correta frente à natureza era a de explorá-la, usando os conhecimentos adquiridos para o seu domínio (*dominus* em latim), sendo este um entendimento puramente economicista e sem perspectiva futura (PASSMORE, 1975).

Mesmo influenciada por essas ideias, ainda há uma necessidade do ser humano de está em sintonia com o natural, conforme evidenciado na postura adotada pelas comunidades em estudo. A visão indígena traz a natureza como “natural”, ou seja, a ideia essencial de natureza ligada ao sagrado, ao divino e por isso o respeito dos “selvagens” com tudo o quê vem dela, assim o conceito de natureza apresenta um sentido restrito, e inclui tudo aquilo que designa o quê não é humano, nem por si próprio, nem por sua origem, deixando de lado o sobrenatural (IBIDEM, 1975).

Outro aspecto importante que mostra bem isso pode ser encontrado na literatura. Registros de áreas naturais protegidas muito antes do famoso Parque Nacional de Yellowstone, idealizado pelo presidente norte americano Theodore Roosevelt em 1872. Um desses exemplos é dado pelo imperador Ashoka, da Índia que em 252 a.C. proibiu a caça, a pesca e o corte de árvores de uma grande área de seu império. Há ainda na América Latina muitos povos nativos que preservaram grandes áreas de florestas até com medidas extremas que iam até a morte de seus infratores dentre outros (MACKINNON et al. 1986; BONAVIA, 1996 *apud* DOUROJEANNI e PÁDUA, 2007).

Há diversas linhas de pensamento a respeito dos impactos que as populações tradicionais ou ainda das comunidades locais trazem para uma área protegida (JACOBI et al., 2004). As entrevistas com as comunidades a respeito da intenção em conservar os recursos da área em questão, demonstram que suas práticas podem sim, auxiliar nessa manutenção.

A lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece direitos e obrigações para as populações tradicionais, mas não os define de maneira clara, somente sendo possível a sua conceituação por analogia (BRASIL, 2000). Assim, a Lei estabelece e conceitua a população tradicional como sendo aquela **“vivendo há pelo menos duas gerações em um determinado ecossistema, em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução socioambiental, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”** (Grifo nosso).

Bensusam (2006) mostra que a exclusão de comunidades pode trazer benefícios a conservação dos ecossistemas, mas argumenta que os benefícios também são evidenciados com a presença de comunidades locais, assim *“áreas com uso são também fundamentais, pois preservam práticas tradicionais de manejo, experimentam alternativas de uso sustentável e ampliam as possibilidades de conservação [...]”* (p. 114).

Mesmo contando com todo aparato legal institucionalizado, do ponto de vista operacional a proteção ambiental em unidades de conservação se depara com entraves burocráticos que dificultam ou mesmo engessam a gestão pública a atuar de forma participativa, pois as prioridades governamentais muitas vezes estão na contramão da conservação ambiental.

6.5. Ameaças, vulnerabilidades e riscos no RVS Gurjaú

Na legislação brasileira (PNMA Lei 6.938/81) é garantido o espaço para a participação da sociedade na gestão de unidades de conservação, assim os Conselhos Gestores de Unidades Conservação são, sem dúvida, instrumentos imprescindíveis para o fortalecimento da gestão democrática dos recursos naturais. No entanto ainda esbarra em inúmeras dificuldades, que aqui se menciona como ameaças que juntamente com a vulnerabilidade social corroboram para os riscos de degradação dos ambientes naturais que pôde ser observado no RVS Gurjaú (figura 19).

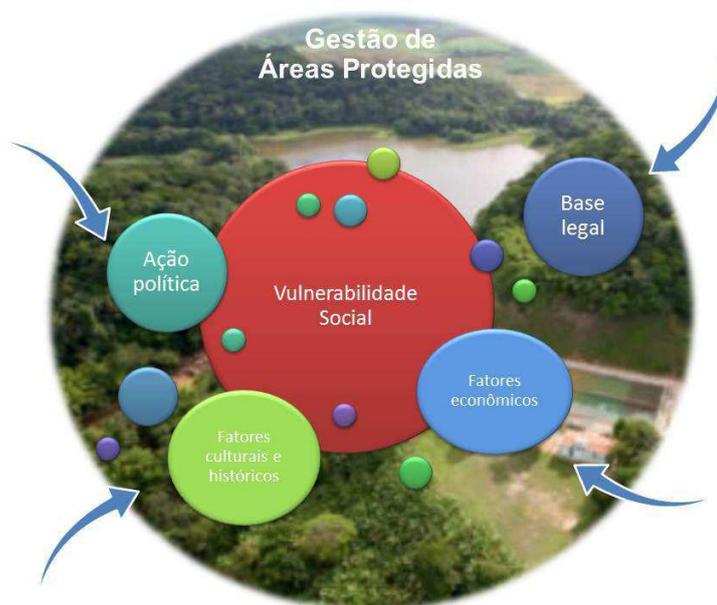


Figura 19. Esquema síntese ilustrando os principais aspectos relacionados à vulnerabilidade social na gestão de áreas protegidas encontrados no RVS Gurjaú. As setas indicam as principais ameaças. Fonte: Elaborado pela autora.

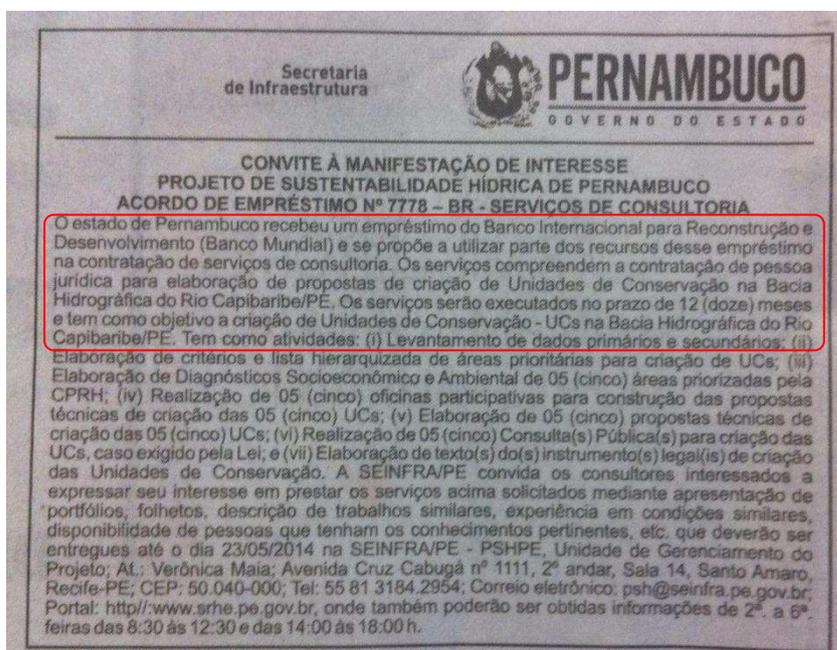
A questão educacional brasileira é instrumento de vulnerabilidade social das comunidades, em especial a educação formal que tem como finalidade a reprodução do capital. Nas comunidades estudadas há um baixo nível educacional o que corrobora para maior vulnerabilidade social das famílias que vivem no local e a Educação como mudança de pensamento de forma consciente é uma necessidade para a sobrevivência da humanidade e prevenção da ordem cíclica destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2008).

O desafio e tarefa de todos é reivindicar coletivamente uma educação plena para toda vida (realizar transformação progressiva da consciência, universalizar

educação e trabalho como atividade auto-realizadora e garantir sustentabilidade, em especial financeira). Só assim haverá desenvolvimento social, com o desenvolvimento de uma consciência individual (IBIDEM, 2008).

Uma ameaça para a gestão das UCs, inclusive do RVS Gurjaú se deve basicamente, a ação política do poder público no direcionamento e execução do ponto de vista legal de seu papel institucional na formalização dos espaços democráticos de gestão de UCs (conselhos), lembrando que nem sempre a base legal instituída funciona como requisito para a conservação ambiental, já que muitas vezes a mesma legislação funciona como instrumento de conflito de interesses entre os atores envolvidos direta ou indiretamente com a gestão das áreas protegidas.

A Influência do capital internacional na conservação ambiental em Pernambuco se concretiza como uma ameaça importante que gera pressões para os entes governamentais atuarem. A seleção pública (figura 20) foi extraída de jornal de grande circulação e retrata que uma parte dos recursos capitados via empréstimo pelo governo de Pernambuco pelo Banco Mundial será utilizado para criação de Unidades de Conservação com vistas a garantir a “sustentabilidade hídrica” do estado, conforme transcrição ao lado.



“O estado de Pernambuco recebeu um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e **se propõe a utilizar parte dos recursos desse empréstimo na contratação de serviços de consultoria. Os serviços compreendem a contratação de pessoa jurídica para elaboração de propostas de criação de Unidades de Conservação...**”

Figura 20. Recorte de seleção pública para contratação de serviços de consultoria para elaboração de propostas de criação de Unidades de Conservação. Fonte: Desconhecida.

Esse é apenas um exemplo de como a garantia da conservação ambiental no Brasil está atrelada a interesses econômicos internacionais tão bem explicitados ultimamente na imprensa falada e escrita para a grande massa que não dispõe de informações fidedignas para se posicionar.

Outro aspecto é a descontinuidade política da gestão pública estadual e municipal que trazem interferências significativas e que impactam as atividades dos conselhos gestores que são presididos pelo órgão ambiental estadual (CPRH). A exemplo de várias atividades que foram prejudicadas ou canceladas por falta de recursos financeiros para deslocamento do órgão gestor e demais conselheiros, o que evidencia o baixo grau de prioridade da gestão pública estadual com a gestão de áreas protegidas.

Outra ameaça é a desconsideração pelos legisladores governamentais dos fatores históricos, econômicos e culturais da região na maioria das vezes, durante a elaboração da legislação para a conservação ambiental. Fica claro que majoritariamente a legislação brasileira é construída considerando basicamente as leis mercadológicas de um sistema capitalista neoliberal de exploração, sem considerar a realidade histórica, social e cultural local, o que só corrobora para o aumento da vulnerabilidade social das populações que vivem hoje dentro e no entorno das áreas protegidas (LA RED, 2017; MÉSZÁROS, 2011).

Outras ameaças verificadas durante o estudo foram às ocupações urbanas crescentes, plantações e criação de animais silvestres pelas comunidades dentro da unidade de conservação.

Dentro da perspectiva atual de Estado Neoliberal, a criação de áreas protegidas de forma integral é uma das principais estratégias para a conservação da natureza, principalmente em países do Terceiro Mundo, com o objetivo de preservar espaços que tenham importância ecológica. Essas áreas são criadas, para que seus atributos naturais e estéticos possam ser apreciados por visitantes, mas não para a permanência das populações locais em seu interior.

No Brasil a exclusão dessas populações de tais áreas pode ser conflituosa, pois em nosso país existe uma diversidade de modos de vida e culturas que são consideradas tradicionais ou locais, totalmente dependentes dessas áreas para sua própria sobrevivência (DIEGUES, 2001).

Diante deste cenário, o modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais é por si só gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais. Portanto, é indiscutível a necessidade da participação de comunidades tradicionais no processo de conservação de UCs, haja vista que a maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro é habitada com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua continuidade (ARRUDA, 1999; NETO E CARNIELLO, 2007).

Estudo realizado por Braz (2017) demonstrou a viabilidade econômica da manutenção da floresta atlântica. É quarenta vezes mais viável economicamente manter uma floresta em pé do que a continuidade da monocultura da cana-de-açúcar, por exemplo, isso sem contar nos aspectos ambientais e sociais muito mais trabalhados no meio acadêmico por diversos autores.

As ameaças e vulnerabilidades presentes nas unidades de conservação em estudo (quadro 8) afetam consideravelmente a capacidade de articulação dos integrantes dos conselhos gestores, em especial das organizações da sociedade civil, que são carentes de informações e/ou formação ou ainda são lideradas por pessoas descompromissadas ou mesmo atreladas a projetos políticos de interesses pessoais, deixando ainda mais, essas comunidades vulneráveis a ações incoerentes de organismos públicos e esferas legais que degradam o modo de vida dessas pessoas, podendo ocasionar graves desastres social e ambiental, uma vez que a mera garantia legal não é certeza de conservação ambiental.

Quadro 8. Principais ameaças, vulnerabilidades e riscos na gestão do RVS Gurjaú.

Ameaças, vulnerabilidades e riscos na gestão do RVS Gurjaú	
Ameaças	<ol style="list-style-type: none">1. Base legal2. Ação política governamental3. Fatores econômicos (ocupações urbanas, plantações e criação de animais silvestres)4. Fatores culturais e históricos
Vulnerabilidades	<ol style="list-style-type: none">1. Social (atendimento das necessidades básicas (ex. Educação)2. Socioeconômica
Riscos	<ol style="list-style-type: none">1. Degradação do ambiente natural2. Degradação do ambiente social e cultural

Fonte: Elaborado pela autora.

6.6. O caminho da governança na gestão do RVS Gurjaú

A racionalidade de “participação social” ou de “democratização política” de forma instrumental (conselhos, fóruns, mesas redondas, orçamento participativo, etc.), está longe de uma “democratização das relações econômicas” fortemente marcadas pela luta de classes, que surgem, na problemática do controle social, como uma necessidade a ser discutida e posta em prática (DOWBOR, 2008; FISCHER, 2002).

Há um consenso entre todos os atores envolvidos na gestão das UCs (conselheiros e comunidade) da necessidade de um maior suporte de recursos (humanos e financeiros), assim como mais ações de educação ambiental, formação e informação sobre gestão participativa e conhecimento da importância de um conselho gestor para a conservação dos recursos naturais da área, assim como do papel de cada cidadão para a conservação da área.

Borrini-Feyerabend et al. (2014) lembram que a governança é fundamental para a concretização da gestão de áreas protegidas, e nesse caso é importante desenvolver e aprimorar a governança pelo governo e a governança por comunidades locais. Fica evidente diante das dificuldades e entraves ao desenvolvimento de uma boa governabilidade e governança que a vulnerabilidade social das UCs em estudo é muito alta (UNISDR, 2009; SANTOS, 1997).

Pode-se dizer que existem muitas experiências inovadoras de governança no Brasil que podem servir de exemplo para o RVS Gurjaú, ao longo das últimas décadas, o que revela um alto grau de eficiência na desprivatização do poder público, na democratização do processo decisório ou ainda na reversão de práticas clientelistas.

Ainda é comum no cenário internacional, a alta centralidade na vida política, econômica, social e cultural de seus respectivos países. Os governos locais, diante das condições eminentes de escassez de recursos, do aumento do desemprego e da queda da arrecadação, formularam novas estratégias e tomaram a iniciativa de atrair investimentos, gerar empregos e renovar a base produtiva, rompendo com antigas práticas desenvolvimentistas, fortemente tributárias da intervenção do Estado nos diferentes domínios da vida econômica e social (DINIZ, 1999).

Sobre a presença e participação de comunidades locais na gestão de áreas protegidas, Diegues (2001) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável

dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), caracterizam grupos tradicionais pela forma própria de organização e cultura, sistema de produção focado no autoconsumo, identidade cultural e territorial e a ligação extrema com o território (SILVA, 2008).

Mesmo não sendo classificadas como populações tradicionais, as comunidades próximas ou dentro do RVS Gurjaú mantém uma ligação com o território (há mais de 100 anos) contribuindo para a conservação desse espaço natural, mesmo diante dos conflitos e usos do território do ponto de vista legal.

A modificação do modo de vida de um indivíduo ou comunidade traz profundos impactos sociais que podem impactar também o ambiente natural. Este fato pode ser visualizado no RVS Gurjaú, e quando acontece a desestruturação da moradia de um indivíduo, o mesmo é acometido por uma instabilidade emocional e psíquica significativa, pois a coisa acontece em seu território, também chamado de lugar. É no lugar onde se desenham as histórias de vida, que se estabelecem da relação do indivíduo com o espaço (TUAN, 2012). Nele é que são constituídos os significados, as identidades individuais e coletivas (como a própria noção de comunidade).

Souza (2009) retrata os impactos das ações de intervenção estatal na vida comunitária nas unidades de conservação em estudo. O processo de recategorização da unidade de conservação de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) trouxe vários impactos sociais e ambientais significativos para o RVS Gurjaú.

Arruda (1999) afirma que o envolvimento real e sistemático das populações tradicionais na gestão das unidades de conservação é algo que deve ser priorizado com urgência pela política ambiental brasileira, que corre o risco de se afundar em insucessos caso não haja dessa forma, pois afinal de contas, são essas populações que a várias gerações vem manejando áreas naturais e contribuindo para sua manutenção.

Observações de campo sobre a gestão de unidades de conservação na Costa Rica demonstraram que as dificuldades encontradas no presente estudo ainda são um avanço, perante as fragilidades de gestão de áreas protegidas que envolvem pouca participação das comunidades, a exemplo do conselho gestor nas proximidades do Rio TEMPISQUE, em Guanacaste, onde a comunidade não

participa da gestão do Parque Nacional Barra Honda. A Universidade de Nycoia dá assistência a comunidade visitada para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Em estudo de caso na Área de Conservação Guanacaste (ACG) na Costa Rica, identificaram-se várias características que influenciam sua capacidade de "conservação da biodiversidade". As características identificadas na ACG foram: 1) Visão clara e inspiradora internalizada pela equipe de gestão; 2) oportunidades de aprendizagem baseadas na prática; 3) alta capacidade organizacional; 4) autonomia financeira e administrativa de longo prazo e 5) diversidade de ligações entre escalas para acessar recursos. A interação entre esses atributos cria um sistema dinâmico para a governança na conservação da biodiversidade (BASURTO; JIMÉNEZ PÉREZ, 2013).

No caso do RVS Gurjaú é possível perceber que existe uma visão clara da equipe gestora sobre o propósito de conservação da unidade assim como várias oportunidades de aprendizagens na prática. O grande desafio para a governança na conservação desse espaço natural é sua capacidade organizacional ainda frágil, além da autonomia financeira e administrativa a longo prazo, em especial no acesso aos recursos.

Pode-se dizer que muitos passos já foram dados nessa direção, onde a colaboração e interação conjunta de diversos atores são fundamentais para criar uma rede de cooperação que fortaleça uma ação unificada em busca da conservação desse importante ecossistema natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do imenso patrimônio natural com reconhecimento internacional do Estado de Pernambuco, é evidente e urgente, a necessidade de investir esforços em ações de conservação ambiental. Alguns passos já foram dados rumo a este objetivo; entretanto são intensas e variadas às ameaças e vulnerabilidades inerentes a esse processo, gerando riscos e potenciais desastres ambientais e sociais sem precedentes em torno das áreas protegidas.

As unidades de conservação de Pernambuco estão fragilizadas e na contramão entre a criação e efetiva gestão, e, portanto são ambientes em risco eminente de degradação do ambiente natural, social e cultural, e isso não é diferente para o RVS Gurjaú. Isso porque existem ameaças (base legal, ação política, fatores econômicos, culturais e históricos) e vulnerabilidades (social e econômica) que corroboram para a instabilidade nas ações de conservação ambiental.

O desenvolvimento desse estudo permitiu visualizar os riscos potenciais e reais para a gestão de áreas protegidas do Estado, permitindo a construção de orientações que possam subsidiar a tomada de decisões assegurando os objetivos básicos do funcionamento dessas áreas, especialmente as unidades de proteção integral, para que possam compatibilizar a conservação da natureza com a manutenção das condições de sobrevivência para as comunidades de seu entorno.

A reflexão aponta diversos aspectos que impedem ou não colaboram para o efetivo funcionamento de um sistema integrado e participativo de Unidades de Conservação, destacando principalmente as limitações financeiras e de recursos humanos e, os problemas ligados à articulação entre os diferentes níveis governamentais (estadual e municipal).

E assim a sugestão é que, para o estabelecimento de políticas públicas efetivas há a necessidade de ações integradas do governo brasileiro, aperfeiçoamento do sistema governamental, fortalecimento de canais de diálogo entre os atores sociais e setores envolvidos e, a compreensão da perspectiva social associada à proteção da natureza.

Como afirmam Arruda (1999) e Neto; Carniello (2007) deve-se considerar em uma gestão de áreas protegidas, a atuação e participação proativa das comunidades envolvidas. Sem a sociedade civil mobilizada haverá pouca capacidade à

institucionalização de normas, padrões e regras, sem os quais o gestor público continuará ditando a forma de ser do Estado e sua relação com a sociedade.

Portanto, uma saída para a gestão de áreas protegidas está em aperfeiçoar os instrumentos de governabilidade e governança estatal para direcionar políticas públicas que garantam de fato e de direto a conservação ambiental, com intensa articulação entre os diferentes atores sociais na sua fomentação e implementação (O’connor, 1998; Pasquino, 1998; Borrini-Feyerabend et al., 2014).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** [online]. v.24, n.68, pp. 103-119, 2010.

ALIANÇA MATA ATLÂNTICA. Aliança para a Conservação da Mata Atlântica. Disponível em: < <http://www.aliancamataatlantica.org.br>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

AMARO, A. Para uma cultura dos riscos. **Territorium**. Coimbra, n.10, p. 113-120, 2003.

AMARO, A. Consciência e cultura do risco nas organizações. **Territorium**, Coimbra, n. 12, p. 5-9, 2005.

ANDRADE-LIMA, D. Recursos vegetais de Pernambuco. Recife: Boletim Técnico do Instituto de Pesquisas Agronômicas. n. 41, 1970, p.1-32.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA: comentários à lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. 229 p.

ARISTÓTELES, **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Disponível em: < <http://www.aeessp.org.br>>. Acesso em: 05 maio 2017.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá & SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade** - Ano II – Nº 5 – 2º Semestre. 79-92, 1999.

BASURTO, Xavier; JIMÉNEZ PÉREZ, Ignacio. Institutional Arrangements for Adaptive Governance of Biodiversity Conservation: The Experience of the Area de Conservación de Guanacaste, Costa Rica. **Journal of Latin American Geography**, v.12, n.1, p.111-134, 2013.

BAPTISTA, Ligia Pavan. **Controle social e cidadania**. Disponível em: <<http://bvc.cgu.gov.br/>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BLAIKIE, Piers; CANNON, Terry; DAVID, Ian; WISNER, Ben. **Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres**. LA RED. Primera Edición: Julio de 1996.

SOUZA, Tatiana Santana de. Áreas (Des)Protegidas do Nordeste Brasileiro: as vulnerabilidades, ameaças e riscos no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/ PE – Brasil.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**. En camino hacia otra sociedad moderna, Paidós, Barcelona, 1998.

BENSUSAM, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: FGV Editora, 2006.

BORRINI-FEYERABEND, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T.; LASSEN, B.; BROOME, N. P.; PHILLIPS, A.; SANDWICH, T. **Gobernanza de áreas protegidas: de la comprensión a la acción**. n. 20 de la Serie Directrices para buenas prácticas en áreas protegidas, Gland, Suiza: UICN, v. xvi, p.123, 2014.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000.

_____. **Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

_____. Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, 2007.

BRAZ, E. C. F.; AMORIM, F. J. de; GUERRA, T. N. F. A Mata Atlântica inserida nos conteúdos didáticos e atividades paradidáticas de uma escola localizada em Unidade de Conservação Estadual – PE. In: Congresso Nacional de Educação Ambiental. **Anais ...** João Pessoa – PB, p.850-858, 2011.

BRAZ, E. C. F. **Gestão socioambiental em territórios compostos por assentamentos humanos e unidades de conservação na mata atlântica**. 2017. 114 fls. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável). Programa de Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Recife, PE, 2017.

CÂMARA, I. de G. **Plano de ação para a mata atlântica**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1991. 152 p.

CAPOBIANCO, J. P. R. **Dossiê Mata Atlântica**. 2001. 407p.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. 24.ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARDONA, O.D. Medición de la gestión del riesgo en América Latina. **Revista Internacional Sostenibilidad, Tecnología y Humanismo**. n.3, p.17-157, 2008.

CARDOSO, Gil Célio. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis *et al.* **Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da Zona da Mata sul de Pernambuco – PROMATA.** Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>> Acesso em: 26 set. 2010.

COIMBRA-FILHO, A. F.; CÂMARA, I. G. **Os Limites Originais do Bioma Mata Atlântica na Região Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: FBCN. 1996. 86p.

CORRÊA, F. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão v. 1: Referências Básicas.** Campinas: UNICAMP, 1996. Disponível em: <<http://www.rbma.org.br>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório do Levantamento da Biodiversidade de Gurjaú.** Recife: FADURPE, 2004.

_____, Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório do Comitê de Implantação da Reserva Ecológica de Gurjaú.** Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____, Agência Estadual de Meio Ambiente. **Caracterização Geral do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú – RVS Gurjaú.** Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____, Agência Estadual de Meio Ambiente, 2017. **Unidades de Conservação Estadual.** Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

DEAN, W. A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3Ed. São Paulo: Hucitec, 2001(a). 162 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento costeiro.** São Paulo: Nupaub, 2001 (b).

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: Pandolfi, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV. p.21-38, 1999.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: a hora decisiva.** Curitiba: UFPR, 2007. 284p.

DOWBOR, Ladislau. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: alternativas de gestão social.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

EPI, Environmental Performance Index. **Global metrics for the environment**: The Environmental Performance Index ranks countries' performance on high-priority environmental issues in 2016. Disponível em: <<http://www.epi.yale.edu>>. Acesso em: 23 de maio 2017.

FIDEM. **Região Metropolitana do Recife: Reservas Ecológicas**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1987. 108p.

FISCHER, Tânia (org.). **Gestão de desenvolvimento e poderes locais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Revista Mana**, v.10, n.2, p.323-348, 2004.

FRANCO, Messias Roberto. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In: PHILLIPPI JR. Arlindo *et al.* (editores). **Municípios e meio ambiente: perspectiva para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999. p 19-31.

FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. O Controle Judicial de Políticas Públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões de nossa época; v. 84).

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**: Antonio Gramsci. Trad. Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 421 p.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 16 nov. 2016.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Painel dinâmico de informações. Disponível em: < <http://qv.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2017. Disponível: <http://atlasbrasil.org.br>. Acesso: 12 jan. 2017.

IUCN. **Plants in Danger**. IUCN, Gland, Switzerland, 1986.

JACOBI, C.M.; FLEURY, L.C.; ROCHA, A.C.C.L. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. **Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2004.

LA RED. **Red de estudios sociales en Prevención de desastres en América Latina**. Disponível em:< www.desenredando.org>. Acesso em: 17 set. 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAURANCE, W.F. Conserving the hottest of the hotspots. **Biological Conservation**. 142. 2009. 1137 p.

LAVELL, Allan, EDUARDO; Franco, eds. **Estado, Sociedad y Gestión de los Desastres en América Latina**, Lima, LA RED-FLACSO-ITDG. 1996.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, A. C. da S.; MAGALHÃES, C. S. C. A.; ASSIS, S. M. de.; COSTA E SILVA, S. H. dos S. O Desafio do conhecimento. **Revista Eletrônica Inter- Legere**, n. 14, p.1-8, 2014.

LITTLE, Paul e. **Políticas Ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. Peirópolis, sp: peirópolis, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v.11, n.2, p. 237-253, 2008.

MACKINNON, J.; MACKINNON, K.; CHILD, G.; THORSELL, J. **Managing protected areas in the tropics**. IUCN/ Unep, Gland, 1986. 313 p.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 304 p.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSKREY, Andrew. **"Vulnerabilidad y Mitigación de Desastres"**. En: Andrew Marskrey (comp.), **Los Desastres no son Naturales**, Bogotá-Lima, LA RED. 1993.

_____. **Navegando entre Brumas:** La aplicación de los sistemas de información geográfica al análisis de riesgo en América Latina. LA RED. 1998.

MARTÍN-LÓPEZ, B.; GARCÍA-LLORENTE, M.; PALOMO, I.; MONTES, C. The conservation against development paradigm in protected areas: Valuation of ecosystem services in the Doñana social–ecological system. **Ecological Economics**, v.70, n.8, p.1481-1491, June 2011.

MATJAŽ, Mikoš. Alpine hazard and risk management in protected areas: the case of the triglav national park, Slovenia. **Geodetski Vestnik**, v. 57, n.1, p.112, 2013.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto O terceiro setor como executor de políticas públicas: Ong's ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p.177-192, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição.tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. de S.; (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Glossário de termos e conceitos usados no contexto da UNCCD.** Heitor Matallo Junior (Org). Brasília: MMA, 2009.

MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: Hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24, 2002.

MOREIRA, Vilma; VIDAL, Francisco Antonio Barbosa; FARIAS, Iracema Quintino. **Empreendedorismo Social e Economia Solidária: Um Estudo de Caso da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Comunidade do Grande Bom Jardim.** Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em: 17 out. 2007.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**, Paris, Presses Universitaires de France, 1994. Tradução dos Cap. I, II e III: Prof. Dra. Vitoria Gehlen. Recife, UFPE, 2009.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B. & KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v.403, p.853-84, 2000.

NETO, G. G.; CARNIELLO, M. A. Etnoconhecimento e saber local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais. In: Albuquerque, U. P. et al. (Orgs). Povos e paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007. 148 p.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertação e teses**. Recife: Bagaço, 2003.

O'CONNOR. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, v. 2, 1998.

ORTIZ, Marcos. **Enfoque participativo**. Disponível em: < <http://www.unigaia-brasil.org>>. Acesso em: 05 maio 2017.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PASQUINO, G. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, v.2, 1998.

PASSMORE, J. Atitudes frente à natureza. In: PETERS, R. S. (Ed.). **Nature and Conduct**. Royal Institute of Philosophy Lectures, London, England, p. 251-264, 1975.

PAULA, J. A. **Biodiversidade, população e economia: uma região da Mata Atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/Codeplar; ECMXC. PADCT7CIAMB, 1997. 672p.

PELLIZZOLI, M.L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, María Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

PERNAMBUCO. Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC. Lei nº 13.787, de 08 de junho de 2009. Recife, 2009.

_____. Decreto nº 36.627 de 8 de junho de 2011. **Estratégia para criação e implantação de conselhos gestores das unidades de conservação (UCs) de Pernambuco**. CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. fev. 2012.

POPESCU, Viorel D; ROZYLOWICZ, Laurențiu; COGĂLNICEANU, Dan; NICULAE, Lulian Mihăiță; CUCU, Adina Livia. Moving into Protected Areas? Setting Conservation Priorities for Romanian Reptiles and Amphibians at Risk from Climate Change. **PloS one**, v.8, n.11, p.e79330, 2013.

SOUZA, Tatiana Santana de. Áreas (Des)Protegidas do Nordeste Brasileiro: as vulnerabilidades, ameaças e riscos no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/ PE – Brasil.

PORTO, Marcelo Firpo. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. v. 10, n. 4, p.829-839, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**, 2006.

POSEY, Darrell A. Etnobiologia: teoria e prática. In: D. Ribeiro (ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. v. 1, p.15-25. Petrópolis: Vozes/Finep. 1987. 302p.

POULANTZAS, Nico. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **O que é território**. In RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, p. 143-163, 1993.

RIZZINI, C.T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**. São Paulo: Ed. Univ. 1979.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 2ªEd.: Rio de Janeiro: Garamond., 2002, 96p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____, Milton. **Por uma globalização**. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 40, n.3, p. 335-376, 1997.

SANTOS, Alberico Alves dos; PEREIRA, Surama. Unidades de conservação da região nordeste. **Revista Ciência & Saberes**. Maranhão, v.2, n.1, p. 174-176, 2016.

SCHERER-WARREN. Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 143 (Coleção estudos brasileiros).

SECTMA, Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente. **Ações e Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade em Pernambuco**. Recife: SECTMA, 2002.

_____, Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente. Sectma define três reservas ecológicas prioritárias para recategorização. Disponível em: <<http://www.sectma.pe.gov.br>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Tatiana Santana de. Áreas (Des)Protegidas do Nordeste Brasileiro: as vulnerabilidades, ameaças e riscos no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú/ PE – Brasil.

SILVA, Jorge Kleber Teixeira. Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG, 2008.

SILVA, Leonio José Alves da. **Controle social nas políticas ambientais**: texto base da 3ª oficina de capacitação do Projeto Nucodema. Cabo/ PE: Rede de Defesa Ambiental/ PRODEMA, 2009.

SOS MATA ATLANTICA; INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, no período de 2011 a 2012**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos Municípios da Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SOUZA, Tatiana Santana de; BARROS, André Paulo de. Meio ambiente e políticas públicas. In: REDE DE DEFESA AMBIENTAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Carteira de projetos: planos de ação comunitários de meio ambiente/Projeto Nucodema**. Cabo de Santo Agostinho, PE: Rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho, 2007. p. 16.

_____, Tatiana Santana de. **Percepção de populações tradicionais sobre a recategorização de reservas ecológicas brasileiras**: o caso da Reserva de Ecológica Gurjaú – PE. 2009. 32 fls. Monografia (Pós-graduação em Gestão, Educação e Política Ambiental). Programa de Pós-Graduação *Latus Sensu* em Gestão, Educação e Política Ambiental. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE, 2009.

_____, Tatiana Santana de. **“Controle social” nas políticas ambientais no município do Cabo de Santo Agostinho**. 2010. 81 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2010.

STRANG, H. E. Mata Atlântica. **Bol. FBCN**, v.18, p.24-25. 1983.

STRAPAZZON; M.C.; MELLO, N.A. de. Um convite à reflexão sobre a categoria de unidade de conservação refúgio de vida silvestre. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 4. p.161-178, 2015.

TABARELLI, M.; MARINS, J. F.; SILVA, J.M.C. La biodiversidad brasileña, amenazada. **Investigación y Ciencia**, mayo, p.42-49, 2002.

_____, M., PINTO, L.P., SILVA, J.M.C., HIROTA, M., BEDÊ, L. Challenges and opportunities for biodiversity conservation in the Brazilian Atlantic Forest. **Conservation Biology**. v. 19, p. 695–700, 2005.

_____, Marcelo; MELO, Maria das Dores de V.C.; LIRA, Osvaldo C. de. **A Mata Atlântica do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.amane.org.br>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

THIEME, M.L.; RUDULPH, J.; HIGGINS, J.; TAKATS, J.A. Protected areas and freshwater conservation: A survey of protected area managers in the Tennessee and Cumberland River Basins, USA. **Journal of Environmental Management**, 30 October 2012, v.109, pp.189-199, October 2012.

TRABA, J. ; GARCÍA DE LA MORENA, E.L. ; MORALES, M.B. ; SUÁREZ, F. Determining high value areas for steppe birds in Spain: hot spots, complementarity and the efficiency of protected areas. **Biodiversity and Conservation**, v.16, n.12, p.3255-3275, November 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: Eduel, 2012.

UICN, UNION MUNDIAL PARA LA NATURALEZA. **Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas**. Switzerland e Cambridge, Gland, 1994.

UNISDR, Terminología sobre Reducción del del Riesgo de Desastres. **Estrategia Internacional para la reducción de desastres de las Naciones – UNISDR**, Ginebra, Suiza, 2009.

VELLOSO, N.P. **Atlas florestal do Brasil**. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura, 1966.

WILCHES-CHAUX, GUSTAVO, “**El Sentido de la Participación**”. En: Allan Lavell (comp.), **Viviendo en Riesgo**, Bogotá, LA RED-FLACSO-CEPREDENAC. 1994.

_____. **Auge, caída y levantada de Felipe Pinillo, mecánico y**

soldador o yo voy a correr el riesgo: Guía de La Red para la gestión local del riesgo. LA RED, 1998.

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COMUNIDADE

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS</p> <p>Av. Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970, Campina Grande - PB Tel.: (0xx83) 3310 1199; Fax: (0xx83) 3310 1202; E-mail: pvieira@dca.ufcg.edu.br</p>	
---	---	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATA: __/__/____.

NOME			
ENDEREÇO			
IDADE		ESCOLARIDADE	
TEMPO DE MORADIA		SEXO	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> IND
TELEFONE		COM WHATSAPP? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DESEMPREGADO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

1. O que acha do lugar onde mora? As condições de moradia e saúde são boas?	
2. O que é uma unidade de conservação?	
3. O que é um RVS e para que serve?	
4. Houve alguma mudança nas suas atividades depois do RVS Gurjaú?	
5. Sabe quem é responsável pela gestão do RVS Gurjaú? Participa dessa gestão? Quem é proprietário da área?	
6. Você foi consultado na criação do RVS Gurjaú?	
7. Houve alguma mudança na conservação da área após a criação do RVS Gurjaú?	
8. O que é um conselho gestor? Sabe da existência de um conselho gestor no RVS Gurjaú?	
9. Quais os meios de comunicação que sua família utiliza com frequência?	<ol style="list-style-type: none"> 1. Telefone celular – Qual a operadora de telefonia que usa? _____ 2. Telefonia fixa 3. Internet/ facebook 4. WhatsApp 5. Televisão 6. Rádio Qual rádio houve? _____ 7. Outros (especificar)

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO - CONSELHEIROS DO RVS GURJAÚ

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS <u>QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES</u> CONSELHEIROS DO CONSELHO GESTOR DO RVS GURJAÚ	 DATA: _____
---	---	---

NOME			
IDADE		SEXO	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
GRAU DE ESCOLARIDADE	<input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto		
SETOR DE ATUAÇÃO/ PARTICIPAÇÃO	<input type="checkbox"/> Poder Público (Municipal, Estadual ou Federal). <input type="checkbox"/> Sociedade Civil (Sindicato, ONG Ambientalistas, Associação Comunitária, Técnico Científica, Ensino Pesquisa, Cooperativas, Empresários, Outras).		
ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA			
TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS	Satisfação com a profissão/função atual? <input type="checkbox"/> Muito satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Mais ou menos satisfeito <input type="checkbox"/> insatisfeito <input type="checkbox"/> Muito insatisfeito <input type="checkbox"/> NS/NR		
TELEFONE		COM WHATSAPP? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
E-MAIL			
Já participou de algum projeto ou atividade na área de meio ambiente ou unidade de conservação?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NS/NR		
Já participou de alguma capacitação em Gestão Participativa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NS/NR		
ATUAÇÃO NO CONSELHO GESTOR DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATAS DO SISTEMA GURJAÚ – RVS GURJAÚ			
TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO GESTOR RVS GURJAÚ?		Satisfação com sua participação no CG RVS Gurjaú? <input type="checkbox"/> Muito satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Mais ou menos satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Muito insatisfeito <input type="checkbox"/> NS/NR	
1. Você acompanhou o processo de criação do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Sim. Como foi? _____ <input type="checkbox"/> Não		
2. Você acompanhou o processo de criação do conselho gestor do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Sim. Como foi? _____ <input type="checkbox"/> Não		
3. Já participou de alguma capacitação promovida pelo conselho gestor do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NS/NR		
4. Você tem conhecimento sobre a existência de Regimento Interno do conselho gestor do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NS/NR		
5. Você tem conhecimento sobre a existência de Plano de Manejo da Unidade de Conservação RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NS/NR		

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO - CONSELHEIROS DO RVS GURJAÚ

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS	
	<u>QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES</u> CONSELHEIROS DO CONSELHO GESTOR DO RVS GURJAÚ	

6. Como você se sente ao participar das atividades do conselho gestor RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Muito capacitado <input type="checkbox"/> Capacitado <input type="checkbox"/> Mais ou menos capacitado <input type="checkbox"/> Incapacitado <input type="checkbox"/> Muito incapacitado
7. Com que frequência participa das reuniões do conselho gestor RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Muitas vezes <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca
8. Como você avalia a relação da CPRH com a comunidade local?	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
9. Como você avalia as pautas, dinâmica, local, mobilização e discussões das reuniões do conselho gestor do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
10. Como você avalia a transparência e comunicação na gestão (administrativa/ financeira) do conselho gestor do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
11. Como você avalia a participação das comunidades locais no conselho gestor do RVS Gurjaú?	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
12. Como você avalia a atuação do conselho gestor do RVS Gurjaú para a preservação da unidade de conservação?	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssima
13. Para você, quais são as principais dificuldades encontradas para a gestão do RVS Gurjaú? (Questão aberta).	
14. Para você, qual a importância da preservação do RVS Gurjaú? (Questão aberta).	
15. Em sua opinião o que é uma gestão participativa? (Questão aberta).	
16. Em sua opinião qual deveria ser a prioridade de atuação da gestão do RVS Gurjaú no momento? (Questão aberta).	

Obrigada por sua participação nesta pesquisa!

DEIXE AQUI SEU COMENTÁRIO

APÊNDICE III – CARTA RELATÓRIO - ATIVIDADES CG RVS GURJAÚ 2016

Carta Nº 02/2017 - CG RVS Gurjaú

Cabo de Santo Agostinho, 21 de fevereiro de 2017.

Ao Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú

Cumprimentando Vossa Senhoria, vimos através desta, apresentar uma síntese das principais atividades realizadas pelo Conselho Gestor do RVS Gurjaú no ano-exercício de 2016. A saber:

a) Realização de cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária;

b) Participação em Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, no dia 23 de março de 2013, para tratar da situação fundiária da Unidade e da solicitação feita pela Associação de Agricultores de São Salvador para uso de maquinário para agricultura;

c) Participação em Audiência Pública realizada na 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, no dia 07 de abril de 2016, para tratar das ações realizadas no RVS Gurjaú e da solicitação feita pela Associação de Agricultores de São Salvador para uso de maquinário para agricultura;

d) Participação na II Semana de Unidades de Conservação de PE com apresentação de diagnóstico quadrienal (2013-2014-2015-2016) do Conselho Gestor e depoimento de Conselheira;

e) Proposição, elaboração e execução do I Curso de Manejo de Fauna, com 30 formandos;

f) Proposição, elaboração e execução do I Curso de Fiscalização em Unidades de Conservação, com 40 formandos.

Atenciosamente,

Tatiana Santana de Souza

TATIANA SANTANA DE SOUZA

Assessora técnica
ONG Rede de Defesa Ambiental
Secretaria Executiva do CG RVS Gurjaú

Elaine Cristina Ferreira Braz

ELAINE CRISTINA FERREIRA BRAZ

Analista Ambiental-CPRH
Presidente do CG RVS Gurjaú

ANEXO I – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA - CPRH 2016

CPRH Agência
Estadual de
Meio Ambiente

Carta UGUC Nº 27/2017

Recife, 21 de agosto de 2017.

A Sua Senhoria

TATIANA SANTANA DE SOUZA

Pesquisadora

Universidade Federal De Campina Grande

Centro de Tecnologia e Recursos Naturais- CTRN

Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais-PPGRN da Universidade Federal de Campina Grande.

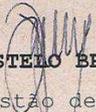
Prezada Pesquisadora,

Cumprimentando-a cordialmente, reportamos-nos ao Processo CPRH nº **9283/2016** referente ao requerimento para realização de pesquisa científica no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú, intitulada: “**ÁREAS (DES) PROTEGIDAS DO NORDESTE BRASILEIRO: AS VULNERABILIDADES, AMEAÇAS E RISCOS!**”

Após análise do projeto e da documentação pertinente, a Gestão deste RVS Gurjaú concluiu que o projeto de pesquisa apresenta os requisitos necessários para a realização da mesma na UC. Dessa forma, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) **AUTORIZA** o desenvolvimento das atividades previstas no cronograma geral.

Informamos que as atividades de campo deverão ser informadas com antecedência ao Setor de Administração de Unidades de Conservação (3182-8854), para que seja possível sua integração com a programação do Setor supramencionado.

Atenciosamente,


GLEYDSON CASTELO BRANCO GALENO

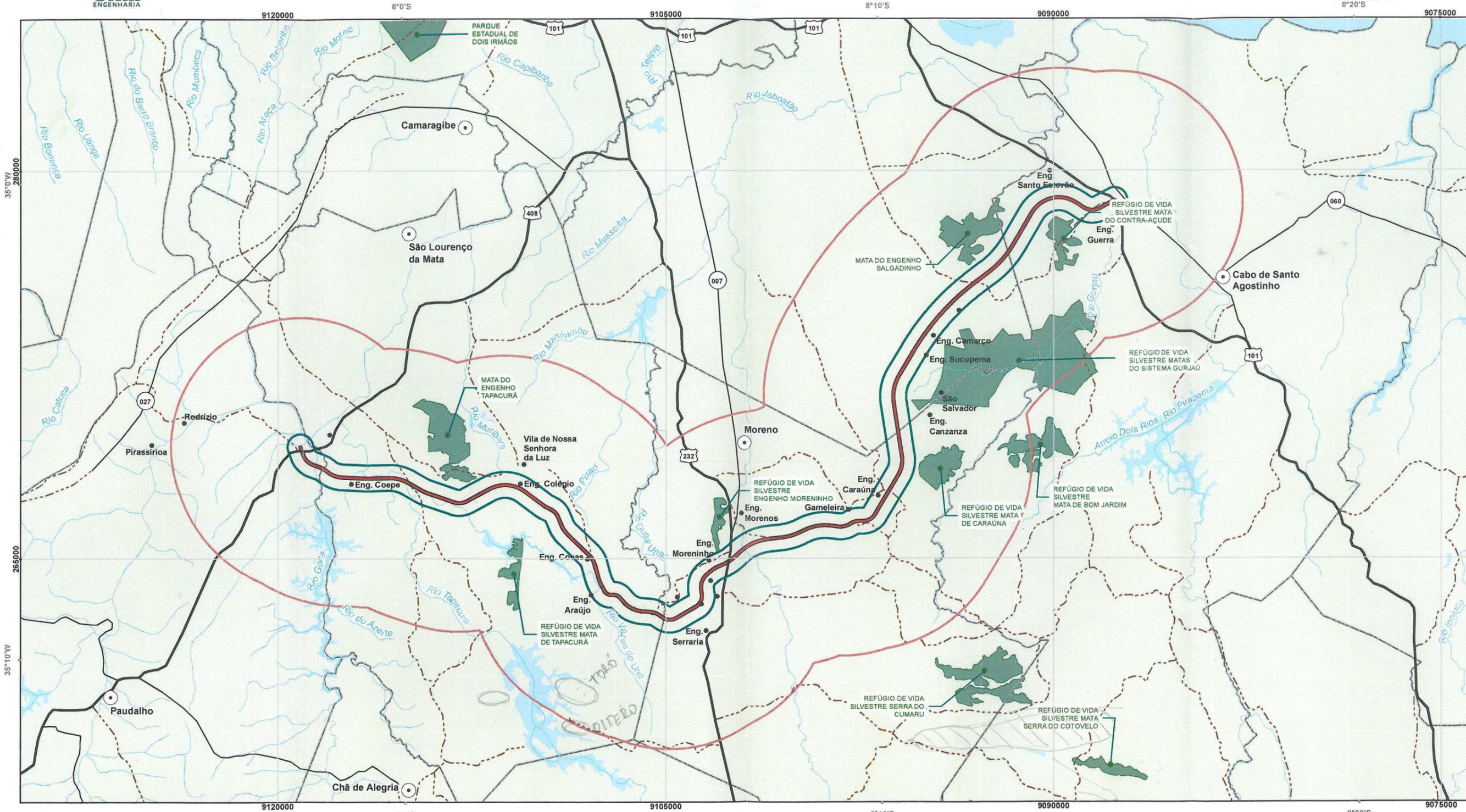
Gerente da Unidade de Gestão de Unidades de Conservação

Gleydson Castelo Branco Galeno
Gerente da Unidade de Gestão das
Unidades de Conservação
UGUC/DRFB/CPRH
Matrícula 277.611-1

Papel Reciclado não clorado, com menor custo ambiental.

Mapa 00 - Unidades de Conservação

ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO DO RECIFE - Lote 2



Legenda

<ul style="list-style-type: none"> Trecho em Estudo Localidade Sede Municipal Limite Municipal <h4>Hidrografia</h4> <ul style="list-style-type: none"> Curso d'água Massa d'água 	<h4>Sistema Viário</h4> <ul style="list-style-type: none"> Rodovia em Leito Natural Rodovia Pavimentada Estadual Rodovia Pavimentada Federal <h4>Áreas de Influência do Meio Biótico</h4> <ul style="list-style-type: none"> ADA - Área Diretamente Afetada (60 m) AID - Área de Influência Direta (500 m) All - Área de Influência Indireta (5 km) 	<h4>Área Especial</h4> <ul style="list-style-type: none"> Unidade de Conservação
--	---	---

Fonte

- Trecho em Estudo: Dynatest, 2015
- Localidade: IBGE, 2010
- Sede Municipal: SKILL, 2014 - Adaptado de IBGE, 2005
- Limite Municipal: IBGE, 2010
- Sistema Viário: Adaptado de IBGE, 2013
- Hidrografia: IBGE, 2013
- Unidades de Conservação: CNUC/MMA, 2014*
- Áreas de Influência: SKILL, 2015
- * Limite da UC Refúgio da Vida Silvestre de Caraúna atualizado conforme Decreto Estadual nº 40.773 de-2 junho de 2014

Informações Cartográficas

1:150.000

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM
 Fuso 25 Sul | Meridiano Central -33°
 SIRGAS 2000
 abr/2015